

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

CEMIG



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
NOSSOS NEGÓCIOS	11
DESEMPENHO OPERACIONAL	26
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	29
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	49
MERCADO DE CAPITAIS	50
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES	52
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	70
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	41
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO.....	43
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
BALANÇOS PATRIMONIAIS	46
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	48
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	49
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	50
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	51
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	53
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	54
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	54
2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	58
3. BASE DE PREPARAÇÃO	65
4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	71
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	73
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	76
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	77
8. CONSUMIDORES, REVENDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	77
9. TRIBUTOS A RECUPERAR.....	81
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	82
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	90
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	90
13. ATIVOS DE CONTRATO	97
14. INVESTIMENTOS.....	103
15. IMOBILIZADO	115
16. INTANGÍVEL.....	119
17. ARRENDAMENTOS	123
18. FORNECEDORES	127
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	127
20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	128
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	134
22. CONTAS A PAGAR RELACIONADAS A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES	135
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	136
24. PROVISÕES	144
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	156
26. RECEITA LÍQUIDA.....	165
27. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	172
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	176
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	177
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	183
31. ALIENAÇÃO DE ATIVOS.....	197
32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	199
33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	201
34. EVENTOS SUBSEQUENTES	201
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	205
PARECER DO CONSELHO FISCAL	212
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA	213
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	214
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	215
ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	218



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, desenvolvemos diversas atividades e alcançamos resultados importantes em linha com nossa estratégia focada em 6 direcionadores fundamentais: encantar o cliente, criação de valor, inovação, cultura de resultados, ESG e segurança.

Encantar o cliente

Nosso foco no cliente é uma prioridade central. Em 2024, implementamos diversas iniciativas na distribuição para encantar nossos clientes. Ampliamos a rede de atendimento, modernizamos a infraestrutura e adotamos tecnologias avançadas para garantir um fornecimento de energia mais confiável e eficiente. Lançamos programas de atendimento personalizado e canais de comunicação direta para resolver rapidamente as demandas dos clientes. Além disso, investimos em projetos de eficiência energética e sustentabilidade, proporcionando soluções que atendem às necessidades específicas de cada cliente, promovendo economia e contribuindo para um futuro mais sustentável. Realizamos R\$5,7 bilhões em investimentos e entregamos nosso compromisso em investir 4 vezes a QRR (Quota de Reintegração Regulatória). Até o fim de 2024, foram entregues 127 empreendimentos de subestações dentro do Programa Mais Energia.

Estes investimentos contribuíram para a melhoria da qualidade do nosso serviço, medida por meio dos nossos indicadores DEC e FEC. Conseguimos entregar melhorias além do enquadramento regulatório nesses indicadores, com redução em cerca de 2,5 horas no DEC percebido.

Lançamos o programa Cemig Agro com o objetivo de melhorar o desempenho na área rural, reforçando nossa responsabilidade com a eficiência e a qualidade do serviço para nossos clientes rurais, além de promover a descarbonização deste segmento da economia. Para apoiar este segmento destacamos o projeto Minas trifásico que tem como objetivo converter redes monofásicas em trifásicas, além de realizar a interligação e expansão de redes de média tensão. Neste ano concluímos 3.068 km de rede.



Desta forma, contribuímos com o crescimento da economia de Minas Gerais, transmitindo confiança e segurança à sociedade. Nossa visão de crescimento e proximidade com a sociedade se estende ao apoio à cultura mineira. Hoje, a Cemig é a maior incentivadora de cultura dentro do estado de Minas Gerais e uma das maiores do País.

Criação de valor

Concluímos em 2024 a alienação da Aliança Energia, uma transação significativa de R\$2,7 bilhões, e a alienação de usinas de pequeno porte. Esses desinvestimentos permitiram a otimização do portfólio e melhor alocação de capital, contribuindo para nosso pilar criação de valor.

Em 2024, a Companhia deu um passo significativo na expansão de sua capacidade de geração de energia renovável com a entrada em operação das usinas solares fotovoltaicas Advogado Eduardo Soares e Jusante. A UFV Advogado Eduardo Soares, localizada em Montes Claros, possui uma capacidade instalada de 85 MW, enquanto UFV Jusante, situada em São Gonçalo do Abaeté, tem capacidade de 70 MW.

Passamos pela Revisão Tarifária Periódica da transmissão, que resultou em um impacto positivo, representado por um Lajida adicional de R\$1,5 bilhão, associado, principalmente, aos investimentos realizados e à eficiência na construção dos ativos, contribuindo para nosso pilar criação de valor.

Consolidamos em 2024 nossa liderança na comercialização livre varejista, expandindo nossa atuação e oferecendo soluções personalizadas para nossos clientes. A Cemig se destacou pela flexibilidade e competitividade no mercado livre de energia, proporcionando aos consumidores maior autonomia e economia. Nossos esforços em ampliar a comercialização livre varejista resultaram em um crescimento significativo na base de clientes e na diversificação das fontes de receita. Mantivemos nossa liderança no atendimento ao mercado livre do Brasil com 14% do *market share*.

Inovação

Em 2024, avançamos significativamente na nossa jornada de transformação digital, dentro do nosso pilar inovação.

Implementamos a nova solução ADMS (*Advanced Distribution Management System* – Sistema Avançado de Gerenciamento da Distribuição): SCADA (*Supervisory Control and Data Acquisition* – Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados) da Alta Tensão em 520 subestações, fortalecendo a atividade de gestão da rede elétrica e agilizando o tempo de resposta a incidentes. Estamos em processo de modernização do nosso SAP com a atualização do ERP para o SAP S/4 Hana, com previsão de conclusão em 2025.



No mercado livre de energia, tivemos a evolução da plataforma de comercialização de energia com implantação da nova área do cliente, com a jornada 100% digital para os clientes varejistas do grupo A, além da modernização da plataforma, aumentando a aderência da solução ao setor de energia, dentre outros.

Lançamos o Inova Cemig LAB, maior programa de inovação aberta do setor elétrico brasileiro, que ao longo dos dois primeiros editais envolveu 454 *startups* de 15 países e 17 estados brasileiros, promovendo cultura de inovação através do engajamento de 336 funcionários de 11 diretorias da Cemig.

Em 2024, fechamos parcerias com 20 instituições para apoiar nossos projetos de inovação. As instituições parceiras do Inova Cemig incluem universidades, centro de pesquisa, institutos de ciência e tecnologia e *hubs* de inovação de Minas Gerais e de todas as regiões do Brasil. Fizemos o lançamento de 15 projetos de PDI com investimento de R\$56,8 milhões.

ESG

No campo de sustentabilidade, suportando nosso pilar ESG, a Cemig foi incluída na prestigiada "A List" do *Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change 2024*, obtendo pontuação máxima em 10 dos 16 critérios avaliados. Além disso, obteve 6 pontos adicionais em sua nota, segundo avaliação do Dow Jones Sustainability Index.

Em 2024, atingimos a marca de 1 milhão de árvores plantadas no nosso programa de restauração florestal, iniciado em 2019. Foram plantadas mudas de espécies nativas como ipê, pequi, cedro, jacarandá-da-bahia, entre outras no estado de Minas Gerais.

Segurança

No pilar Segurança fizemos a reformulação das regras de ouro de Saúde com o objetivo de simplificar e garantir o cumprimento das mesmas nas operações focando em 4 ações: Análise de Risco, Respeito às Leis de Trânsito, Uso de EPIs, ASTA/ABSTA (Abrir, sinalizar, testar, aterrarr).

A Companhia também reconhece a segurança de suas barragens como fundamental para a segurança de suas equipes e da população do entorno de suas usinas hidrelétricas.

Em 2024, foram realizadas 183 inspeções visuais, mais de 25.400 leituras de instrumentos e mais 100 obras de manutenção preventivas e incremento de segurança. Ainda foram realizados os testes dos equipamentos extravasores existentes, que garantem a segurança operacional em período de cheias.



Cultura de resultados

Destacamos a execução do maior plano de investimentos da nossa história, desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade.

Podemos observar que nosso programa de investimentos, que totaliza R\$59,1 bilhões de 2019 até 2029, está sendo executado de forma diligente, e já se encontra com mais de 60% executado ou contratado.

Com um incremento de R\$2,8 bilhões, alcançamos o maior Lajida da história da Cemig, de R\$11,3 bilhões, enquanto o lucro líquido aumentou em R\$1,4 bilhão. Recebemos a melhor classificação de risco de crédito, AAA, atribuída pela Fitch Ratings. Esse reconhecimento é fruto dos nossos resultados consistentes, forte geração de caixa, diversificada base de ativos e disciplina na alocação de capital. Esses marcos importantes demonstram nosso compromisso com a transformação da Companhia, que acreditamos ser a base para resultados sólidos e sustentáveis, suportando nosso pilar de cultura de resultados.

Dentro da nossa estratégia financeira, emitimos a 10ª e 11ª debêntures da Cemig D, totalizando R\$4,5 bilhões em títulos sustentáveis, mais uma ação que reforça nosso pilar ESG. Adicionalmente, liquidamos os Eurobonds da Cemig GT em dezembro de 2024, juntamente com o respectivo instrumento financeiro derivativo de proteção. Após essas operações houve aumento significativo do prazo médio da nossa dívida, que passou de 2,8 anos, em 31 de dezembro de 2023, para 4,8 anos, em 31 de dezembro de 2024. Nossa alavancagem consolidada permanece em um nível saudável de 1,3 (Dívida Líquida/Lajida ajustado).

Adicionalmente declaramos, no exercício de 2024, um total de R\$3,7 bilhões em proventos, proporcionando remuneração atrativa e refletindo nosso compromisso contínuo em criar valor para nossos acionistas. Fechamos o ano com 43,5% de valorização em nossas ações, a maior valorização do setor elétrico brasileiro.

Acreditamos muito no plano estratégico que foi desenhado em 2019 cujo lema era Focar e Vencer e aqui listamos algumas entregas relevantes para cada um dos pilares do nosso plano. Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionistas, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços.



A COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

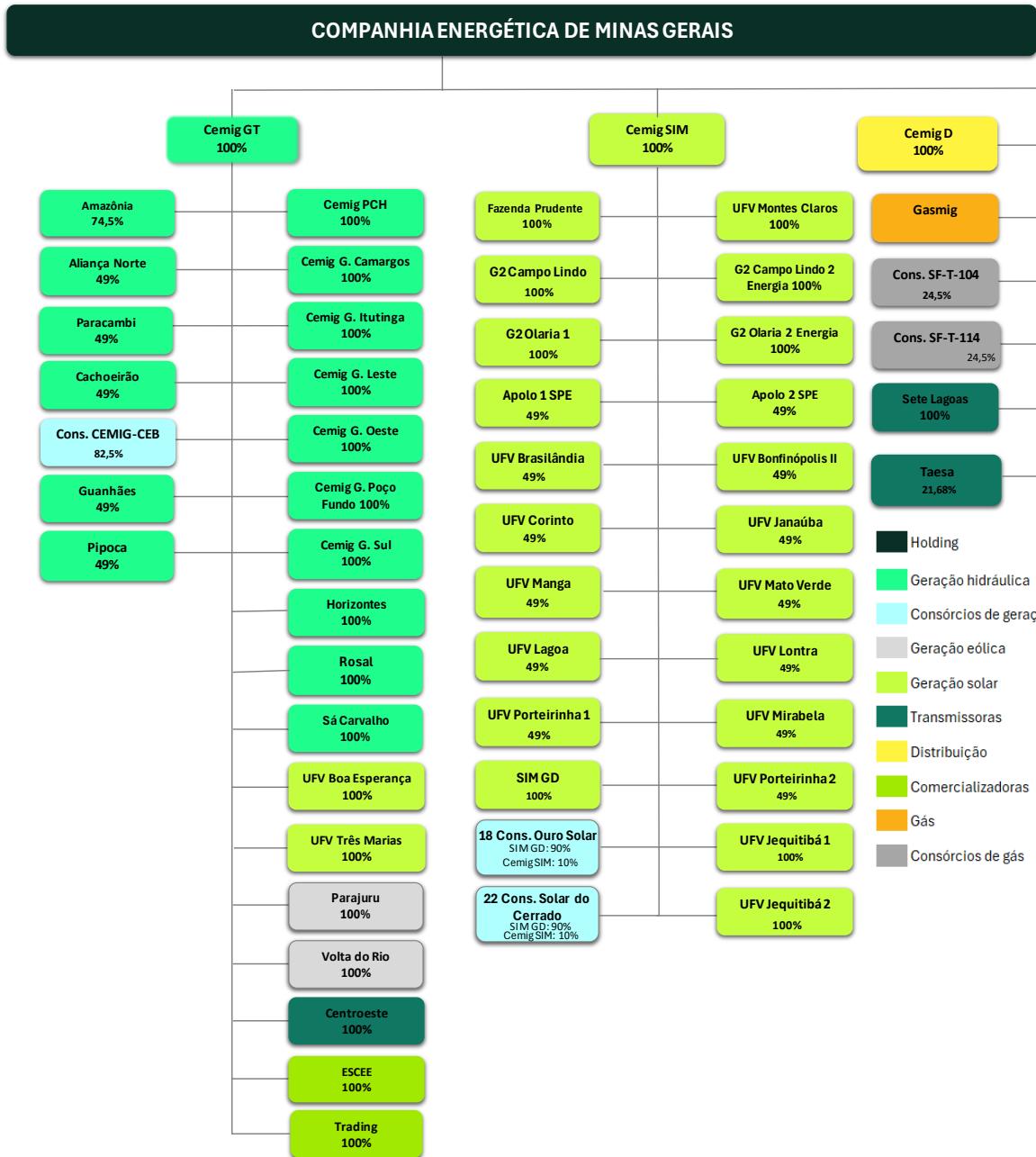
A Cemig é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais tendo suas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex). Seu valor de mercado, ao final de 2024, era de aproximadamente R\$35,1 bilhões.

Pelo 25º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (*DJSI World*) no período 2024/2025 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

Criada há mais de 70 anos, a Cemig é responsável por gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia elétrica, proporcionar soluções energéticas e distribuir gás natural. Sua operação está presente em vários estados do Brasil, tendo como foco o estado de Minas Gerais. Atualmente, é a maior comercializadora de energia para clientes livres do País, sendo um dos maiores grupos integrados de energia e também a maior distribuidora de energia da América Latina.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento, das controladas e controladas em conjunto, por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios.

O Grupo Cemig (Companhia) é constituído pela holding Cemig, pelas controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), incluindo suas controladas e controladas em conjunto, Cemig Distribuição S.A. (Cemig D), Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmin), Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (Sete Lagoas) e pela Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim), incluindo suas controladas e controladas em conjunto, totalizando 87 Sociedades e 44 Consórcios, com ativos e negócios em vários estados do Brasil.



Estratégia Cemig

A estratégia da Cemig para o período de 2025 a 2029 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2024. A estratégia visa acelerar a transformação da Companhia a partir de seis direcionadores principais, apresentados no diagrama a seguir:



Direcionadores Estratégicos



Trata-se de uma atualização da estratégia “Focar e Vencer” que está em execução desde 2020. Essa estratégia contempla o maior plano de investimento da história da Cemig, com a projeção de R\$59,1 bilhões a serem investidos entre 2019 e 2029. Essas iniciativas deverão guiar a Companhia para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

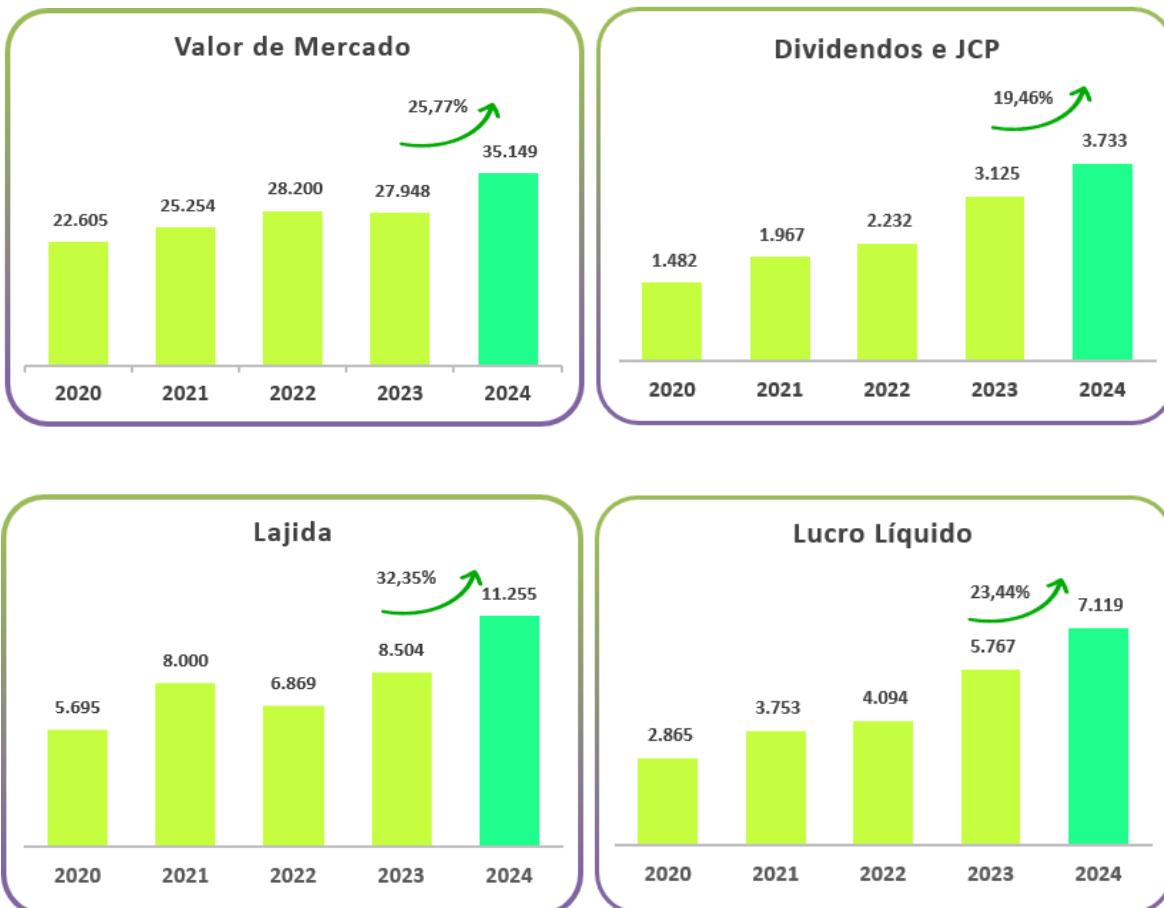
Visão Geral da Estratégia Focar e Vencer 2025-2029

ESTRATÉGIA 2025-2029	FOCO NO CLIENTE	• Consolidar cultura de foco no cliente , tornando-se referência em satisfação, com melhoria da qualidade do atendimento e do serviço prestado, apoiado na transformação digital e eficiência operacional.
	NEGÓCIOS DE REDES (distribuição, transmissão, gás)	• Investir na expansão e modernização da rede , alinhando a excelência em satisfação dos clientes
	NEGÓCIOS DE ENERGIA (geração e comercialização de energia centralizada e distribuída)	• Defender/ampliar a posição de líder nos mercados atacadista e varejista em âmbito nacional e Mini GD em Minas Gerais, explorando sinergias entre os negócios de Comercialização, Gás e GD. Renovar concessões de geração vincendas e investir na construção de geração solar (GD + Centralizada).
	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO	• Investir em transformação digital , modernizando sistemas, e em inovação , explorando novos negócios em baterias e tecnologias que viabilizam a transição energética.
	GERAÇÃO DE VALOR	• Garantir o crescimento sustentável da empresa, com geração sustentável de lucro, gestão moderna e eficiente.



Principais indicadores (R\$ Milhões):

A evolução dos últimos cinco anos para os principais indicadores é conforme segue:



Outros indicadores:

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
GWh faturados	39.402	43.263	44.895	49.718	50.584
Receita líquida (R\$ Milhões)	25.228	33.646	34.463	36.855	39.796
Lucro por ação – PN (R\$)	1,69	2,22	1,86	2,62	2,49
Quantidade de clientes faturados (em milhares)	8.697	8.885	9.037	9.217	9.404



Nossa missão, visão e valores



Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

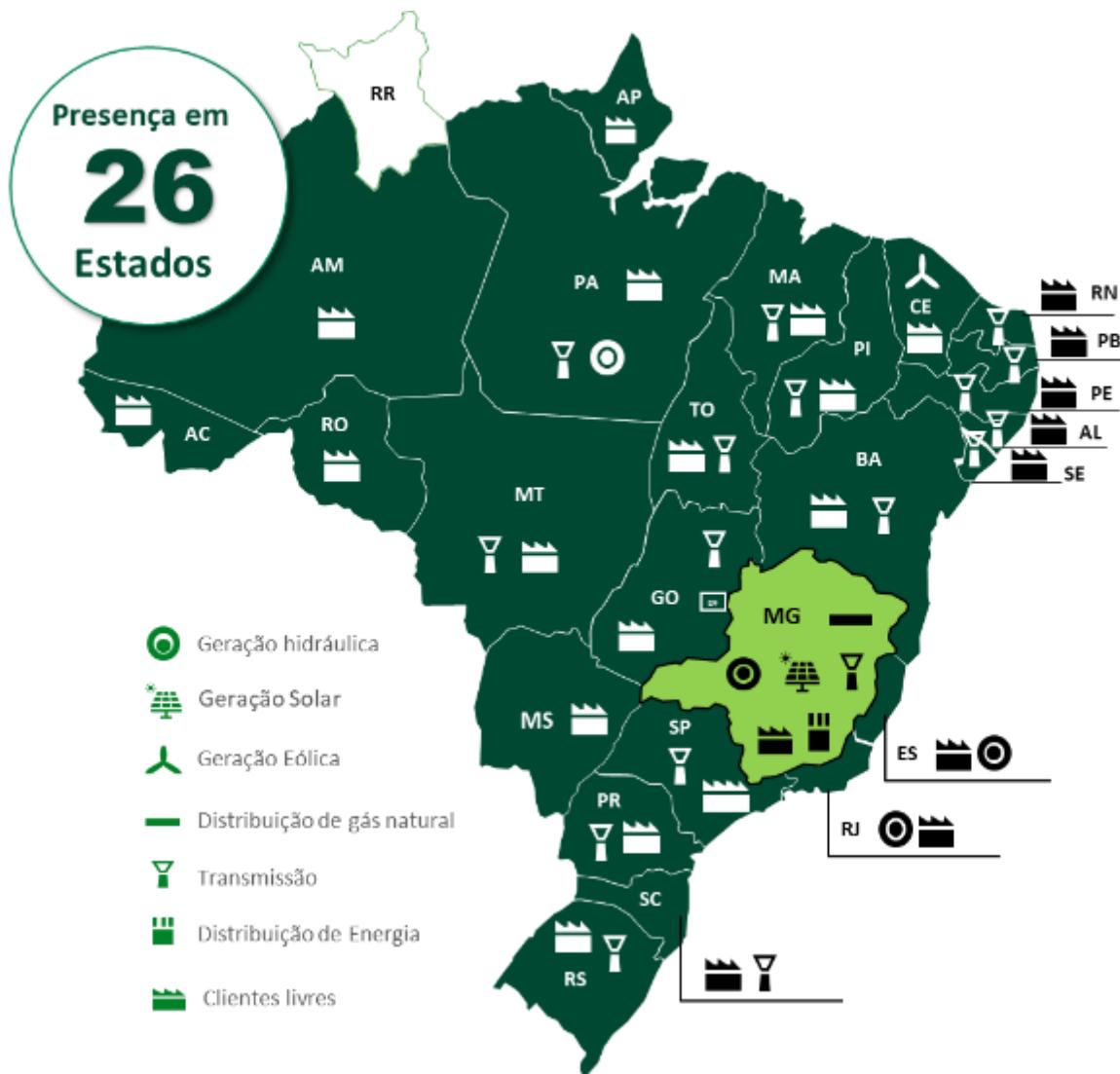
A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSOS NEGÓCIOS

Área de atuação

A Companhia atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.

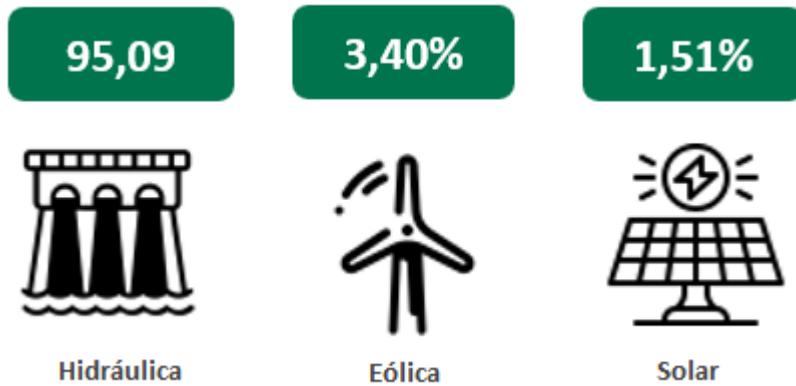


Geração de energia elétrica

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.



Composição da matriz energética



Capacidade instalada

Considerando suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação em 48 usinas, sendo 36 hidrelétricas, 10 solares e 2 eólicas, com capacidade instalada total de 4.679 MW, conforme segue:

Usina	Capacidade instalada (MW) ¹
UHE Theodomiro Carneiro Santiago	1.192
UHE Nova Ponte	510
UHE Irapé	399
UHE Três Marias	396
UHE Salto Grande	102
UHE Queimado	87
UHE Sá Carvalho	78
UHE Rosal	55
UHE Itutinga	52
UHE Camargos	46
UHE Belo Monte	1.313
Demais Hidrelétricas	219
UFV Advogado Eduardo Soares	85
Demais Solares Fotovoltaicas	74
EOL Praias de Parajuru	29
EOL Volta do Rio	42
Total	4.679

(1) A capacidade instalada está apresentada considerando a cota de participação da Companhia no empreendimento.



Geração distribuída (GD)

A Aneel implementou, em 2012, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 482, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a fim de incentivar a geração de energia renovável. Esse sistema permite que o usuário produza a própria energia utilizando fontes renováveis, como painéis solares, e utilize o que sobrar para reduzir a conta de luz. Além disso, o excedente é convertido em créditos e pode ser utilizado em outras unidades que o usuário possua, desde que estejam na mesma área de concessão.

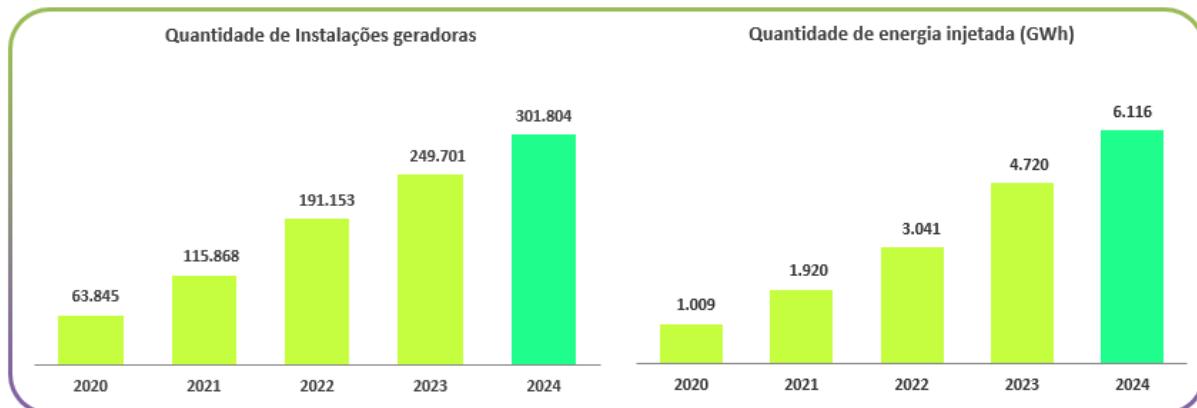
Ou seja, o SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração distribuída (potência instalada até 75 kW) ou minigeração distribuída (potência instalada entre 75 kW e 5 MW) seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local, e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica, respeitando-se a validade de 60 meses. Essa solução ajuda a economizar, sendo sustentável e promovendo o uso eficiente de energia.

Para que tenham acesso aos benefícios do SCEE, os usuários devem solicitar a realização da conexão na rede de distribuição, por meio de requerimento formulado pelo acessante (consumidor) e entregue à acessada (distribuidora).

Após aprovação da documentação e tratativas dos serviços necessários, as condições técnicas e comerciais definitivas serão apresentadas pela distribuidora na emissão do Parecer de Acesso, que também garante a reserva de carga e/ou da geração pretendida. Somente com o Parecer de Acesso favorável o cliente estará autorizado a executar a implantação da central geradora.

Desde 2012, quando a Aneel criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCCE), a Cemig vem sendo protagonista no mercado de conexões de GD no país, sendo pioneira quanto ao número de conexões de geração distribuída e está em primeiro lugar em relação à potência injetada na rede. A evolução do número de clientes de GD por classe, da quantidade de instalações geradoras conectadas na rede de distribuição da Cemig D, bem como da quantidade de energia injetada ao longo dos últimos anos é demonstrada na sequência:

	2020	2021	2022	2023	2024
Nº de clientes de GD	44.595	82.834	141.080	184.181	226.201
Residencial	1.637	2.390	3.439	4.248	4.496
Industrial	4.108	7.390	15.138	23.476	28.670
Comercial	7.526	14.236	20.953	28.013	33.092
Rural	264	361	611	889	1.145
Poder Público	3	5	7	11	18
Serviços Públicos	58.133	107.216	181.228	240.818	293.622
Total	44.595	82.834	141.080	184.181	226.201



Transmissão de energia elétrica

No segmento de transmissão, a Cemig, suas controladas e controladas em conjunto, operam e mantêm 42 subestações e 5.060 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme segue:

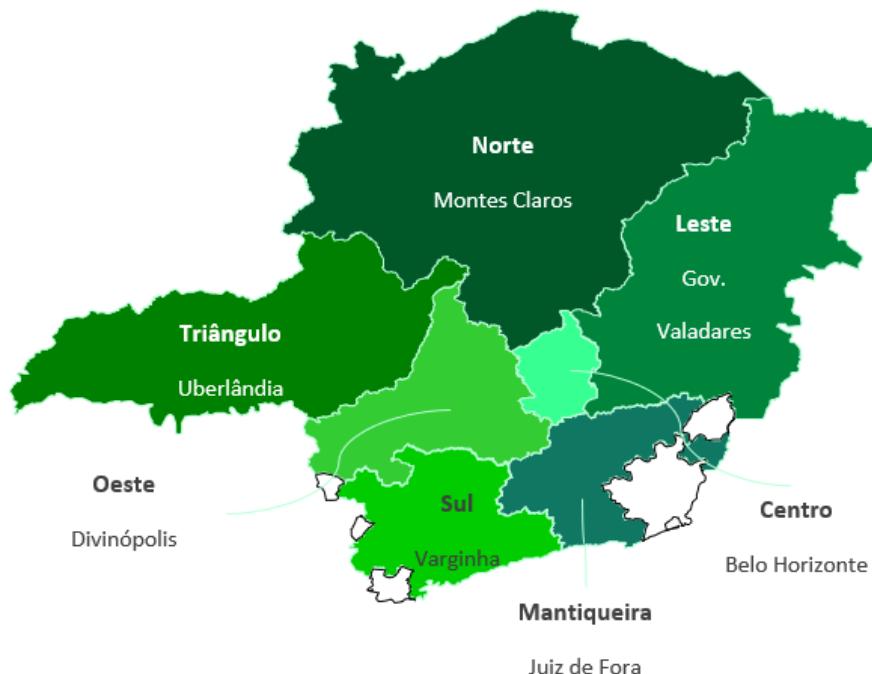
Transmissão	Comprimento (km)
230 kV	795
345 kV	2.083
500 kV	2.182
Total	5.060

Além disso, possui ativos que, opera e mantém, em outras 12 subestações de outros agentes de transmissão.

Em 2024, a Companhia teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 9 empresas, em 12 subestações e 95 km de linhas de transmissão.

Distribuição de energia elétrica

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país, sendo a maior distribuidora da América Latina. Sua área de atuação cobre aproximadamente 97% do estado de Minas Gerais, conforme segue:



Considerando dados de dezembro de 2024, a Cemig D, ocupa a 3ª posição no ranking de clientes beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.320 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 17% do total de consumidores faturados na classe residencial.

Número de consumidores por classe

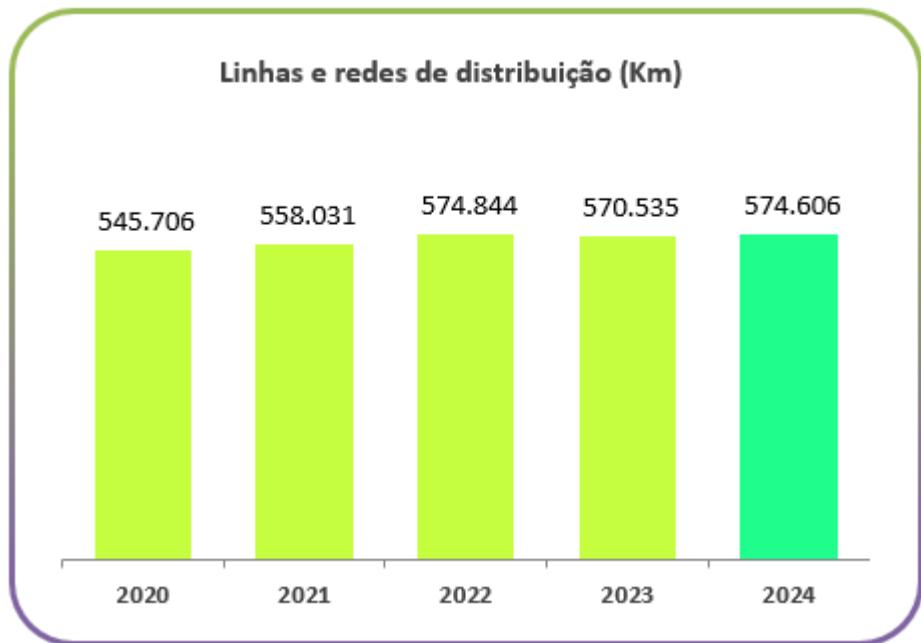
Classe	Número de Consumidores				
	2024	2023	2022	2021	2020
Clientes Cativos					
Residencial	7.960.300	7.725.836	7.501.704	7.297.174	7.113.837
Industrial	23.807	28.437	29.201	29.580	29.525
Comercial	916.307	943.831	948.615	793.708	776.942
Rural	405.953	422.829	462.142	673.008	688.201
Poder público	72.681	69.670	69.302	67.584	66.388
Illuminação pública	7.209	6.659	7.194	6.831	6.144
Serviço público	13.688	13.703	13.586	13.678	13.676
Subtotal	9.399.945	9.210.965	9.031.744	8.881.563	8.694.713
Variação %	2,05	1,98	1,69	2,15	1,87
Clientes Livres					
Industrial	1.865	1.221	1.079	965	847
Comercial	2.377	1.714	1.462	1.263	907
Rural	84	22	14	23	17
Serviço Público	12	22	12	6	-
Concessionária (Distribuidora)	68	8	3	3	3
Subtotal	4.406	2.987	2.570	2.260	1.774
Total (*)	9.404.351	9.213.952	9.034.314	8.883.823	8.696.487
Variação %	2,07	1,99	1,69	2,15	1,88

* Exclui o consumo próprio.



Linhas e redes de distribuição

A Cemig D faz cobertura de 774 municípios em Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do estado de Minas Gerais, com 574.606 km de redes de distribuição, sendo 142.971 km em área urbana, 412.387 km de redes rurais e 19.248 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.404 mil clientes em 2024.



Comercialização de energia elétrica

Em 2024, a Cemig continua líder no atendimento ao mercado livre no Brasil e chegou a 14% do *Market Share*, estando consolidada com clientes em todos os estados, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além do fornecimento de energia elétrica, a Cemig comercializa os certificados de energia renovável Cemig REC e I-REC, contribuindo para sustentabilidade econômica e ambiental de seus clientes.

No segmento de energia incentivada, em 2024, a Cemig alcançou o montante de 1.746 MW médios de energia vendida, o que representa quase 15% desse segmento, conforme dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Trata-se de uma marca inédita para o mercado e, especialmente, para a Companhia, que vem incrementando suas vendas para esse segmento de forma contínua desde 2010.



Energia Livre Cemig – Mercado Varejista

Com foco em novos mercados, a Cemig inovou com o lançamento do “Energia Livre Cemig” em 2023, um sistema de e-commerce que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável, aproveitando as oportunidades que a abertura de mercado criou a partir de janeiro de 2024.

A nova plataforma, que revolucionou o setor, foi planejada para tornar a jornada do cliente simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Ela tem permitido o atendimento dos clientes do mercado varejista e, juntamente com outras ações importantes para desenvolvimento desse segmento, contribuiu para que a Cemig alcançasse a liderança no mercado varejista a partir de outubro de 2024.

Em dezembro de 2024, foram comercializados 122 MW médios para esse tipo de cliente, que corresponde ao *Market Share* de 8%. Assim como no mercado livre atacadista, a liderança da Cemig no mercado varejista se dá em todo o território nacional, com clientes nos 25 estados interligados ao SIN, além do Distrito Federal.

Distribuição e comercialização de gás natural

A Cemig também atua no segmento de distribuição e comercialização de gás natural por meio da sua controlada Gasmig, que é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em todo o estado de Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Gasmig contava com 103.885 clientes (95.887 em 31 de dezembro de 2023), sendo 98% de clientes residenciais (98% em 31 de dezembro de 2023).

Classe	Número de clientes	
	2024	2023
Residencial	102.324	94.367
Industrial	94	100
Comercial	1.379	1.339
Automotivo	70	63
Outros	18	18
Total	103.885	95.887

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2024 começou sob a perspectiva de continuidade do movimento de convergência da inflação nos Estados Unidos em direção à meta de uma forma mais rápida. Essa expectativa foi frustrada no primeiro semestre do ano, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho atrelada a números menos favoráveis de inflação nos Estados Unidos. Essa frustração deu margem a seguidas reavaliações, pelos agentes dos mercados, de quando enfim teria início o ciclo de corte de juros por parte do banco central norte-americano (FED).



Dados mais fracos do mercado de trabalho referentes a julho, bem como de inflação, levaram o FED a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (*federal funds rate - FFR*) em 50 pontos-base na reunião de setembro. Nas próximas duas reuniões do FED foram efetuadas duas reduções de 25 pontos base, levando a FFR ao nível de 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

O cenário internacional mais desafiador levou em parte a desvalorização do real em relação ao dólar americano, consequentemente, o aumento da inflação e da taxa básica de juros (a Selic) no Brasil em 2024.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado pelo crescimento da atividade econômica. Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, esse crescimento decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, permitindo ampliação dos gastos em 2024; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais em conjunto com a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, impulsionaram o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o RS após a tragédia climática. Os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

O mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024. O crédito às famílias se beneficiou do programa Desenrola ocorrido ao final de 2023, que reduziu a taxa de inadimplência, e do crescimento da renda.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, bem como o crescimento do rendimento médio real dos trabalhadores, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

No câmbio, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano em 2024 (+24,50% variação dez/2023-dez/2024), em parte pelo cenário internacional. A depreciação cambial só não foi maior porque, até novembro, o balanço de pagamentos se manteve forte.



A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho apertado acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do IPCA, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano, terminado o ano com uma variação de 4,83%. A decisão de redução da Selic em maio de 2024, que não foi unânime e apresentou uma divisão em que os diretores que votaram por uma redução maior, foi interpretada como sinal de leniência com relação à inflação e estimulou um salto das expectativas inflacionárias para os anos seguintes.

Em reação a essa piora das expectativas de inflação, concomitante ao aumento das medidas de núcleo de inflação com a atividade econômica aquecida, o Comitê de Política Monetária (Copom) suspendeu o ciclo de reduções da Selic antes do que previsto, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, apenas duas reuniões depois de ter interrompido o ciclo de reduções, conforme o quadro prospectivo para a inflação se tornou mais adverso, o Comitê de Política Monetária (Copom) retomou a elevação da Selic, com um aumento de 25 pontos-base. Em novembro, intensificou o ritmo de alta para 50 pontos-base e, em dezembro, para 100 pontos-base, sinalizando ainda ao menos mais duas altas de 100 pontos-base nas primeiras duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2025. Assim, a Selic encerrou o ano de 2024 em 12,25% ao ano, patamar mais alto que o de encerramento de 2023, que foi de 11,75% ao ano.

Apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do cenário internacional e fiscal doméstico resultou em condições financeiras claramente mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.



Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (*Generation Scaling Factor*) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Distribuição de energia elétrica

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, puderam optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN (Sistema Interligado Nacional), sendo que os consumidores com carga individual inferior a 500kw precisam ser representados por agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os consumidores que optarem pela migração para mercado livre de energia devem realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e dos encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

Reajuste Tarifário Anual

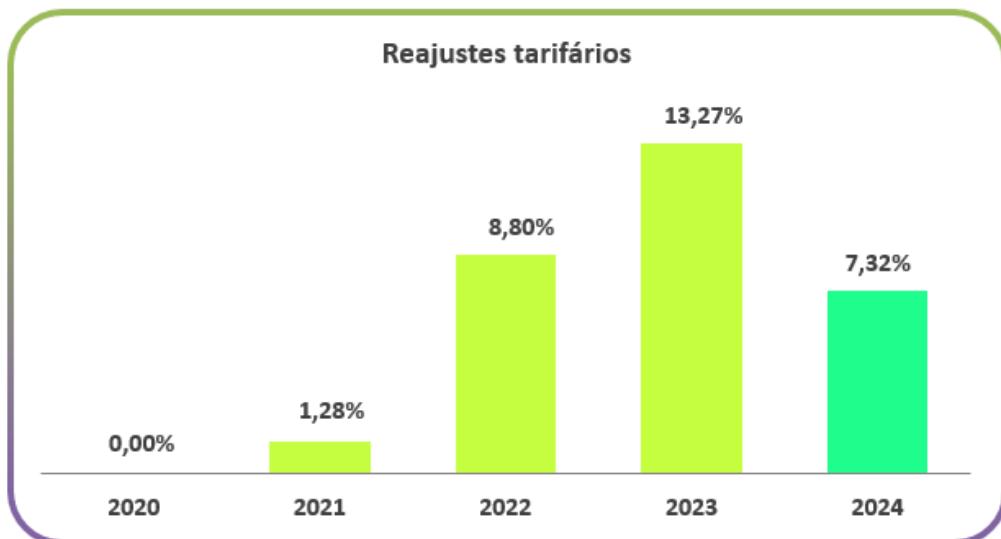
O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.



Em 21 de maio de 2024, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2024 a 27 de maio de 2025, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,32%, demonstrado na sequência. Para os consumidores residenciais conectados na baixa tensão o impacto médio foi de 6,7%.

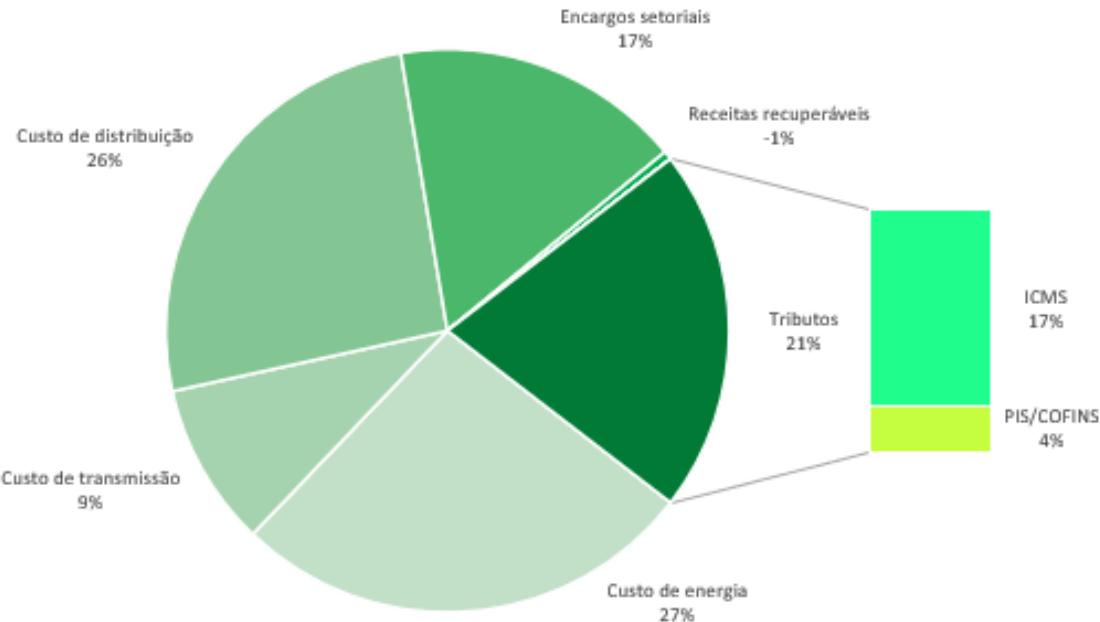
Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	8,63%
Baixa tensão – Grupo B	6,72%
Reajuste médio	7,32%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e da B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2023 a abril de 2024.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 26% ficam na Cemig D e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Cemig D, com destaque para a compra de energia e tributos.

Participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual com Tributos



Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão.

Eventual descumprimento por três anos consecutivos, para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento, e por dois anos consecutivos, para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira, implicará a abertura de processo que pode levar à declaração de caducidade da concessão. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.



O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{\text{Dívida líquida}^1}{\text{Lajida}^2 - \text{QRR}^3} \leq \frac{1}{(1,11 * \text{Selic}^4)}$$

1. A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
2. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
3. QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
4. Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para o exercício de 2024 a apuração ainda não ocorreu, sendo realizada quando da divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Inclusão de geração distribuída no cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras

Em 11 de março de 2024, a Aneel aprovou mudança na metologia de cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras, para incluir geração distribuída. Assim, a energia injetada na rede via micro e minigeração distribuída será considerada no cálculo de perdas não-técnicas. De acordo com a nova regra o cálculo passará a ser realizado com base no consumo medido das distribuidoras e não mais com base no mercado faturado, que considera aspectos comerciais tais como cobranças retroativas, créditos e disponibilidade.

Esse aprimoramento da regulação aumenta os limites de perdas das empresas e terá impacto a partir dos processos de reajustes tarifários de 2025.



Transmissão de energia elétrica

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constituiu a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em julho de 2024, por meio das Resoluções Homologatórias (ReH) nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para os Contratos de Concessão nº 006/1997 e 079/2000, ambos da Cemig GT.

No caso do contrato 006/1997, a revisão deveria ter ocorrido em 2023, mas sua postergação foi determinada pelo Despacho Aneel nº 402/2023, que acolheu o pedido da Associação Brasileira de Transmissoras de Energia Elétrica (Abrafee) de postergação da RTP de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Dessa forma em 2024, ocorreram o processo de reajuste tarifário anual para as receitas dos contratos 006/1997 (Cemig GT), 079/2000 (Cemig GT – Itajubá), 004/2005 (Centroeste) e 006/2011 (Sete Lagoas), e, concomitante, o processo de RTP para os contratos 006/1997 e 079/2000.

RAP homologada para o ciclo 2024-2025

As RAPs do ciclo 2024-2025 dos contratos de concessão da Companhia foram estabelecidas em R\$1.243 milhões, aumento de 5,4% com relação ao ciclo anterior. No período, os índices de preço IPCA e IGPM variaram 3,93% e -0,3%, respectivamente.



	Índice reajuste	RAP ciclo 2023-2024 R\$ milhões (1)	RAP ciclo 2024-2025 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	1.097,26	1.162,00	5,9
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	43,04	43,10	0,2
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	30,15	26,01	(13,6)
Contrato de Concessão – 006/11	IPCA	9,19	11,92	29,3
		1.179,64	1.243,03	5,4

(1) Valores após Despacho Aneel nº 4.675 de dezembro de 2023.

A RAP da Cemig GT (contrato 006/1997) teve um reajuste de 5,9% composto pelo efeito da RTP de 2023, postergada para 2024, notadamente no que tange à (i) reavaliação da base de ativos incrementais e reconhecimento das melhorias de pequeno porte do ciclo 2018-2023, (ii) aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e (iii) reconhecimento dos novos reforços.

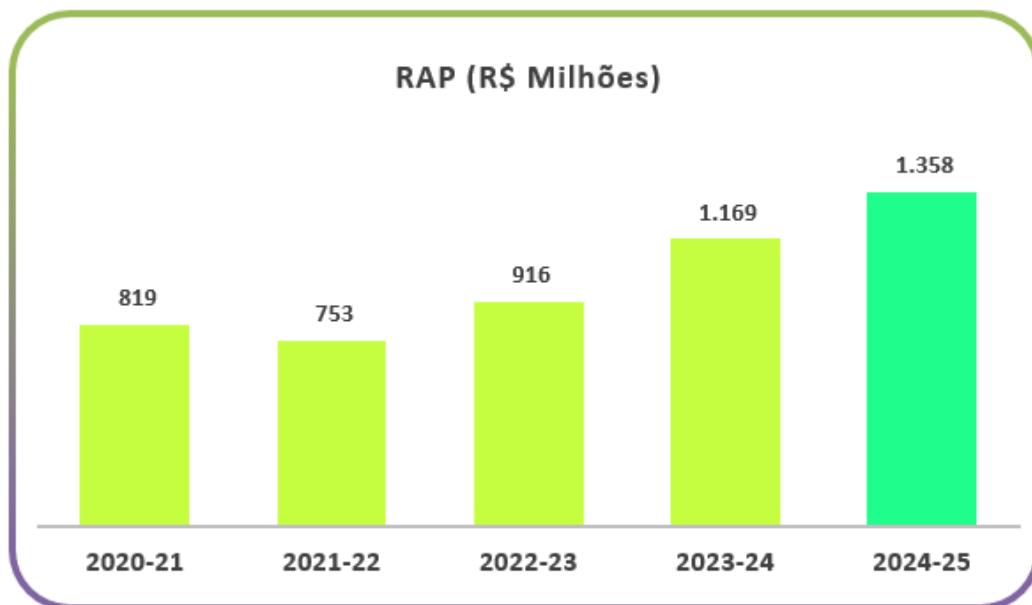
A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato 079/2000) foi reajustada em 0,2%, refletindo a reavaliação dos ativos incrementais. O IGPM, índice de preços deste contrato, teve variação negativa no período.

A RAP da Centroeste (contrato 004/2005) foi reajustada em -13,6%, refletindo, principalmente, o efeito da redução da receita no 15º ano, definida no contrato de concessão para ocorrer em 25 de março de 2025, ou seja, dentro do ciclo 2024-2025, além do efeito do negativo do IGPM, índice de reajuste deste contrato.

A RAP da concessionária Sete Lagoas Transmissora de Energia - SLTE (contrato 006/2011), teve uma variação de 29,3%, aumento acima do índice de reajuste contratual - IPCA, refletindo a entrada em operação de novas obras ao longo do ciclo 2023-2024 e reconhecidas no reajuste do ciclo 2024-2025.

Adicionalmente à RAP, o processo de reajuste estabeleceu também adição de R\$115 milhões de Parcela de Ajuste para o ciclo 2024/2025 (redução de R\$10,4 milhões no ciclo 2023-2024 após Despacho Aneel nº 4.675/2023). Essa parcela deve-se principalmente à revisão das receitas dos ativos incrementais da Cemig GT e reconhecimento das melhorias de pequeno porte do ciclo 2018-2023, cuja revisão da receita é devida desde a data de entrada em operação da obra.

No total, incluindo o efeito da parcela de ajuste no montante de R\$115 milhões (redução de R\$10,4 milhões para o ciclo 2023-2024), a receita das transmissoras para o ciclo 2024-2025 considerando o contrato da Cemig GT, Cemig GT - Itajubá, Centroeste e SLTE ficou em R\$1.358 milhões (R\$1.169 milhões para o ciclo 2023-2024), representando um reposicionamento de 16,17% em comparação ao ciclo anterior.



Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras foi de 7,72% (7,42% em 2023) e às transmissoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Distribuição

Balanço energético

Em MWh	2024	2023	2022	2021	2020
Venda de energia	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962
Fornecimento	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	25.609.642	23.919.345	22.779.582	22.356.887	20.195.618
Mercado atendido	54.533.262	52.033.887	49.407.613	48.494.692	45.553.580
Perdas na rede básica	405.766	419.740	501.407	470.140	466.904
Perdas na distribuição	6.305.781	6.239.227	6.172.362	6.135.258	6.545.110
Perdas técnicas	4.875.397	4.842.855	4.872.141	4.788.861	4.566.971
Perdas não técnicas - PNT	1.430.383	1.396.372	1.300.221	1.346.397	1.978.139
PNT / energia requerida total %	2,3%	2,40%	2,32%	2,40%	3,76%
Perdas totais - PT	6.711.546	6.658.967	6.673.769	6.605.398	7.012.014
PT / energia requerida total %	11,10%	11,30%	11,90%	11,99%	13,34%
Energia requerida total	61.244.808	58.692.854	56.081.382	55.100.090	52.565.594



Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

A partir de janeiro de 2023 passaram a vigorar os novos índices de referência, revisados pela Aneel. Conforme metodologia atual, os valores tendem a subir quando o histórico recente é positivo, o que resultou na queda do valor do FID de algumas instalações.

Apesar disso, o Índice de Disponibilidade verificado, que compõe o numerador do cálculo do FID, vem se mantendo elevado nos últimos anos para as UHEs da Cemig, sendo 96,44% em dezembro de 2024.

Volume de geração de energia

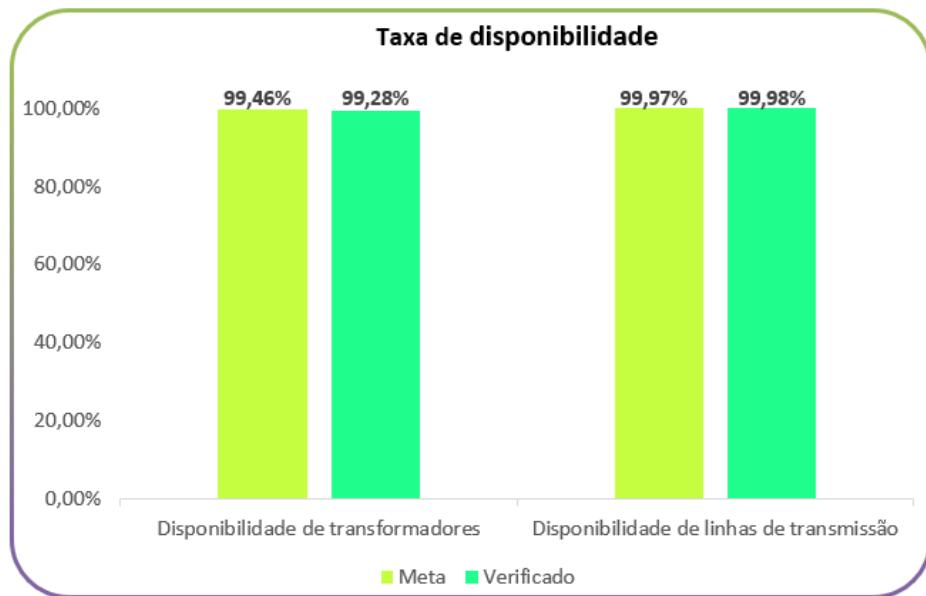
Geração em GWh	Total 2024	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente (1)	35.187	13.596
UHE não despachadas centralizadamente (2) (3)	954	736
Usinas eólicas (4)	551	367
Usinas fotovoltaicas	108	108
Total	36.800	14.806

- (1) Para as usinas hidrelétricas Aimorés, Amador Aguiar 1, Amador Aguiar 2, Candonga, Funil-MG, Igarapava e Porto Estrela, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação da Cemig GT na Aliança Energia.
- (2) Para as usinas hidrelétricas Anil, Jacutinga, Lages, Piçarrão, Rio de Pedras, Salto do Passo Velho, Salto Moraes, Salto Voltão, Santa Luzia, Santa Marta, São Bernardo, Sumidouro e Xicão, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação dessas usinas pela Cemig GT.
- (3) Para a usina hidrelétrica Luiz Dias, foi considerado o volume de geração de energia até a data de solicitação à Aneel do registro de transferência da titularidade da Cemig GT para a Universidade Federal de Itajubá.
- (4) Para as usinas eólicas Acauã III, Baixa do Sítio, Garrote, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, São Raimundo e Gravier, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação da Cemig GT na Aliança Energia.

Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão

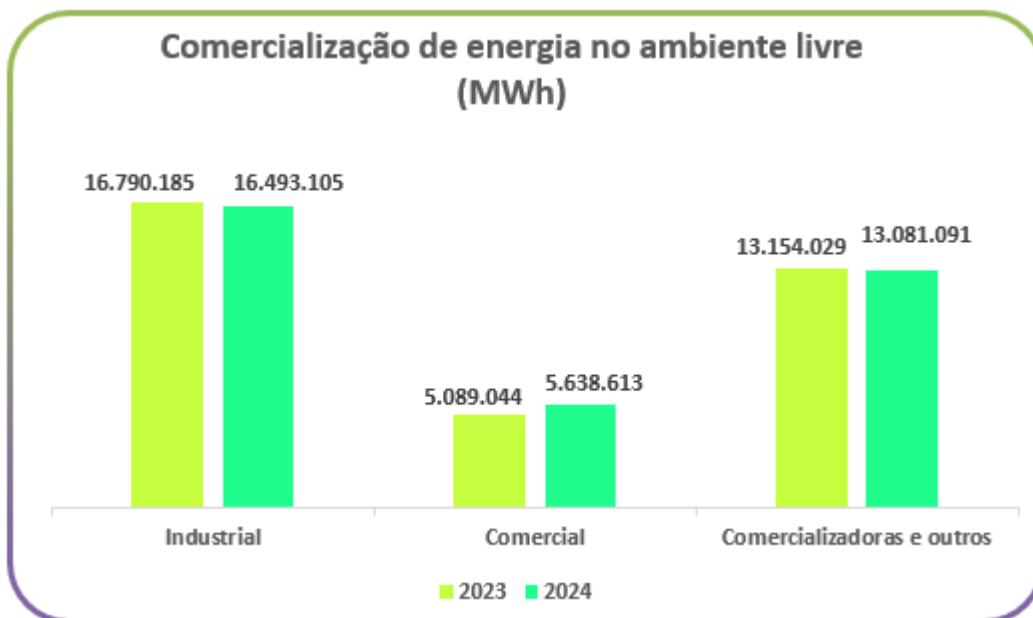
Abaixo são apresentados os indicadores de performance operacional da transmissão:



A referência setorial para a Disponibilidade de transformadores é de 99,25% e para a Disponibilidade de linhas de transmissão é de 99,39%.

Comercialização

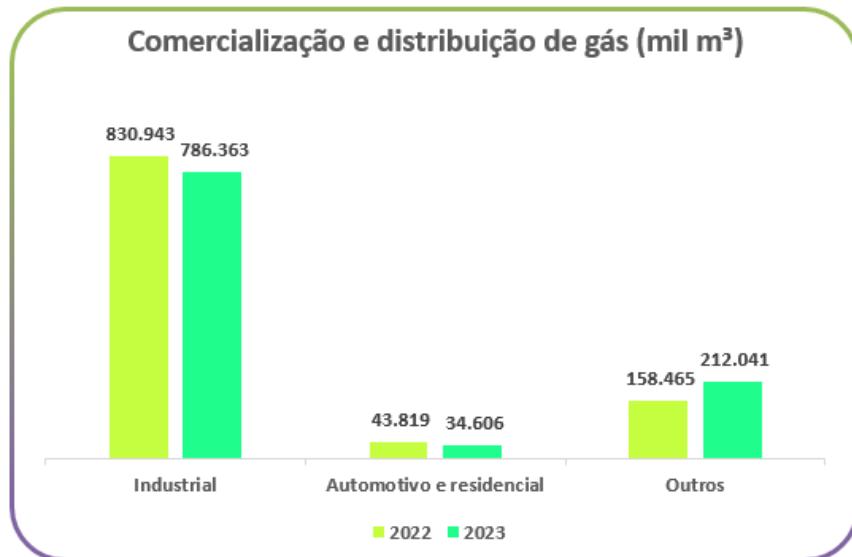
No exercício de 2024, a Cemig comercializou o total de 35.212.809 MWh (35.033.258 MWh no exercício de 2023) de energia no ambiente livre, assim segregados:





Gás

No ano de 2024, a Gasmig comercializou o total de 1.033.010 mil m³ de gás (1.033.227 mil m³ em 2023), assim segregados:



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Desempenho Consolidado

Resultado do exercício

A Cemig teve um crescimento de 23,45% no lucro líquido, sendo R\$7.119 milhões em 2024, em comparação a R\$5.767 milhões em 2023.

Os principais eventos que impactaram o resultado de 2024 foram o registro dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida dos contratos de concessão da Cemig GT e o reconhecimento do ganho com a alienação da participação societária da Cemig GT na Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração").

As principais variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro, de forma consolidada e segregada por segmento, estão apresentadas na sequência deste relatório.

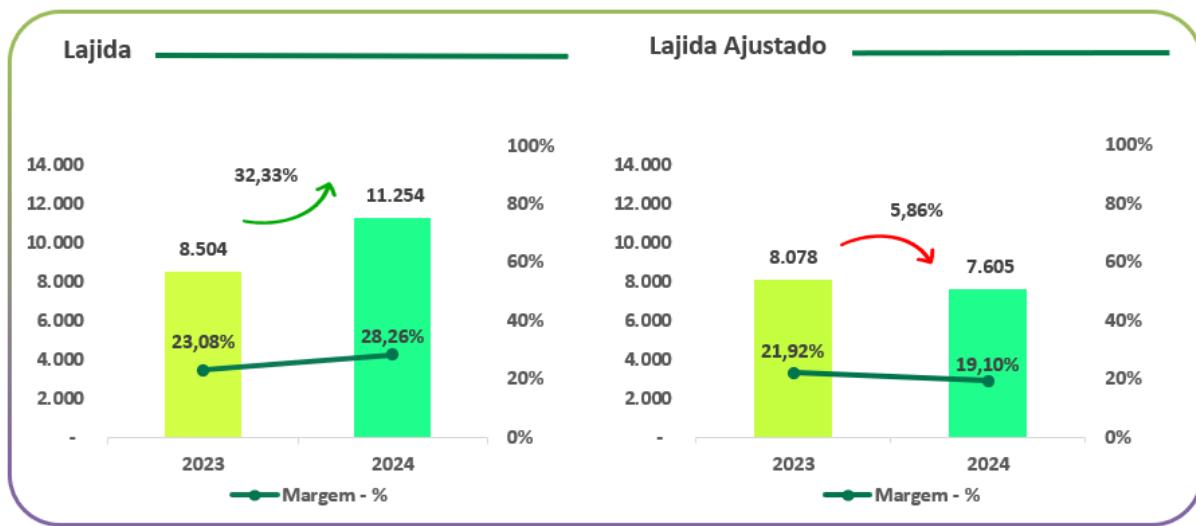


Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - 2024 - R\$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do exercício	1.281	1.560	517	2.206	498	1.057	7.119
Despesa de imposto de renda e contribuição social	334	557	136	662	213	336	2.238
Resultado financeiro	180	108	(24)	17	52	188	521
Depreciação e amortização	325	9	-	922	98	22	1.376
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.120	2.234	629	3.807	861	1.603	11.254
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Ganho na alienação de usinas (nota 31a)	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Perda por redução ao valor recuperável (nota 14)	-	-	5	-	-	41	46
Constituição de provisões cíveis - Compra e venda de energia (nota 24)	-	-	53	-	-	-	53
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR (nota 24)	(31)	(33)	(5)	(513)	-	(3)	(585)
Programa de desligamento voluntário (nota 27c)	9	10	2	56	-	1	78
Ganho na alienação de investimentos (nota 31b)	-	-	-	-	-	(1.617)	(1.617)
Resultado da Revisão Tarifária Periódica (nota 13)	-	(1.521)	-	-	-	-	(1.521)
Reversão de provisão com parte relacionada (nota 29)	-	-	-	-	-	(58)	(58)
Lajida ajustado (2)	2.055	690	684	3.350	859	(33)	7.605

Lajida - 2023 - R\$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do período	1.387	465	959	1.611	596	749	5.767
Despesa de imposto de renda e contribuição social	326	114	428	405	248	(437)	1.084
Resultado financeiro	12	47	(82)	253	9	140	379
Depreciação e amortização	327	1	-	834	94	18	1.274
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.052	627	1.305	3.103	947	470	8.504
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	-	(344)	(344)
Remuneração do passivo de pós-emprego	(11)	(7)	(1)	(34)	-	(4)	(57)
Outros	-	-	(22)	-	-	-	(22)
Lajida ajustado (2)	2.041	620	1.282	3.069	944	122	8.078

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes, fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

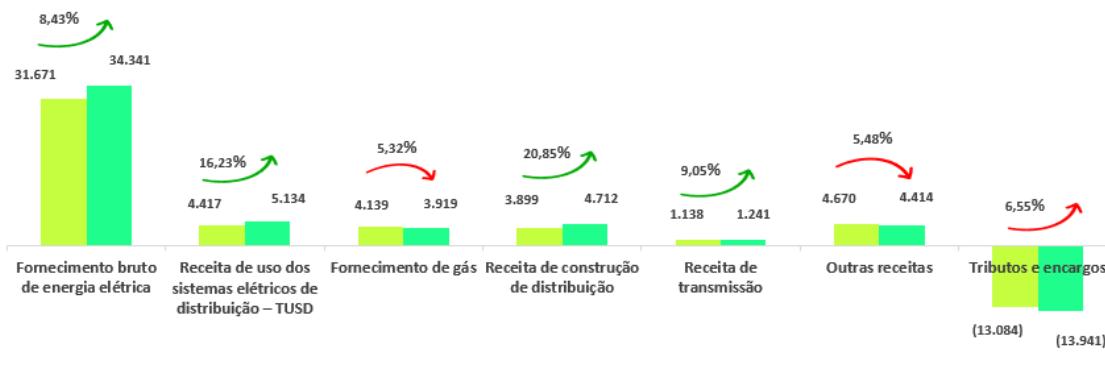


Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	Consolidado (R\$ Milhões)		Variação %
	2024	2023	
Fornecimento bruto de energia elétrica	34.341	31.671	8,43
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	5.134	4.417	16,23
CVA e outros componentes financeiros	423	(213)	(298,59)
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	513	1.909	-
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	383	373	2,68
Receita de construção de transmissão	425	241	76,35
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	433	524	(17,37)
Receita de indenização da geração	86	93	(7,53)
Receita de construção de distribuição	4.712	3.899	20,85
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	104	149	(30,20)
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	447	412	8,50
Liquidão na CCEE	92	146	(36,99)
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	-	(4)	(100,00)
Fornecimento de gás	3.919	4.139	(5,32)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(157)	(139)	12,95
Outras receitas	2.906	2.317	25,42
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(13.941)	(13.084)	6,55
Receita líquida	39.820	36.850	8,06

Receita líquida



Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica cresceu 8,43%, sendo R\$34.341 milhões em 2024 e R\$31.671 milhões em 2023.

	2024			2023			Variação %	
	MWh (1)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (2)	MWh	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	14.430.293	12.970	898,80	13.310.966	10.794	810,91	8,41	20,16
Industrial	17.820.062	5.377	301,74	18.342.704	5.903	321,82	(2,85)	(8,91)
Comércio, serviços e outros	11.801.947	6.613	560,33	11.443.303	6.314	551,76	3,13	4,74
Rural	3.577.553	2.528	706,63	3.506.555	2.238	638,23	2,02	12,96
Poder público	1.031.480	937	908,40	973.160	786	807,68	5,99	19,21
Iluminação pública	972.599	546	561,38	1.056.275	498	471,47	(7,92)	9,64
Serviço público	919.849	728	791,43	1.055.300	744	705,01	(12,84)	(2,15)
Subtotal	50.553.783	29.699	587,47	49.688.263	27.277	548,96	1,74	8,88
Consumo Próprio	30.339	-	-	29.703	-	-	2,14	-
Fornecimento não faturado líquido	-	92	-	-	166	-	-	-
	50.584.122	29.791	587,47	49.717.966	27.443	548,96	1,74	8,56
Suprimento a outras concessionárias (3)	17.191.591	4.500	261,76	17.328.482	4.183	241,39	(0,79)	7,58
Suprimento não faturado líquido	-	50	-	-	45	-	-	11,11
Total	67.755.713	34.341	504,82	67.046.448	31.671	469,43	1,09	8,43

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(3) Inclui Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, vendas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e receitas de Gestão de Ativos de Geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:



Residencial

O consumo residencial aumentou 8,41% no exercício de 2024, frente ao exercício de 2023. Este comportamento está relacionado:

- Aumento de 3,0% na quantidade de consumidores;
- Aumento de 2,1% no consumo médio mensal por consumidor (passou de 130,4 kWh/mês para 133,1 kWh/mês);
- Temperaturas acima da média em alguns meses; e
- Melhora no cenário econômico.

Serviço Público

A quantidade de energia faturada reduziu 12,84% no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior devido, principalmente, à migração de clientes cativos para o ambiente livre.

Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2024, essa receita correspondeu ao montante de R\$5.134 milhões, comparado a R\$4.417 milhões em 2023, representando um crescimento de 16,23%.

Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de 18,60% no uso da rede pelos clientes livres da classe comercial e 4,95% da classe industrial, em 2024, em relação a 2023, além do reajuste tarifário anual da distribuidora.

	MWh		
	2024	2023	Variação %
Industrial	22.035.453	20.996.914	4,95
Comercial	2.414.550	2.035.821	18,60
Rural	77.159	45.673	68,94
Serviço Público	597.273	439.225	35,98
Poder Público	7.021	1.622	332,86
Concessionárias	329.352	317.569	3,71
Total de energia transportada	25.460.808	23.836.824	6,81

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Cemig D reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser resarcidos ao consumidor ou repassados à Cemig D nos próximos reajustes tarifários.



Em 2024, foi reconhecida uma receita no montante de R\$423 milhões, em comparação a uma despesa de R\$213 milhões no mesmo período de 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilões no ambiente regulado e a uma menor realização dos componentes financeiros que são repassados na tarifa.

Mais informações sobre a composição e movimentação da CVA na nota explicativa nº 12.3.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores

Em maio de 2024, a Cemig D concluiu a devolução dos valores referentes à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, que vinha sendo devolvido a partir de revisões tarifárias. Desse modo, o ajuste na receita referente à realização dessa restituição ocorreu até o segundo trimestre de 2024, sendo de R\$513 milhões, em comparação a R\$1.909 milhões no exercício de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

Receita de construção da distribuição

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica e de gás foram R\$4.712 milhões em 2024, comparado a R\$3.899 milhões em 2023, um crescimento de 20,85%. Essa variação deve-se, basicamente, aos seguintes fatores:

- aumento no número de obras, principalmente em redes de distribuição de energia elétrica, em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), tendo sido uma receita de construção de R\$4.378 milhões no exercício de 2024, em comparação a R\$3.601 milhões no exercício de 2023.
- aumento do número de obras efetuadas pela Gasmig, em linha com o Projeto Centro-Oeste, que tem previsão de construção de 300 km adicionais de gasodutos. Em 2024 a receita de construção foi de R\$334 milhões, em comparação a R\$298 milhões em 2023.

Estas receitas são integralmente compensadas pelos custos de construção, no mesmo valor, e correspondem aos investimentos realizados pela Cemig D e pela Gasmig, no exercício, em ativos da concessão.

Receita de construção da transmissão

As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$425 milhões em 2024, em comparação a R\$241 milhões em 2023, representando um aumento de 76,35%. A variação decorre, principalmente, do maior volume investido em obras de reforços e melhorias e na implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona. Além do acréscimo no volume, vale destacar o maior *mark-up* sobre o custo das obras investidas em 2024.



Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

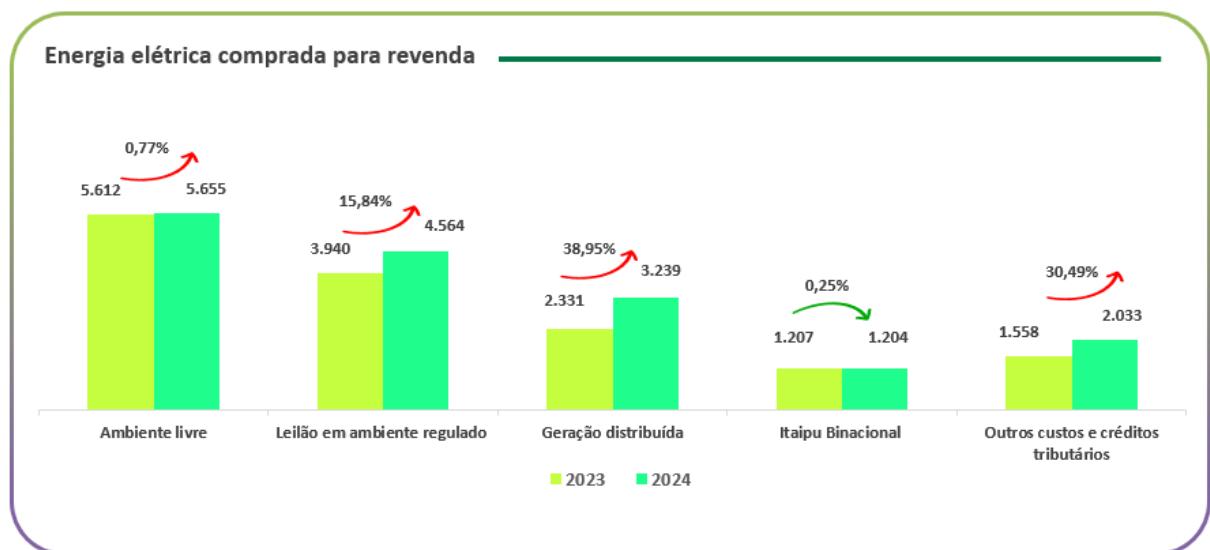
Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$13.941 milhões em 2024 comparado a R\$13.084 milhões em 2023, representando um aumento de 6,55%. Esse aumento é reflexo, principalmente, do crescimento da receita no exercício de 2024, em comparação a 2023.

Custos e despesas

Os custos e despesas totalizaram R\$33.360 milhões em 2024, em comparação a R\$30.380 em 2023, um aumento de 9,81%. As principais variações estão descritas a seguir.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica para revenda é composto conforme demonstrado no gráfico abaixo:



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$16.695 milhões em 2024, comparado a R\$14.648 milhões em 2023, representando um aumento de 13,97%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

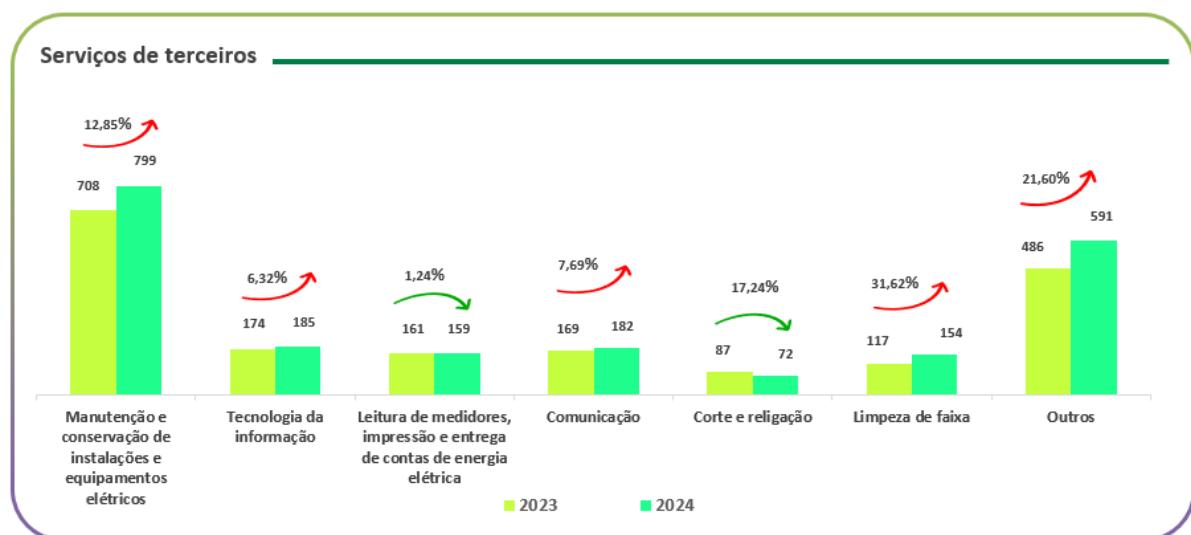
- aumento de 15,84% no custo com energia adquirida por meio de **leilão em ambiente regulado**, sendo de R\$4.564 milhões em 2024, em comparação a R\$3.940 milhões em 2023. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento de 38,95% no custo com **geração distribuída**, sendo de R\$3.239 milhões em 2024, em comparação a R\$2.331 milhões em 2023. Essa variação decorre do aumento do número de instalações geradoras (301.804 em 2024, em comparação a 249.701 no em 2023) e do aumento na quantidade de energia injetada (6.116 GWh em 2024, comparado a 4.720 GWh em 2023); e

- em 2024, houve um aumento de 141,42% no custo com **energia de curto prazo**, causado principalmente pela elevação do custo com risco hidrológico, devido à baixa hidrologia verificada no ano 2024 e pela redução de 21% na receita da energia liquidada, impactada pela modulação do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) horário. Sendo um custo de R\$1.154 milhões em 2024 em comparação a R\$478 milhões em 2023.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia, em 2024, foi uma despesa no montante de R\$485 milhões, em comparação a R\$591 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos participantes do Plano de Saúde Integrado (PSI), devido à adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, o Plano Premium, oferecido pela Companhia.

Serviços de terceiros



A despesa total com serviços de terceiros foi de R\$2.142 milhões em 2024, em comparação a R\$1.902 milhões em 2023, representando um aumento de 12,62%, atrelado, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 6,67% na despesa com **inspeção de unidades consumidoras**, sendo de R\$48 milhões em 2024, em relação a R\$45 milhões em 2023, refletindo o maior volume de inspeções realizadas no período;
- aumento de 31,62% nas despesas com **limpeza de faixa**, sendo de R\$154 milhões em 2024, em comparação a R\$117 milhões em 2023, e aumento de 48,28% nas despesas com **podas de árvores**, sendo de R\$86 milhões em 2024 em comparação a R\$58 milhões em 2023. Essas variações estão atreladas a uma maior execução desses serviços, a fim de evitar e diminuir a duração da interrupção de energia, quando incorrida; e



- redução de 17,24% na despesa com **corte e religação**, sendo de R\$72 milhões em 2024 em comparação a R\$87 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, do emprego de tecnologias mais avançadas na programação de alvos e ampliação da instalação de medidores inteligentes, possibilitando a atuação em corte e religação remotos.

Provisões operacionais

- **Reversão de provisão com parte relacionada**

A Cemig GT possuía obrigações contratuais perante a até então investida Aliança Geração, correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital dessa investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024, no montante R\$58 milhões.

Informações adicionais sobre a composição dos custos, despesas e outras receitas estão dispostas na nota explicativa nº 27.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira de R\$521 milhões em 2024 em comparação a uma despesa financeira de R\$379 milhões no mesmo período de 2023, representando um aumento de 37,42%. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- **Atualização de tributos a restituir a consumidores**

A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

Em 2024 foi reconhecida uma receita financeira no montante de R\$392 milhões em comparação a uma despesa financeira de R\$41 milhões em 2023.

Em maio de 2024, foi reconhecida a baixa do saldo remanescente do passivo de “Valores a restituir a consumidores” que foi devolvido a partir das revisões tarifárias, reduzindo a base de cálculo desta despesa financeira. Mais detalhes na nota explicativa nº19.



■ Variação monetária de CVA

A variação líquida no resultado financeiro relativa aos saldos de variação monetária de CVA e outros componentes financeiros foi uma receita financeira de R\$16 milhões, em 2024, em comparação a uma receita financeira de R\$76 milhões, no ano anterior. Essa variação decorre, basicamente, de menor montante atribuído aos itens que são atualizados financeiramente, homologados no reajuste tarifário de 2024, comparado ao valor desses itens no reajuste tarifário de 2023.

■ Variação cambial de empréstimos

A variação do dólar em relação ao real, em 2024, representou um aumento de 27,91%, em comparação a uma redução de 7,21%, em 2023, o que gerou o registro de variação cambial negativa em 2024, no montante de R\$464 milhões, em comparação ao registro de variação cambial positiva no ano anterior, no montante de R\$277 milhões.

■ Instrumento financeiro derivativo

Em decorrência da elevação na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real, o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou ganhos de R\$147 milhões, em 2024, em comparação ao registro de perdas de R\$177 milhões, em 2023. Adicionalmente, em dezembro/2024, ocorreu a liquidação desses instrumentos, no montante de US\$381 milhões, com resultado positivo de R\$521 milhões.

A composição das receitas e despesas financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 28.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, em 2024, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$2.238 milhões (R\$1.084 milhões em 2023) em relação ao lucro de R\$9.358 milhões (R\$6.851 milhões em 2023) antes dos efeitos fiscais, representando 23,92% de alíquota efetiva (15,83% em 2023). Essa variação está relacionada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos tributários sobre (i) Revisão Tarifária Periódica da RAP e (ii) ganho com a alienação da participação detida pela Cemig GT na Aliança Geração.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d.

Liquidez e recursos de capital

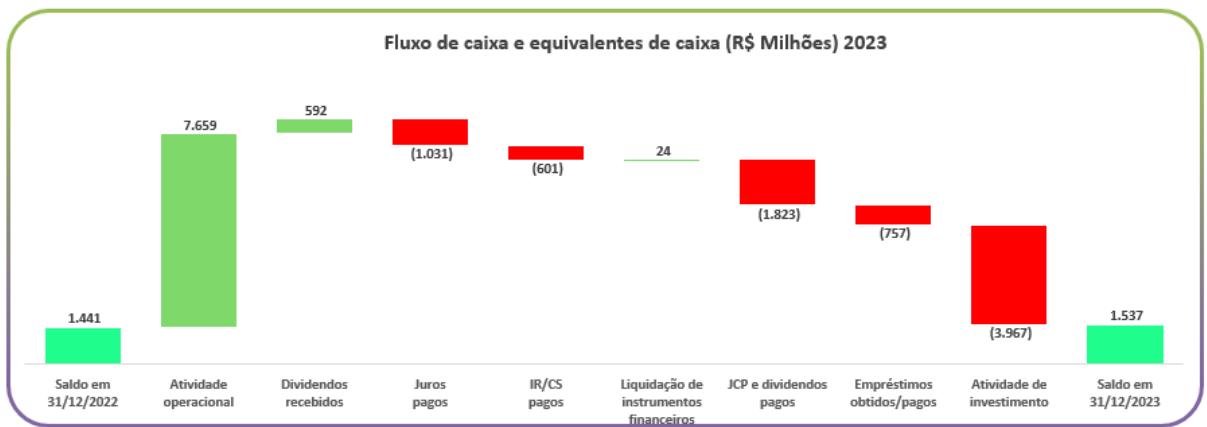
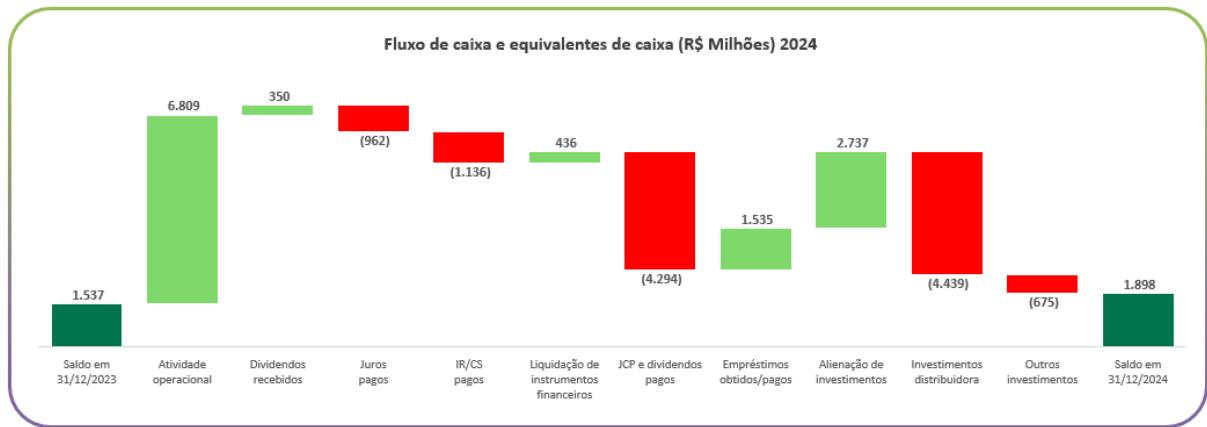
O negócio da Companhia é de capital intensivo. Historicamente, a Companhia tem necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.



As exigências de liquidez da Companhia também são afetadas pela política de dividendos. A Companhia financia sua liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes de caixa

A evolução dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:



Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários durante o exercício de 2024 foram:

- Para a Cemig GT destaca-se a conclusão do processo de alienação da participação da sua participação no capital social da Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança Geração”), em agosto de 2024, pelo montante de R\$2.737 milhões (nota explicativa nº 31). Em compensação, a Cemig GT efetuou pagamento de empréstimos e debêntures na ordem de R\$2.651 milhões, incluindo a liquidação dos Eurobonds ocorrida em dezembro de 2024 (nota explicativa nº 20).



- Ao longo de 2024, a Cemig D concluiu a emissão da 10ª e 11ª emissão de debêntures, resultando em uma entrada de caixa, líquida dos custos de transação, de R\$4.383 milhões (nota explicativa nº 20). Em contrapartida e em linha com a atual política de investimentos, a Cemig D investiu R\$4.090 milhões na infraestrutura de distribuição (nota explicativa nº 13).
- Por fim, destaca-se o volume de pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Cemig no exercício de 2024, no montante de R\$4.294 milhões (nota explicativa nº 25).

Desempenho por segmento

Os resultados apresentados separadamente por segmento não consideram as eliminações do consolidado de operações entre os segmentos.

Desempenho do segmento de Distribuição

O segmento de distribuição apresentou, em 2024, lucro de R\$2.206 milhões em comparação a R\$1.611 milhões em 2023, representando um aumento de 36,93%. As principais variações estão descritas na sequência deste comentário-desempenho.

Receita líquida

A receita líquida do segmento de distribuição cresceu 14%, sendo R\$26.617 milhões em 2024 e R\$23.348 milhões em 2023. As principais variações da receita líquida estão apresentadas a seguir:

- a receita com **fornecimento bruto de energia elétrica** foi de R\$24.594 milhões, em 2024, em comparação a R\$21.551 milhões em 2023, representando um crescimento de 14%. Essa variação decorre, essencialmente, no aumento do fornecimento de energia para clientes da classe residencial, principalmente por i) aumento na quantidade de consumidores; ii) aumento no consumo médio mensal por consumidor; iii) temperaturas acima da média, e iv) melhora no cenário econômico;
- em maio de 2024, a Companhia concluiu a devolução dos valores referentes à **restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins** aos consumidores. Desse modo, o ajuste na receita referente à realização dessa restituição ocorreu até o segundo trimestre de 2024, sendo de R\$513 milhões, em comparação a R\$1.908 milhões no exercício de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 19;
- aumento de 16,22% na **receita de uso da rede**, que é referente à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2024 essa receita correspondeu ao montante de R\$5.169 milhões, em comparação a R\$4.448 milhões em 2023.



- as **receitas de construção** de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$4.379 milhões em 2024, em comparação a R\$3.600 milhões em 2023, um crescimento de 21,62%. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no número de obras devido ao Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principalmente em redes de distribuição. Essa receita é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão; e
- os **tributos e encargos incidentes sobre a receita** foram de R\$11.028 milhões, em 2024, em comparação a R\$10.053 milhões em 2023, representando um aumento de 9,7%, em linha com o crescimento das receitas.

Custos e despesas

O total de custos e despesas do segmento de distribuição foi de R\$23.732 milhões em 2024, em comparação a R\$21.079 em 2023, representando um aumento de 12,59%. As principais justificativas para essa variação estão apresentadas a seguir.

Custos com energia elétrica

Em 2024, o custo com energia elétrica foi de R\$14.735 milhões em comparação a R\$12.656 milhões em 2023, representando um aumento de 16,43%, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 18,67% no custo com **energia elétrica comprada para revenda**, sendo R\$11.379 milhões, em 2024, em comparação a R\$9.589 milhões, em 2023. Essa variação decorre do (i) aumento nos custos com energia de curto prazo, causado pela elevação do custo com risco hidrológico devido à baixa hidrologia, e redução de 21% na sobra de energia liquidada, sendo esta impactada pela modulação do PLD horário; (ii) aumento nos custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, reflexo de ajustes contratuais anuais atrelados ao IPCA e entrada de novos contratos; e, (iii) aumento no custo com geração distribuída decorrente do aumento no número de instalações geradoras e na quantidade de energia injetada.
- aumento de 9,43% nos **encargos de uso do sistema elétrico**, líquidos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, sendo R\$3.356 milhões em 2024, em comparação a R\$3.067 milhões em 2023. A variação é justificada, principalmente, pela maior contratação dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST), no exercício de 2024, reflexo de aumento de carga da Cemig D. Além disso, houve aumento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) no reajuste tarifário anual, homologado em maio de 2024.



Provisões para contingências

As provisões representaram uma reversão de R\$205 milhões em 2024, em comparação a uma constituição de R\$285 milhões em 2023, sendo essa variação atrelada, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 32,99% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$129 milhões de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$97 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, do andamento processual de ações coletivas trabalhistas, que realizaram a revisão do cálculo pericial, após a definição de lista de substituídos;
- aumento de 58,75% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$127 milhões em 2024, em comparação à constituição líquida de R\$80 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, de decisões desfavoráveis à Companhia referentes a irregularidades na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica;
- variação nas provisões para contingências tributárias, que representou uma reversão de provisão de R\$490 milhões em 2024, em comparação à constituição líquida de R\$96 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o que gerou o reconhecimento de uma reversão de provisão no montante de R\$513 milhões.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Cemig D.

Desempenho do segmento de Transmissão

O segmento de transmissão apresentou um lucro líquido de R\$1.560 milhões, em 2024, em comparação a R\$465 milhões em 2023. A variação decorre, essencialmente, do registro dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida para os contratos de concessão da Cemig GT. Mais detalhes sobre esse tema estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

Receita de concessão da transmissão

As receitas de **construção, reforço e melhoria** da infraestrutura foram de R\$398 milhões, em 2024, em comparação a R\$227 milhões em 2023. A variação decorre, principalmente, do maior volume investido em obras de reforços e melhorias e na implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona. Além do acréscimo no volume, vale destacar o maior mark-up sobre o custo das obras investidas em 2024.



A **receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão** aumentou 15,34% sendo de R\$594 milhões em 2024 e R\$515 milhões em 2023. Esse aumento está associado, principalmente, ao acréscimo na taxa de remuneração após Revisão Tarifária Periódica. Destaca-se ainda a variação do IPCA em 2024, de 4,83%, superior à variação verificada em 2023, de 4,62%.

Resultado financeiro

O segmento de transmissão apresentou uma despesa financeira líquida de R\$108 milhões em 2024, em comparação a uma despesa financeira de R\$47 milhões em 2023. O efeito deve-se, principalmente, à variação cambial de empréstimos.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Geração

O segmento de geração apresentou, em 2024, um lucro líquido de R\$1.281 milhões, em comparação a R\$1.387 milhões em 2023, representando uma redução de 7,61%.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Comercialização

O segmento de comercialização apresentou, em 2024, um lucro líquido de R\$517 milhões, em comparação a R\$959 milhões em 2023, representando uma redução de 46,12%.

Receita líquida

A receita líquida do segmento de comercialização foi de R\$7.279 milhões, em 2024, em comparação a R\$7.686 milhões em 2023, representando uma redução de 5,3%, decorrente, principalmente, da variação da carteira de contratos, com o término de contratos a preços de venda mais elevados e substituição por contratos a preços mais baixos, impactando no preço médio de venda.



Provisões operacionais

As provisões operacionais do segmento de comercialização representaram o total de R\$76 milhões em 2024, em relação a R\$7 milhões em 2023. A variação decorre, principalmente do reconhecimento de provisão para contingência cível. Em 2024, houve a reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável, de ação judicial ordinária contra a Cemig GT, a qual requer a declaração de nulidade de cláusula de compra e venda de energia elétrica no mercado livre, bem como a restituição dos valores pagos pela parte autora. Adicionalmente, foi julgado parcialmente procedente o pedido de reduzir o valor da multa rescisória e de afastar a incidência de “spread” no cálculo da dívida. O montante provisionado no segundo trimestre de 2024 foi de R\$53 milhões.

Desempenho do segmento de Gás

O segmento de gás apresentou, em 2024, um lucro líquido de R\$496 milhões, em comparação a R\$593 milhões em 2023, uma redução de 16,43%.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Gasmig.

Desempenho do segmento de Participações e Holding

O segmento de participações e holding apresentou, em 2024, um lucro líquido de R\$1.057 milhões, em comparação a um lucro líquido de R\$749 milhões em 2023. Essa variação decorre, essencialmente, do reconhecimento do ganho com a alienação da participação societária da Cemig GT na Aliança Geração, no montante de R\$1.617 milhões.

A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A.

Mais detalhes sobre essa operação estão disponíveis na nota explicativa nº 31.



POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros no mercado de capitais nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios.

A Companhia apresentou relevante geração de caixa, relacionado principalmente aos seus negócios de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de sua política de desinvestimentos. A combinação destes fatores possibilitou a execução de seu programa de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações.

Em março de 2024, a Cemig D captou recursos por meio da 10ª emissão de debêntures, no valor de R\$2 bilhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$400 milhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,80% aa, com prazo de 5 anos e amortizações nos 4º e 5º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$1,6 bilhão, com incidência de juros remuneratórios de IPCA + 6,1469% aa, com prazo de 10 anos e amortizações nos 8º, 9º e 10º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$2.114 milhões.

Em setembro de 2024, a Cemig D realizou uma nova captação de recursos por meio da 11ª emissão de debêntures, no valor de R\$2 milhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$1 milhão, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,55% aa, com prazo de 7 anos e amortizações nos 6º e 7º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$1,5 bilhão, com incidência de juros remuneratórios de IPCA + 6,5769% aa, com prazo de 12 anos e amortizações nos 11º e 12º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$2.581 milhões.

A Cemig GT realizou relevantes alienações de ativos, com impacto no caixa ao longo de 2024, com destaque para a alienação da sua participação direta de 45% no capital social da Aliança Energia para a Vale, que resultou em entrada de caixa no montante de R\$2.737 milhões. Adicionalmente, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes Energia realizaram a alienação de 15 PCHs / CGHs pelo valor de R\$100,9 milhões.

Outro fator importante foi a liquidação, em dezembro, dos títulos de dívida emitidos no mercado externo (“Eurobonds”). O efeito líquido no caixa da Cemig GT foi de R\$1.866 milhões, considerando o pagamento de R\$2.309 milhões (equivalentes a US\$381,1 milhões) subtraído o efeito do hedge de R\$443 milhões.

Ao longo de 2024, a Cemig (consolidado) desembolsou R\$3.931 milhões com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$2.975 milhões referente à amortização do principal.



Como consequência das novas emissões de debêntures pela Cemig D e da liquidação dos Eurobonds pela Cemig GT, no consolidado da Cemig, houve aumento significativo do prazo médio de sua dívida de 2,8 anos, em 31 de dezembro de 2023, para 4,8 anos, em 31 de dezembro de 2024. Por sua vez, os custos nominais e reais da dívida reduziram, sendo 12,64% a.a. e 7,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024, respectivamente, e 11,98% a.a. e 6,65% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2023.

Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os *ratings* da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Considerando esta contextualização, os *ratings* locais foram mantidos ou elevados ao longo do ano. A Fitch elevou o *rating* da Cemig para AAA, enquanto a Moody's elevou para AA+. Por fim, a Standard & Poor's reafirmou o *rating* AA+, entretanto melhorou a sua perspectiva, alterando-a de estável para positiva. Dessa forma, todas as agências melhoraram sua visão de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez e melhora dos indicadores de desempenho operacionais.

Com relação aos *ratings* globais, a Fitch e Standard & Poor's reafirmaram as notas BB e BB-, respectivamente, enquanto a Moody's elevou a nota de Ba2 para Ba1.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:

	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+
Fitch Ratings																	
2009																	
2018																	
2024																	
STANDARD & POOR'S																	
2009																	
2018																	
2024																	
Moody's																	
	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC
2009																	
2018																	
2024																	

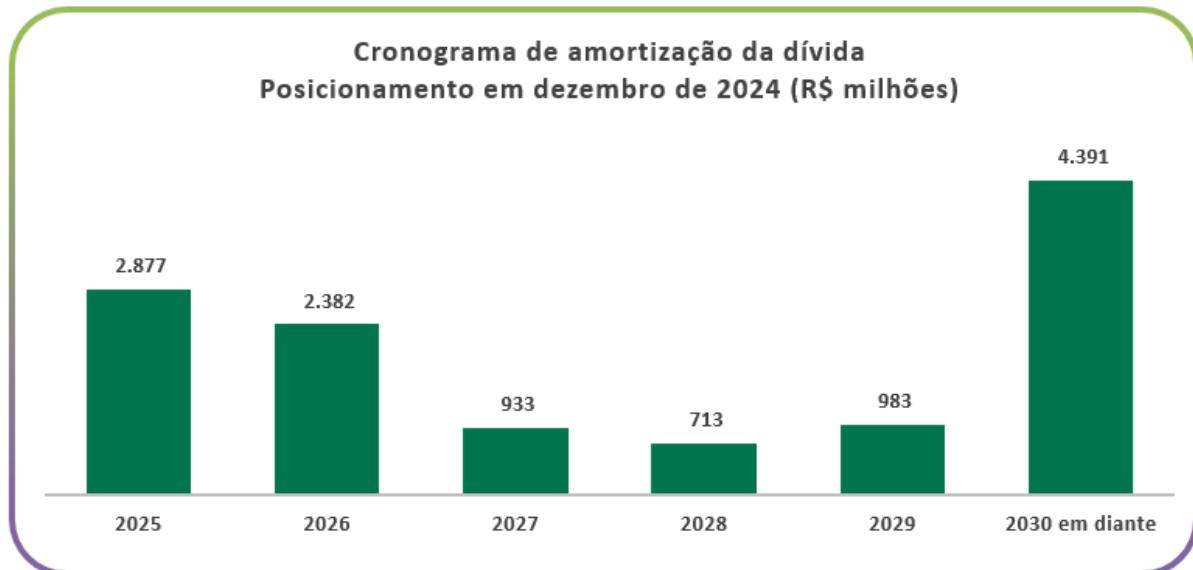
Os detalhes sobre as debêntures emitidas pela Cemig D e liquidação dos Eurobonds pela Cemig GT, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024.

A Companhia conta com *covenants* financeiros, atrelados às emissões de debêntures, relacionados ao seu endividamento e distribuição de dividendos.

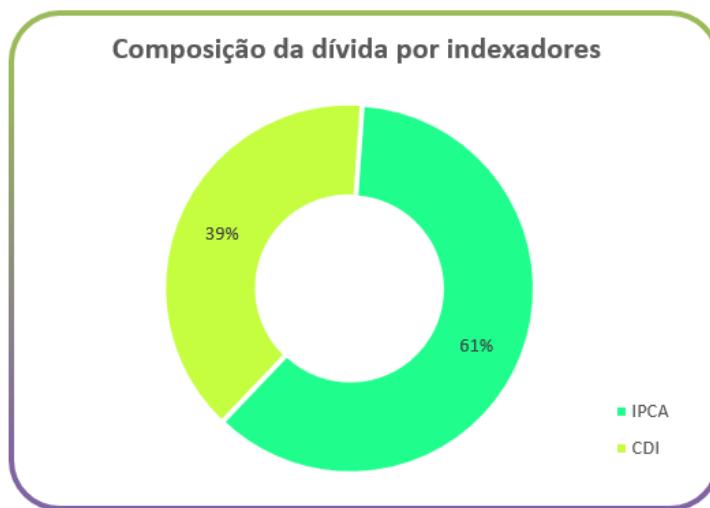


O endividamento bruto da Cemig (consolidado) é R\$12.279 milhões em 31 de dezembro de 2024.

O cronograma de amortizações da dívida é apresentado no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2024, é conforme segue:



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um hedge natural, dado que a receita de sua atividade, por meio de seus contratos de distribuição, transmissão e comercialização, possui, em grande parte, correção por esse mesmo índice. Do outro lado, o caixa da Companhia é corrigido pelo CDI, produzindo um efeito similar.



Administração de capital

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida ajustado.

A dívida líquida consolidada da Companhia é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e debêntures (circulante e não circulante)	12.279	9.831
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.898)	(1.537)
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante)	(493)	(774)
(-) Instrumento derivativo de hedge	-	(368)
Dívida líquida	9.888	7.152
 Lajida ajustado (1)	 7.606	 8.078
Dívida líquida / Lajida ajustado	1,30	0,89

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Total do passivo	32.344	30.345
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.898)	(1.537)
(-) Títulos e valores mobiliários	(358)	(774)
Passivo líquido	30.088	28.034
 Total do patrimônio líquido	 27.383	 24.655
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,10	1,14



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2024, no montante de R\$7.117 milhões, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$16 milhões, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$835 milhões:

- R\$350 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$3.734 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025, conforme segue:
 - R\$1.849 milhões declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2024;
 - R\$1.885 milhões declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$2.935 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2025, conforme orçamento de capital;
- R\$114 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$835 milhões, considerando a reversão da reserva constituída em 2023 e a nova constituição de reserva em 2024 de mesmo valor.

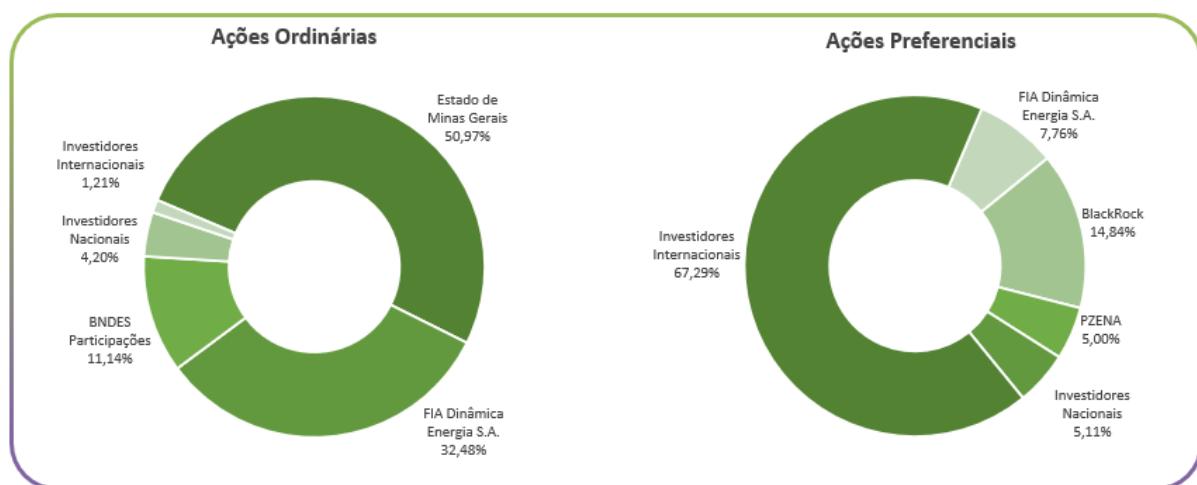
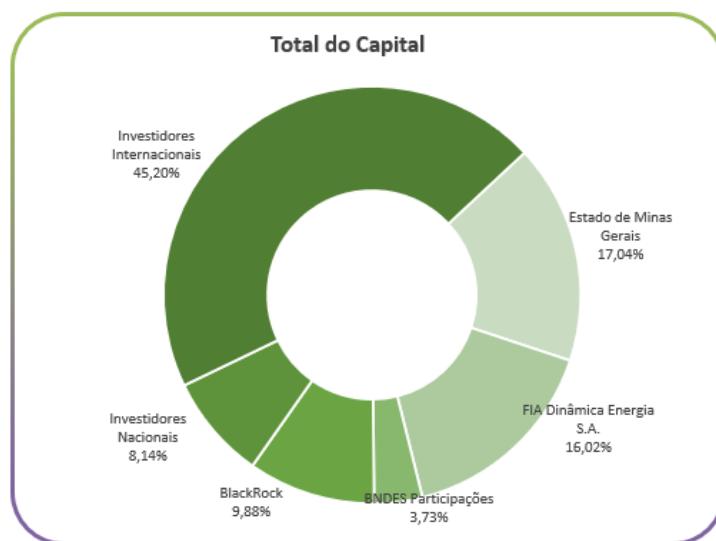
O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.



MERCADO DE CAPITAIS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição acionária





Cotações das ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2023 e 2024, das ações em São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex).

Denominação	Códigos	Moeda	Fechamento 2023	Fechamento 2024
Cemig PN	CMIG4	R\$	7,81	11,11
Cemig ON	CMIG3	R\$	10,52	14,63
ADR PN	CIG	US\$	1,57	1,79
ADR ON	CIG.C	US\$	3,12	2,32
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	1,88	1,71

Fonte - Economática – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2024, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$32,92 bilhões, com uma média diária de R\$143,11 milhões. Esse volume negociado faz com que a ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da B3, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2024 foi de US\$4,30 milhões e movimentou US\$1,09 bilhão, o que consolida a posição da Cemig como opção global de investimento.

Evolução das nossas ações

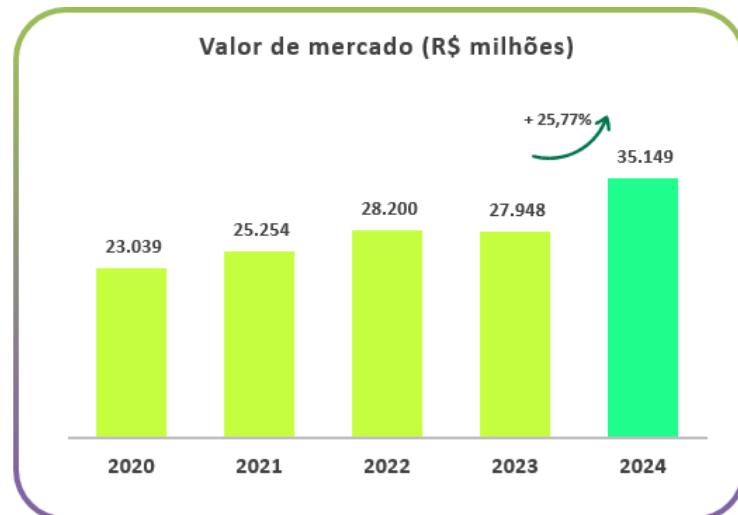
O Ibovespa, índice de referência para o desempenho da bolsa de valores de São Paulo, registrou queda de 10,36% no ano, enquanto as ações preferenciais e ordinárias apresentaram ganhos de 42,18% e 39%, respectivamente, as maiores valorizações entre as empresas do setor elétrico nacional.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	IEE	DJIA
2024/2023	42,18%	39%	14,05%	-25,62%	-10,36%	-18,43%	10,88%



Valor de mercado

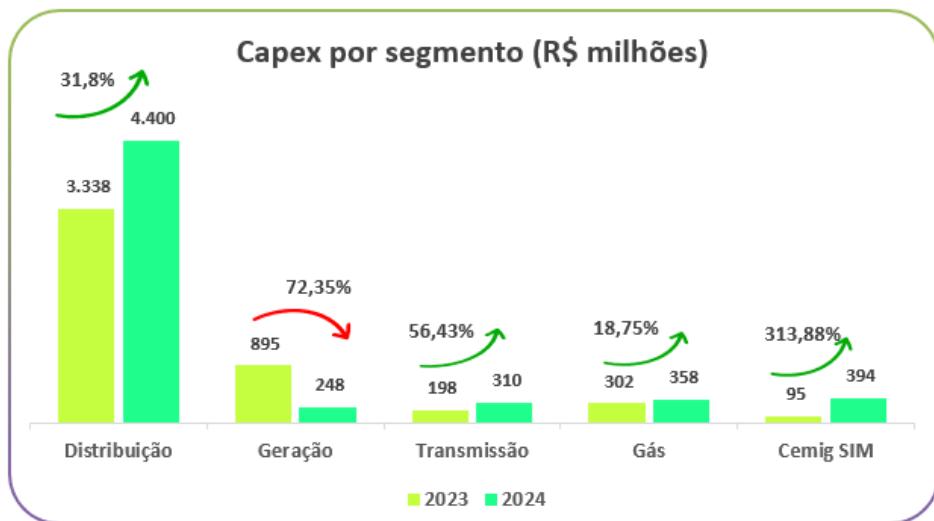
O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Cemig ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano, apresentando um crescimento em relação ao ano anterior, de 25,77%.



INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Capex por segmento

O Capex da Companhia encerrou 2024 com um crescimento de 18% em relação a 2023, sendo segregado por segmento conforme segue:



Investimentos em distribuição de energia elétrica

Dentro da estratégia de investir em Minas Gerais, em 2024 foram investidos R\$4,18 bilhões no negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Cemig D na concessão de distribuição. Isso representa mais oferta de energia, o que impulsiona o crescimento do estado e um atendimento de mais qualidade aos clientes.



Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de R\$23,5 bilhões de 2025 a 2029, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)

A Cemig D define, por meio do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), a priorização dos investimentos a serem realizados pela distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na sua área de concessão.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R\$21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2024, foram realizados, aproximadamente, R\$290 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 74 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 314.323 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 11.000 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.767 km de rede de média e baixa tensão, em 2024, perfazendo um total de R\$361 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.



A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente R\$667 milhões, pela Cemig, e R\$540 milhões, pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2024. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.463 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2024, ocorreram intervenções em 999 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$443 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 567 instalações, com um investimento de R\$10,6 milhões.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do estado, por meio do Programa Energia Legal. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2024, foram realizados cerca de R\$38,6 milhões na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte e religação remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, R\$782 milhões em 2024.



No segundo ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de R\$4,18 bilhões, para uma meta de R\$4,15 bilhões, resultando em um desempenho de 101%. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	Valor investido (R\$ milhões)
Expansão e reforço em alta tensão	1.232
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	353
Operação e manutenção em alta tensão	75
Operação e manutenção em média e baixa tensão	309
Reforço de redes de média e baixa tensão	304
Reforma de redes em média e baixa tensão	139
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	290
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	361
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	667
Troca de medição/medição de fronteira	197
BT Zero - Programa de regularização de comunidades	39
Telecomunicações	135
Plano diretor de automação da média tensão	65
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	11
Meio ambiente	1
Total	4.177

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Cemig D, um destaque é o Programa Minas Trifásico, que transformará cerca de 30.000 quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e em maior quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O Programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio.

O valor investido no Programa Minas Trifásico, em 2024, foi de aproximadamente R\$682 milhões, com extensão de 3.068 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig D é o Programa Mais Energia, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais.



O programa prevê a construção de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, ampliando em mais de 50% o número atual de subestações que hoje atendem a cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as novas subestações irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo R\$5 bilhões, no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações serão mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

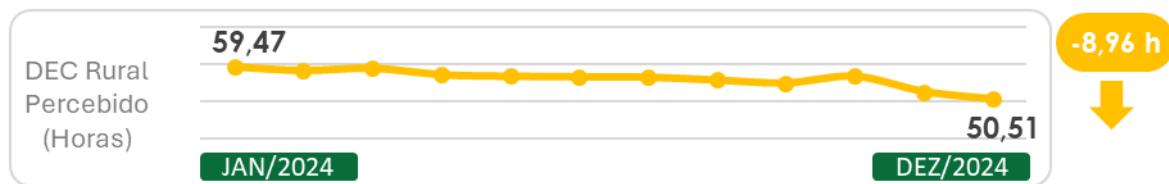
O valor investido no Programa Mais Energia em 2024 foi de R\$1.232 milhões, com a energização de 31 subestações e construção de 1.109km de linhas de distribuição.

Cemig Agro: energia e inovação para o campo

O agronegócio é um dos motores da economia mineira, impulsionando o desenvolvimento e a geração de empregos em todo o estado. Nos últimos cinco anos, o setor registrou um crescimento de 16% no Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário de Minas Gerais, e as projeções seguem otimistas, com expectativa de avanço de 11% nos próximos anos. Para acompanhar essa evolução e oferecer soluções energéticas eficientes ao produtor rural, a Cemig D estruturou o Cemig Agro, um programa abrangente que alia inovação, infraestrutura e atendimento especializado.

A iniciativa segue uma estratégia estruturada em seis pilares fundamentais: transição energética, manutenção preventiva, relacionamento com clientes, inovação, automação e resiliência da rede. Cada um desses eixos é essencial para aprimorar a infraestrutura elétrica no campo, reduzir interrupções e oferecer um atendimento mais ágil e eficiente aos produtores rurais.

Reconhecendo a importância do agro para a economia mineira, em 2024 a Cemig D investiu R\$2,3 bilhões em melhorias voltadas para o setor. O Cemig Agro não apenas amplia a oferta de energia no campo, mas também contribui para a transição energética do setor rural, garantindo um fornecimento mais confiável e sustentável, reduzindo interrupções e tempo de atendimento.



O Cemig Agro é um compromisso com o crescimento sustentável do agronegócio mineiro. Ao modernizar e expandir a infraestrutura elétrica no campo, a Companhia fortalece a competitividade do setor, apoia a produtividade dos produtores rurais e contribui para um futuro mais seguro e eficiente para toda a cadeia agropecuária.

Investimentos em geração de energia elétrica e geração distribuída

Cemig SIM

A Cemig SIM faz parte do Grupo Cemig e tem por objeto, dentre outras atividades, formatar negócios e desenvolver soluções associadas à micro e minigeração distribuídas de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços de gestão, por meio das modalidades autoconsumo remoto e geração distribuída compartilhada, com a formação e gestão de Consórcios constituídos para este fim.

Em 2024, investiu aproximadamente R\$342 milhões em aquisições e desenvolvimento de usinas de geração de energia solar fotovoltaica.

A Cemig SIM atingiu a marca de 33 mil unidades consumidoras de energia solar por assinatura em 2024. A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja investir, no período entre 2025 e 2026, o equivalente a R\$442 milhões no segmento de geração distribuída.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Advogado Eduardo Soares e Jusante

Com investimentos estimados em R\$850 milhões, a implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando a posição da Cemig como referência em energias renováveis.

A UFV Advogado Eduardo Soares possui 85MW de potência instalada (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Já a UFV Jusante é composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada (aproximadamente 87 MWp), também localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, no estado de Minas Gerais.



A UFV Advogado Eduardo Soares está 100% energizada e em operação comercial. Já em Jusante, o empreendimento está 100% energizado, estando as usinas 1, 2, 3, 5 e 6 em operação comercial e a usina 7 está em operação em teste.

Modernização da UHE Salto Grande

Em alinhamento com a iniciativa estratégica de elevar a eficiência operacional dos ativos, serão investidos cerca de R\$250 milhões na reforma e modernização da Usina Hidrelétrica de Salto Grande. Com Potência Instalada de 102MW, a usina está localizada no leste do estado de Minas Gerais e sua modernização visa garantir as condições de operação, segurança e fornecimento de energia para a região conforme requisitos do contrato de concessão.

Investimentos em transmissão

A Cemig GT, por meio da sua subsidiária integral Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste) está investindo cerca de R\$220 milhões na implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas à regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. O prazo de implantação da linha de transmissão é de 60 meses a partir da assinatura do contrato de concessão, realizada em março de 2023. Até 31 de dezembro de 2024 foram investidos R\$37 milhões pela Centroeste.

Taes

A Cemig possui participação de 21,68% no capital social total da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa.

Em 27 de setembro de 2024, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 3, referente ao Leilão 02/2024. O valor da RAP vencedora foi de R\$17,8 milhões para o Lote 3, com deságio de 53,45%. O lote possui 1 subestação, 1,2 km de linhas de transmissão e será instalado no estado de São Paulo. O prazo máximo para construção é de 42 meses, contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em dezembro de 2024.

Os lotes arrematados têm sinergias importantes, aproveita a estrutura de O&M existente na Taesa, além de previsões de otimizações de Capex e antecipação de entrega do empreendimento, conforme habitualmente performado pela empresa.

Os resultados são decorrentes da execução do planejamento estratégico da Taesa e da sua missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável.



Investimentos em gás natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) é a distribuidora exclusiva de gás canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV). A Cemig detém 99,57% do capital da Gasmig.

Em 2024, a Gasmig aplicou valores da ordem de R\$358 milhões (R\$301,8 milhões em 2023), principalmente, na expansão de suas Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no estado de Minas Gerais, sendo que a sua base de clientes aumentou em 8,3%, passando de 95.887 em 2023 para 103.885 unidades consumidoras.

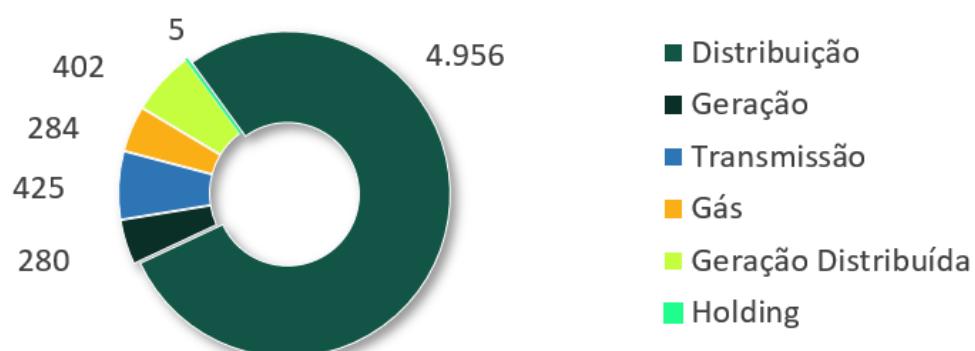
A Gasmig foca seus investimentos na expansão da rede de distribuição de gás alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig e investirá, no período entre 2025 e 2034, cerca de R\$4,18 bilhões.

Projeto Centro-oeste

O projeto Centro-oeste prevê a ampliação do sistema de distribuição de gás natural da Gasmig em cerca de 300 km, sendo sua implantação em etapas. Em 2024 foram investidos R\$252 milhões, com volume distribuído previsto de aproximadamente 238 mil m³/dia. O término do projeto está previsto para o 2º semestre de 2026.

Programa de investimentos para 2025

O total de investimentos planejados pela Companhia para 2025 é de R\$6.352 milhões, segregados conforme segue:





RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Foco no cliente

A busca contínua pela satisfação dos clientes faz parte da Visão da Cemig. O compromisso com a excelência na prestação de serviços e com o bom relacionamento com os clientes constitui um dos princípios expressos no Código de Conduta da Cemig.

Nossos clientes

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes da Cemig são:

- **Consumidores cativos:** vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- **Consumidores livres:** sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros estados em que a Cemig atua.
- **Distribuidoras** que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, puderam optar pela compra no mercado livre de energia.

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. Esse Conselho é composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.



Premiações no relacionamento com clientes

Cemig recebe selo "O cliente recomenda" e certificação de excelência em satisfação no setor de energia

A Cemig foi premiada com o certificado *Experience Certified* e o selo "O cliente recomenda" na cerimônia do *Experience Award*, promovida pela SoluCX, em São Paulo. O evento, que busca destacar as empresas com os melhores índices de satisfação do cliente em diversos setores, avalia o desempenho de marcas em 71 categorias. No setor de *Utilities* – que inclui Energia, Gás Encanado, Gás Botijão, Água e Saneamento, a Cemig se destacou entre as 42 empresas inscritas, recebendo um índice de satisfação superior à média de 32 pontos.

A premiação foi baseada em 41.767 avaliações de clientes em todo o Brasil, utilizando a metodologia NPS de percepção (*double-blinded*), que mede a opinião de consumidores de forma independente. Para se qualificar ao prêmio, as empresas precisaram acumular ao menos 400 avaliações, atingindo a média de NPS no setor.

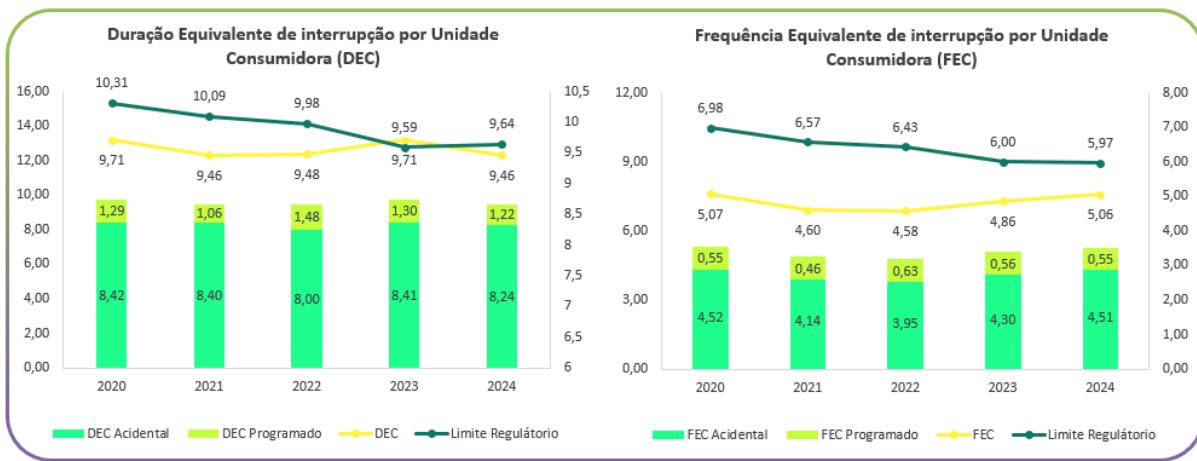
Qualidade no fornecimento

A qualidade do serviço é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição. Há também o investimento em qualificação dos recursos humanos, em novas tecnologias e padronizações do processo de trabalho. A efetividade das ações anteriormente ilustradas é verificada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC).

O DEC obteve, em 2024, um percentual de 1,86% abaixo da meta regulatória e uma redução significativa em relação a 2023. A Cemig D realizou 9,46 (horas) frente ao limite de 9,64 (horas). O FEC apresentou elevação em comparação ao ano anterior e obteve um resultado abaixo do limite regulatório. Em 2024, o valor apurado foi de 5,06 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,97 (interrupções).



Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D possui área de concessão no estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento. O número de contatos registrados em 2024 foi de 127 milhões.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat.

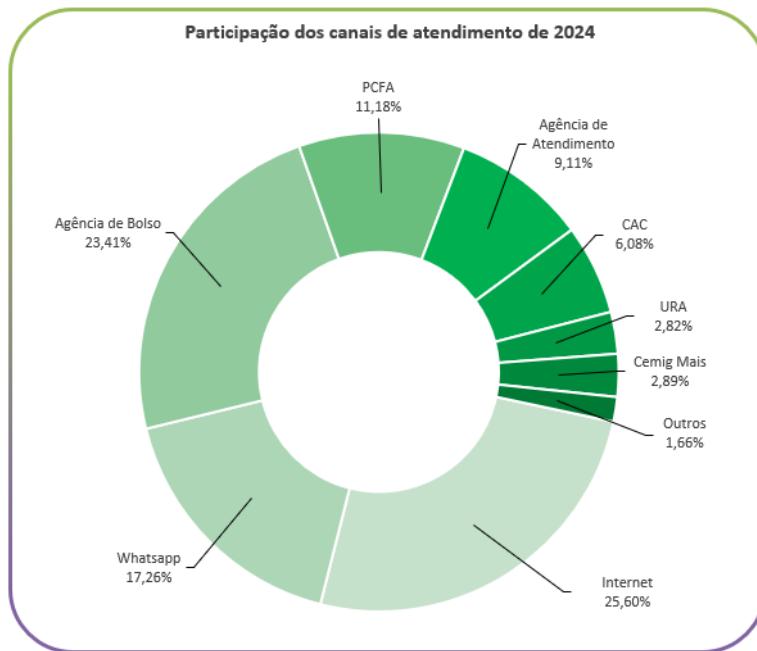
Além do seu site, com mais de 21 milhões de contatos em 2024, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 15 milhões de contatos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 19,6 milhões de contatos em 2024.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 1,3 milhões de contatos.



Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2024:



Satisfação do consumidor

A satisfação dos clientes é inerente à cultura da Companhia e está sob responsabilidade de todos os empregados. Os impactos positivos relacionados a essa postura são a valorização da marca e a boa reputação da Companhia nos mercados em que atua e o reconhecimento por meio de pesquisas de satisfação, em especial: Índice Aneel de Satisfação do Consumidor Residencial (IASC) e Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP).

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado ao final do mês de maio de 2024 e a Companhia atingiu 72,1 pontos no índice de satisfação (76,2 pontos em 2023), o que representou uma queda de 5,3% ao valor apurado no ano anterior. Frente a isso, a Cemig iniciou um trabalho para proposição do plano de ações estruturantes integrado, com a participação de várias áreas de negócio da Companhia, com vistas a recuperar os melhores resultados no ano de 2025. Ao todo, são mais de 50 ações que estão sendo realizadas visando a melhoria da satisfação dos clientes.

Ainda, na busca da melhoria contínua no atendimento aos clientes, foram atualizadas as pesquisas mensais do *Net Promoter Score (NPS)*, para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e atuar de forma mais eficiente.



As pesquisas NPS permitem que os clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados. Desde o último resultado do ISQP, a Companhia passou a categorizar as opiniões recebidas pelos clientes, com base nos atributos das pesquisas ISQP e IASC e a utilizar Inteligência Artificial (IA) para a leitura de todas as opiniões, buscando conhecer quais são os principais pontos indicados pelos clientes. Com base nessas informações, é elaborado um relatório mensal que é direcionado às Lideranças da Companhia, permitindo melhor entendimento das opiniões dos clientes e melhor direcionamento das ações.

A pesquisa IASC de 2024, que é realizada pela Aneel em todo o Brasil, aconteceu no período de julho a outubro de 2024, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão, cujo resultado será disponibilizado no primeiro semestre de 2025. No ano de 2023, o resultado da Cemig foi 60,45.

Transformação do atendimento

A Cemig, comprometida com a satisfação de seus clientes, desenvolveu o projeto Cliente+, parceria estratégica, tecnológica e operacional com a IBM, uma das empresas mais importantes do setor de tecnologia, que hoje é responsável por operar todos os canais de atendimento da Companhia.

Entre os principais objetivos do projeto, está o aporte de novas tecnologias digitais e cognitivas, inovadoras e disruptivas, com vistas à melhoria da experiência do cliente ao entrar em contato com a Companhia, bem como a redução do custo total de toda a operação de atendimento.

Diante disso, as soluções utilizando a Inteligência Artificial Generativa no Call Center da Cemig tem como objetivo o aumento da eficiência operacional para aqueles atendimentos que não foram retidos na solução de URA Cognitiva. Ou seja, apesar do esforço evidiado durante o processo de curadoria do assistente cognitivo para melhoria contínua dos processos da URA, o cliente manifestou a necessidade de que o seu atendimento fosse concluído pelo atendimento humano.

Com o intuito de fornecer novos instrumentos tecnológicos que pudessem auxiliar os atendentes em sua jornada, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria dos indicadores citados, o Projeto Cliente + implementou e vem utilizando e aprimorando duas ferramentas integradas ao sistema de atendimento (CRM), a saber:



Cochicho: sistema que utiliza o IBM WatsonX para gerar um resumo da interação realizada pelo cliente com a URA Cognitiva, destacando os principais pontos do atendimento, como o motivador do contato, identificação do cliente e outras informações relevantes. De posse desse resumo o atendente humano continua o atendimento sem a necessidade de nova explicação sobre o motivador do contato, melhorando a experiência do cliente e diminuindo o tempo médio de atendimento.

AgentAssist: ferramenta que utiliza a IA Generativa (WatsonX) para apoiar o atendente em obter as respostas de forma mais rápida e direcionada durante o atendimento. Essa solução visa ser uma ferramenta capaz de realizar leitura de documentos de instrução ao atendimento e bases de informações úteis para trazer a resposta à pergunta do atendente em linguagem natural, vislumbrando auferir majoritariamente ganhos de tempo médio de atendimento, redução de erros de procedimentos por parte do atendente e melhora da experiência do cliente.

Ambas, combinadas, têm sido fundamentais para o alcance dos resultados de acessibilidade e qualidade do Call Center, sendo possível observar o comportamento de melhora geral da operação desde sua implementação.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1,630 milhão de clientes no exercício de 2024 (1,315 milhão em 2023), representando um aumento de 20,8%. Diversas iniciativas foram realizadas ao longo de 2024 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, sendo as principais, Promoção "Cemig dá aquela força", Inclusão do QR Code para adesão digital no verso das faturas enviadas por correio, envio da fatura degustação por e-mail, envio de e-mail marketing incentivando a adesão e premiação de atendentes que realizam mais cadastros de contas por e-mail. Esse projeto é uma importante iniciativa de sustentabilidade e preservação do meio ambiente que também tem efeito direto na satisfação dos clientes e na redução de custos para a Companhia.

Gestão da adimplênci a e arrecadação

Em 2024, a Companhia manteve o robusto plano de combate à inadimplência, possibilitando controle da inadimplência e dos índices históricos de arrecadação.



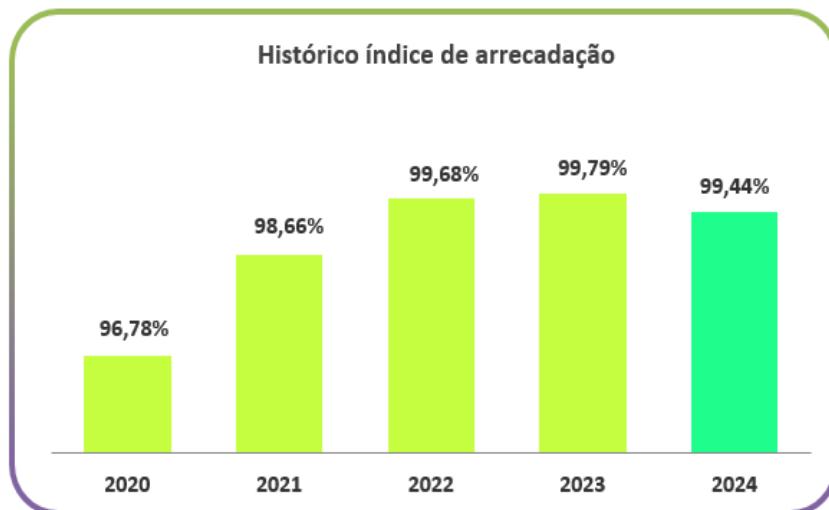
Os resultados positivos obtidos pelo segmento de distribuição foram fruto de iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, com destaque:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 12% de ações comparado a 2023. Ocorreram mais de 69 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 6 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leiturstas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,1 milhões de negativações, 1,8 milhão de suspensões de fornecimento e 91 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Utilização de técnicas de otimização e *Machine Learning* para classificação de padrões sobre a solvência dos clientes, visando aplicação da ferramenta de cobrança mais adequada e melhor custo-benefício para aquele perfil e comportamento dos clientes;
- Cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 12 meses ou provenientes de faturamento de consumo irregular;
- Reforço da equipe específica de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. Em 2024, a Cemig D realizou a campanha promocional “Cemig Dá Aquela Força”, o que contribuiu para alavancar a participação de pagamentos nessa modalidade para 31,31% das faturas arrecadadas em Dez/24 (ante os 21,83% em Dez/23);
- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, Ministério Público Federal e Procon's, em públicos selecionados, permitindo não somente a arrecadação e negociação dos créditos mas também a aproximação aos órgãos de classe e melhor experiência de usuário;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.



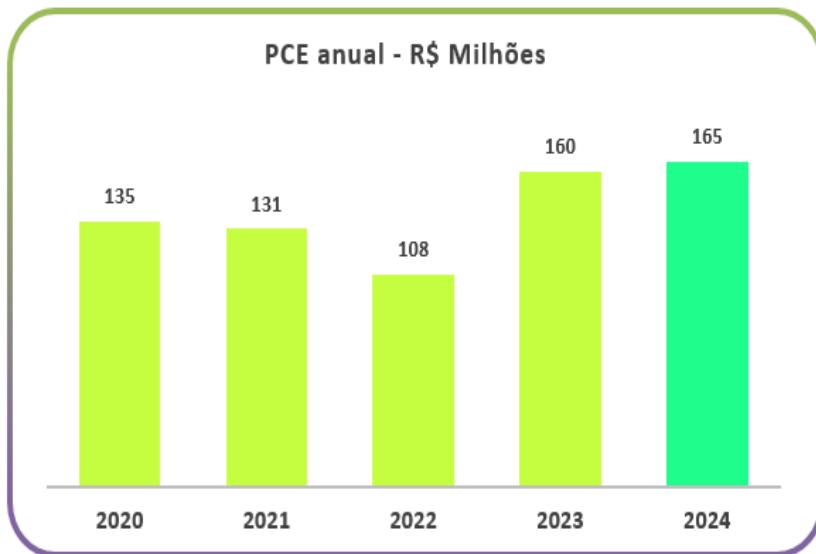
Índice de Arrecadação - ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, pelo 3º ano consecutivo, superou os 99%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:



PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2024 foi de R\$164,68 milhões. A comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos aprimoramentos nos critérios com vistas a possibilitar a melhor representação da perda de crédito ("default") da Companhia que implementou nos últimos anos diversas iniciativas de cobrança e meios de pagamento.



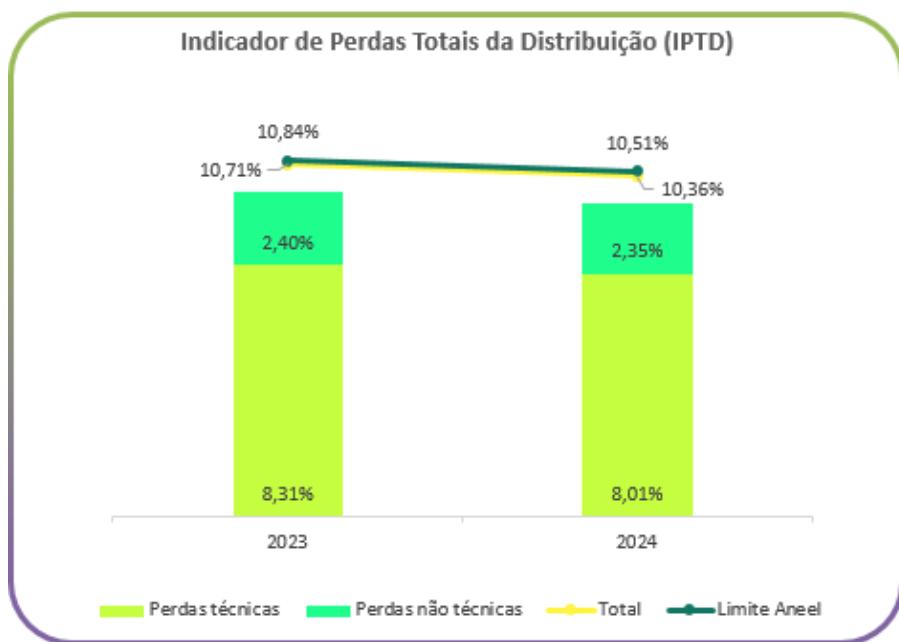


Proteção contra perdas

A redução das perdas de energia é um dos objetivos estratégicos da Cemig, uma vez que as perdas representam receitas não auferidas e trazem, indiretamente, impactos ao meio ambiente, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o controle das perdas elétricas se relaciona, também, com a qualidade do fornecimento de energia e com a segurança da população, temas considerados muito relevantes para a Companhia.

A Cemig D monitora as perdas de energia a partir do Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD), que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em Perdas Técnicas (PPTD), que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e Perdas não Técnicas (PPNT), que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

Destaca-se que, pelo quarto ano consecutivo, a Cemig D manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).





Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2024, destacam-se: a realização de 385 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 553 mil medidores obsoletos; regularização de fornecimento de energia de 21 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de 57 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (arrecadação de R\$116 milhões).

Importante destacar que a Cemig D, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 65% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2025, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda através do Programa Energia Legal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A *KPMG Auditores Independentes Ltda* presta serviços de auditoria independente para a Cemig e suas controladas desde abril de 2022. Serviços como, auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), e, no que se aplica, auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, do relatório de controle patrimonial, e do *Form 20-F*. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/ IBGE. Adicionalmente, a KPMG fora contratada para emissão de cartas conforto referentes a 10ª (décima) e 11ª (décima primeira) emissão pública de debêntures da Cemig Distribuição S.A. - subsidiária integral da Companhia.

A *Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda*, auditor predecessor, fora contratada para emissão de cartas conforto referente a 10ª (décima) emissão de debêntures da Cemig Distribuição S.A. - subsidiária integral da Companhia.

Em 2024, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$10.134 mil, sendo R\$5.334 mil pelo contrato recorrente de auditoria, R\$2.400 mil pela 10ª emissão de debêntures, e R\$2.400 mil pela 11ª emissão de debêntures, ambas emissões da Cemig D, subsidiária integral da Companhia.



Em mesmo período, a EY recebeu honorários de R\$1.550 mil pela 10ª emissão de debêntures da Cemig D, subsidiária integral da Companhia.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resoluções CVM nº 23/2022 e 80/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade há 25 anos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 desde a sua criação, em 2005. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos: desempenho ambiental, social e de governança.



Desempenho Ambiental

A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

A Cemig desenvolveu e emprega diversos índices internos para mensurar e monitorar a sua performance ambiental:

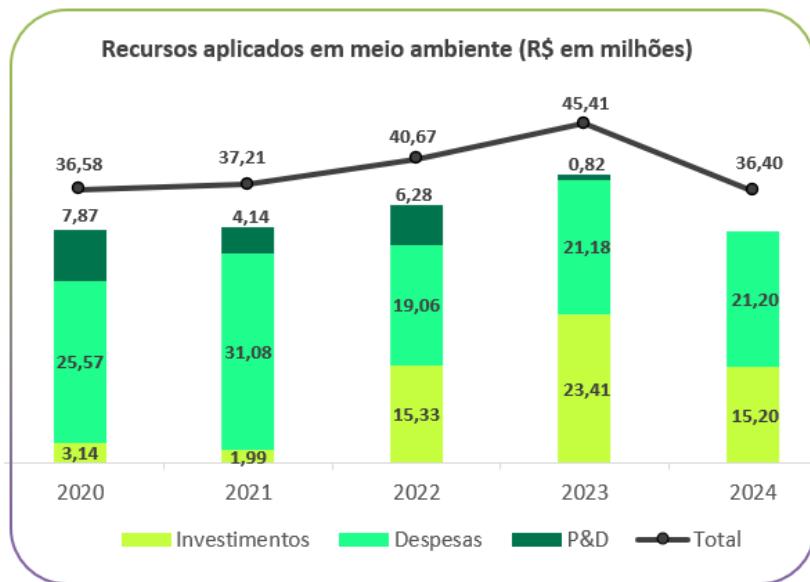
Índice de Cumprimento de Condicionante (ICC): avalia o cumprimento das exigências ambientais anualmente, respeitando os prazos e as definições impostas pelos órgãos ambientais. Assim, busca-se garantir a conformidade ambiental dos empreendimentos da Cemig Geração e Transmissão.

Índice de Cumprimento de Compensação Florestal (ICCF): mede o cumprimento anual das compensações florestais estabelecidas em licenças ambientais ou em atos autorizativos que são relacionados à reconstituição da flora.

Índice de licenciamento ambiental para operação de instalação da geração e da transmissão (ILOI): expressa o percentual das instalações da Cemig G e T, em operação, que apresentam licença ambiental em vigor.



Os investimentos realizados pela Companhia em meio ambiente estão demonstrados na sequência.



A redução observada em 2024 em relação a 2023 foi em função de troca de contrato para a realização dos Estudos Ambientais da Cemig D. Além disso, algumas propriedades que estavam previstas para aquisição para a Regularização Fundiária da Cemig D não foram concluídas em 2024.

Em relação ao investimento em P&D, todos foram encerrados em 2023, sendo que a captação de novos projetos está em andamento. Apesar da redução no valor total do recurso utilizado em questões ambientais, a linha de tendência do gráfico mostra que houve um crescimento nesse montante desde 2020.

Dentre as duas frentes de investimento, cabe destacar: os recursos destinados à adequação ambiental (R\$821 mil) e compensação ambiental (R\$5 milhões) e investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais que totalizaram pouco mais de R\$30 milhões. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental.

Inovação

O setor de energia elétrica passa por mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como:

- crescente descentralização dos sistemas de geração de energia;
- avanço das tecnologias de armazenamento de energia;



- proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente;
- crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar; e,
- a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação da mudança do clima.

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG.

Sistema de armazenamento

A Cemig avança na melhoria do fornecimento de energia para seus clientes com inovação e sustentabilidade. A Companhia desenvolveu um sistema, inédito no país, que utiliza um banco de baterias, operado remotamente, para dar suporte à rede tradicional de distribuição. Entre as vantagens, estão a maior estabilidade da rede e redução dos cortes no abastecimento, principalmente em localidades com demandas mais específicas. A Companhia já iniciou processo para implementar em breve a nova tecnologia em sua rede.

Cabo Green

A Companhia está instalando, na sua rede aérea de distribuição, um cabo de alumínio que tem o isolamento feito de material contendo plástico de origem vegetal.

O "cabo Green", como é chamado, tem na base de composição do seu sistema de isolamento 20% de polietileno de origem vegetal, advindo da cana-de-açúcar, diferentemente dos cabos de alumínio tradicionais e já estabelecidos no mercado, que têm o isolamento feito 100% com o polietileno vindo do petróleo, de origem fóssil. Ao utilizar o cabo sustentável, a Cemig contribui para a diminuição de emissão de CO₂ na atmosfera.

Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da região metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-se para a utilização na rede da Companhia.

Transformadores verdes

A rede de distribuição da Cemig já conta com outros equipamentos que têm características sustentáveis. Além do cabo Green, a Companhia já utiliza no sistema elétrico os transformadores de distribuição com líquido isolante à base de óleo vegetal. Estão instaladas cerca de seis mil unidades em diferentes regiões de Minas.



Além do óleo vegetal ser biodegradável, ele permite uma maior vida útil devido à sua estabilidade térmica. Outras vantagens da presença do óleo vegetal no transformador em relação ao óleo mineral tradicional, é que ele apresenta menor risco de inflamabilidade e uma maior capacidade térmica de refrigeração.

Certificados de Energia Renovável

Com 100% do seu parque gerador advindo de fontes limpas e renováveis de energia, a Cemig já emitiu cerca de 12 milhões de Certificados de Energia Renovável (RECs) para seus clientes no mercado livre de energia desde 2019. Essas certificações comprovam a utilização de energia limpa, renovável e rastreável que segue em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à produção de energia e à preservação do meio ambiente.

Mercado de Hidrogênio (H2) Verde em Minas Gerais

Trata-se de uma metodologia para planejamento estratégico do H2 Verde no contexto das empresas do setor elétrico e desenvolvimento de *Roadmap* Tecnológico-Estratégico para o estado de Minas Gerais.

O Brasil é conhecido mundialmente como referência por sua matriz energética baseada em fontes renováveis. O H2 Verde é aquele produzido com eletricidade oriunda dessas fontes de energia limpas e renováveis, como as de matriz hidrelétrica, eólica, solar e provenientes de biomassa, biogás, entre outros. Ou seja, o H2 Verde é obtido sem emissão do gás carbônico (CO₂). Alinhada a essa perspectiva sustentável, o objetivo desse projeto é traçar um panorama do mercado de H2 Verde em Minas Gerais, de maneira a criar e aplicar a metodologia de um *Roadmap* tecnológico e estratégico sobre o assunto.

Alguns trabalhos serão desenvolvidos ao longo das etapas do projeto. Os principais resultados serão um panorama do mercado de H2 Verde em âmbitos global, nacional e regional; a criação da metodologia para desenvolvimento do *Roadmap* regional; e a aplicação do *Roadmap* Tecnológico-Estratégico para o H2 Verde no ambiente de negócios em Minas Gerais.

O projeto se propõe a desenvolver uma metodologia para a construção de um *Roadmap* Tecnológico-Estratégico que irá nortear a difusão do H2 Verde nas cadeias produtivas das regiões de atuação das empresas de energia elétrica. A metodologia será aplicada ao ambiente de negócios do estado de Minas Gerais.

A metodologia e o *Roadmap* estratégico para Minas Gerais, principal área de atuação da Cemig, deverão contribuir para aumentar o sucesso e os ganhos em produtividade de empreendimentos em energia renovável para suprimento às plantas de produção de H2 Verde. Além disso, o projeto marcará o protagonismo da Companhia em um mercado em formação.



O projeto foi iniciado em março de 2024 e terá o prazo de execução de 12 meses e tem uma previsão de investimento de R\$2,5 milhões.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água. É um recurso sensível às variações climáticas, vulnerável às consequências da exploração de outros recursos naturais, bastante impactada por ações antrópicas, e sujeito ao ambiente regulatório, fazendo com que a sua gestão e conservação sejam assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

A água para a geração de energia é retirada de reservatórios artificiais e/ou barragens construídas em curso d'água e direcionados às casas de força constituídas de equipamentos (turbinas e geradores de energia elétrica). Após gerar energia, a água é retornada imediatamente à jusante

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida nos períodos chuvosos 2020/2021 e 2021/2022), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu [website](#) e no aplicativo PROX (ferramenta para divulgação dos dados operativos e de gestão de riscos de emergência), os dados diários operativos e hidrológicos dos seus reservatórios. A ferramenta está disponível para download nas plataformas iOS e Android dos smartphones.

das casas de força, retornando ao sistema sem perdas quantitativas e qualitativas.



Água é a principal matéria prima da Cemig



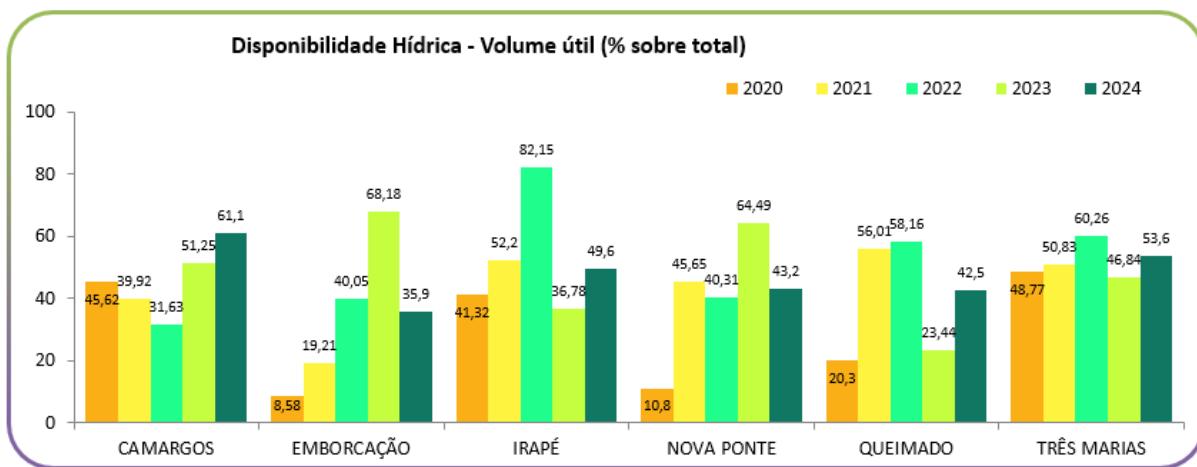
100% dessa água
retorna ao seu curso d'água

O consumo administrativo de água é proveniente do consumo em torneiras, vasos sanitários, irrigação de jardins e outras atividades potáveis e não potáveis e, após passarem por sistemas de tratamento, os efluentes industriais e sanitários tratados são dispostos novamente no curso d'água.



O ano de 2024 foi caracterizado por ter sido de operação normal da maioria dos reservatórios das grandes hidrelétricas localizadas na região centro-sul do país, com vazões assumindo bons patamares, tanto no período seco como no período chuvoso, muito decorrente da recuperação de armazenamento ocorrido no ano anterior, em 2023.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2024, comparado com a mesma época dos últimos cinco anos.



Biodiversidade

A Cemig busca adotar práticas ambientais rigorosas para gerenciar os impactos sobre a biodiversidade. Em cada empreendimento e unidade operacional com potencial de impacto, são realizados estudos especializados que avaliam os efeitos das atividades sobre o meio ambiente e definem programas para prevenir, mitigar, reabilitar ou compensar impactos negativos, conforme a hierarquia de mitigação. Além disso, a Companhia trabalha para identificar e potencializar os impactos positivos de suas operações.

Esses estudos utilizam metodologias que consideram fatores como a magnitude, frequência, abrangência e reversibilidade dos impactos. Para isso, analisam-se as características específicas das áreas de operação e seus arredores, além de aspectos como fauna, flora, relevo e recursos hídricos. Essa abordagem garante que as ações sejam adequadas às peculiaridades de cada local, proporcionando uma gestão ambiental eficaz e responsável.



Embora a utilização de energia elétrica pela sociedade não gere riscos significativos para a biodiversidade, a Cemig dedica atenção aos possíveis impactos ambientais associados à sua cadeia de fornecimento. Para minimizar esses efeitos, a Política de Biodiversidade da Companhia estabelece a prioridade por fornecedores comprometidos com a conservação dos ecossistemas naturais. Esse critério é monitorado ao longo da cadeia de suprimentos, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis.

A conformidade legal é outro ponto crítico na gestão da biodiversidade. O não cumprimento de prazos, exigências de licenciamento ou condicionantes ambientais pode resultar em multas, paralisações de operações, perdas de receita e até a suspensão de licenças ambientais. Por isso, a Cemig realiza um monitoramento contínuo dos aspectos ambientais relevantes, incluindo projetos de pesquisa e programas específicos relacionados à fauna terrestre, ictiofauna (peixes) e reflorestamento, entre outros.

Essas ações estão alinhadas ao modelo de governança e gestão de riscos corporativos da Companhia, baseado no “Modelo das Três Linhas”. Esse modelo distribui de forma clara as responsabilidades pela gestão de riscos. Na primeira linha, os gestores e empregados das áreas de negócios lideram as ações de controle e aplicação de recursos, garantindo que os objetivos corporativos sejam alcançados com segurança e sustentabilidade.

Diagrama das três linhas de defesa



Por meio dessa estrutura robusta e de uma abordagem baseada em estudos científicos, a Cemig não apenas assegura a conformidade com a legislação ambiental, mas também contribui para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das suas operações, reforçando seu compromisso com a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável.



Plantio e conservação da biodiversidade

A Cemig também investe em iniciativas de conservação de espécies vegetais nativas, com a gestão de três unidades de conservação localizadas em áreas representativas dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. São elas: a RPPN Fartura, em Capelinha-MG (1.455 hectares), a RPPN Galheiro, em Perdizes-MG (2.695 hectares), e a RPPN Usina Coronel Domiciano, entre os municípios de Muriaé e Rosário da Limeira (263,56 hectares), que inclui a PCH Coronel Domiciano. Essas áreas não apenas protegem a vegetação e fauna local, mas também funcionam como espaços para pesquisas científicas e educação ambiental, além de servirem de refúgio para animais.

Além dessas unidades, a Cemig mantém a Estação Ambiental Itutinga, que conta com um viveiro capaz de produzir cerca de 22 mil mudas por ano. Essas mudas são utilizadas em reflorestamentos realizados pela Companhia ou doadas à população.

Para complementar suas ações de preservação, a Cemig realiza projetos de restauração de áreas degradadas e de recomposição florestal, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais causados pelas operações de suas unidades, como usinas hidrelétricas e eólicas, linhas de transmissão e subestações.

A Cemig também é responsável por áreas ambientalmente sensíveis, como zonas de biodiversidade, onde suas operações se cruzam com essas áreas protegidas. Embora o mapeamento de suas atividades tenha sido realizado, a Companhia ainda não possui uma correlação detalhada entre seus empreendimentos e as zonas sensíveis, especialmente considerando que muitas das usinas hidrelétricas da Cemig foram construídas antes da identificação de áreas prioritárias para conservação, que só foi sistematizada a partir de 2005.

Além da vegetação, a Cemig adota estratégias para preservar áreas protegidas contra incêndios. A Cemig conta com dois projetos importantes para monitoramento e combate ao fogo. O primeiro é um sistema de alerta de queimadas, que utiliza dados de satélite e modelos meteorológicos para identificar e prever o deslocamento de focos de incêndio nas áreas próximas às linhas de transmissão. Esse sistema permite que as equipes de campo realizem inspeções em pontos críticos, adotando uma postura proativa para prevenir impactos nos serviços de energia.

O segundo projeto é a plataforma “Apaga o Fogo！”, uma tecnologia que auxilia no combate a incêndios e busca reduzir as interrupções no fornecimento de energia elétrica causadas por queimadas. Essa plataforma também visa à proteção de áreas ambientais sensíveis, sendo um importante aliado na prevenção de novos focos de incêndio. Para facilitar o acesso à população, um aplicativo para iOS e Android está sendo desenvolvido, oferecendo informações em tempo real sobre o monitoramento de queimadas.



Com essas ações, a Cemig trabalha de forma integrada e proativa para proteger tanto o meio ambiente quanto a qualidade do serviço prestado à sociedade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e contribuindo para a preservação da biodiversidade.

Autorizações ambientais para expansão do sistema elétrico

A Cemig alcançou um marco importante no número de autorizações ambientais para intervenções em áreas destinadas à expansão e modernização do sistema elétrico em Minas Gerais. Em 2024, foram obtidas 97 autorizações para a construção de linhas e subestações de energia, um aumento de quase 100% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 49 liberações.

O crescimento no número de autorizações reflete o compromisso da Cemig com a ampliação da infraestrutura energética do estado. Para viabilizar essas obras, a Cemig conduz estudos ambientais detalhados e obtém as devidas permissões, garantindo a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Em alguns casos, a implantação das novas estruturas exige a supressão de vegetação nativa. Para mitigar os impactos ambientais dessas intervenções, a Cemig investe em projetos de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Entre 2019 e 2024, a Cemig executou um amplo programa de restauração florestal, com o plantio de mais de 1 milhão de mudas de espécies nativas, como ipê, pequi, cedro e jacarandá-da-bahia, contribuindo para a preservação da biodiversidade em Minas Gerais.

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig GT e D no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

As atividades de manutenção das linhas e redes de distribuição são responsáveis pela maior parte da geração de resíduos, sendo os resíduos oleosos e contaminados por óleo mineral isolante a parcela principal de resíduos perigosos gerados pela Companhia. Para redução do impacto, são adotados procedimentos com o intuito de reduzir o vazamento de óleos em equipamentos e a reciclagem do óleo mineral isolante como destinação, priorizando o seu reuso após regeneração.

A maior parte dos resíduos da Companhia possui valor comercial e é constituída principalmente de sucata metálica, cabos, fios e postes. São adotados procedimentos para o manuseio, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a fim de garantir que as atividades da Companhia não resultem em impactos à saúde humana e ao meio ambiente.



No exercício de 2024, foram encaminhadas para destinação final aproximadamente 53 mil toneladas de resíduos industriais, sendo 51,2 mil toneladas da Cemig D e 1,8 mil toneladas da Cemig GT. Materiais oriundos de manutenções e ampliações do parque elétrico da Cemig, compostos pelos sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição. Uma característica comum dos resíduos gerados pela companhia, são seus altos níveis de reaproveitamento. Pois, grande parte dos resíduos gerados são metálicos: cabos, equipamentos elétricos, transformadores, ferragens, estruturas, materiais diversos com alto teor de cobre, ferro e alumínio em suas composições.

Do total de resíduos gerados, cerca de 52 mil toneladas foram alienados ou reciclados. Com a alienação de sucata, e óleo usado, a Cemig obteve uma receita bruta de R\$47 milhões. Além disso, 241,12 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados.

Vale destacar que em 2024, o nosso modelo de operação de Logística Reversa se mostrou robusto e eficiente, constatamos uma maior agilidade na retirada de sucatas e materiais inservíveis, além da otimização e melhora nos controles internos de gestão. A nova forma de operação e gestão logística foi implementado no segundo semestre de 2022 com o objetivo de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da companhia tem oferecido aos empregados e clientes internos mais agilidade, eficiência e tecnologia. Com isso, o modelo de operação de logística reversa foi testado e aprovado. Dessa forma, para 2025 a Cemig já firmou um novo contrato para os próximos 4 anos. Com os mesmos moldes da atual contratação. O novo contrato possuiu mais funcionalidades e robustez operacional, com o objetivo de elevar ainda mais nosso nível de serviço para nossos clientes internos.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Programas para a ictiofauna

Tendo em vista o grande número de usinas hidrelétricas administradas, a Cemig tem uma grande dependência dos recursos hídricos para sua operação, reconhecendo, no que tange aos impactos na ictiofauna, que tem grande amplitude e relevância ambiental. Dessa forma, assim como faz com a gestão de recursos hídricos, a Cemig também promove uma série de ações voltadas para o tema da ictiofauna.

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com investimentos de R\$3,7 milhões em 2024, que tem a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.



Desde sua criação, em 2007, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

O Programa Peixe Vivo possui 23 projetos científicos em seu portfólio, que contaram com a participação de 434 empregados, pesquisadores e estudantes, resultando em mais de 750 publicações. Durante o exercício de 2024 não houve projetos em execução, porém, usando resultados de projetos realizados em anos anteriores houve a publicação de 26 produtos científicos (15 artigos científicos, sete resumos ou informes técnicos, duas teses e dois prefácios) relacionados aos projetos ou ações do Programa Peixe Vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 16 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2024.

Para avaliar e mitigar o impacto da geração hidrelétrica sobre a ictiofauna, o Programa Peixe Vivo criou o indicador de Biomassa Afetada (BA), que consiste no somatório da biomassa de peixes mortos (em quilogramas) devido aos efeitos diretos da operação e manutenção de equipamentos e estruturas das usinas hidrelétricas. Os limites anuais iniciais desse indicador foram estabelecidos com base na análise histórica do banco de dados de ocorrências ambientais e há redução progressiva dos valores dos limites anualmente. Adicionalmente, o desenvolvimento e a implementação do programa de avaliação do risco de morte de peixes promoveram a redução de, aproximadamente, 34% na média mensal das mortes de peixes nas usinas hidrelétricas do Grupo Cemig até 2024. Contudo, em 2024, onde o limite do indicador de Biomassa Afetada era de 718 kg, as ocorrências no ano totalizaram 817kg, valor que ficou acima do limite estabelecido.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig aderiu à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Companhia dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.



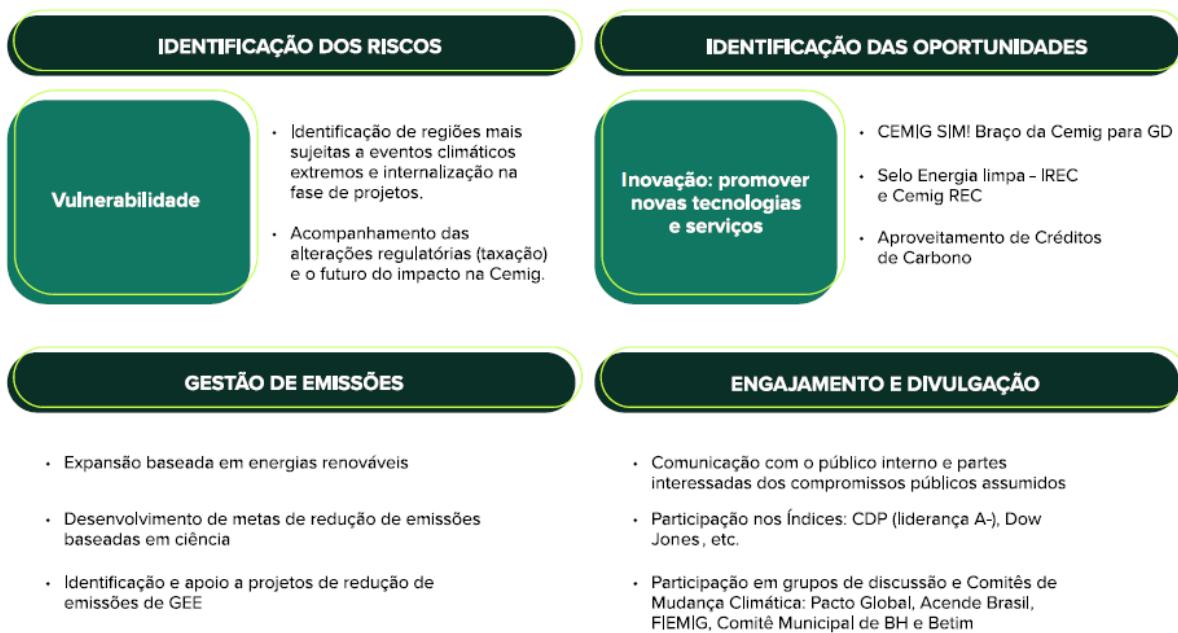
Em 2024, a Companhia foi a primeira empresa brasileira do setor elétrico a integrar a *Utilities for Net Zero Alliance* (Uneza), iniciativa global pelo Net Zero e o anúncio foi feito pelo presidente Reynaldo Passanezi durante a COP 29, no Azerbaijão. A Uneza é uma iniciativa que reúne as principais concessionárias e empresas de serviços públicos do setor elétrico com o objetivo de promover soluções de energia limpa e avançar no processo da transição energética global e da descarbonização da economia.

Estratégia climática e plano de adaptação

A estratégia da Cemig para mitigação, adaptação e divulgação do tema para a sociedade e para seus investidores está explicitada no Relatório de Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima, disponível no site da Companhia.

A Cemig submeteu metas de redução das emissões de GEE ao SBTi (*Science Based Target Institute*), que estão em processo de validação.

Diretrizes da Estratégia Climática da Cemig





Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial em 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Cemig com o desenvolvimento profissional e social.

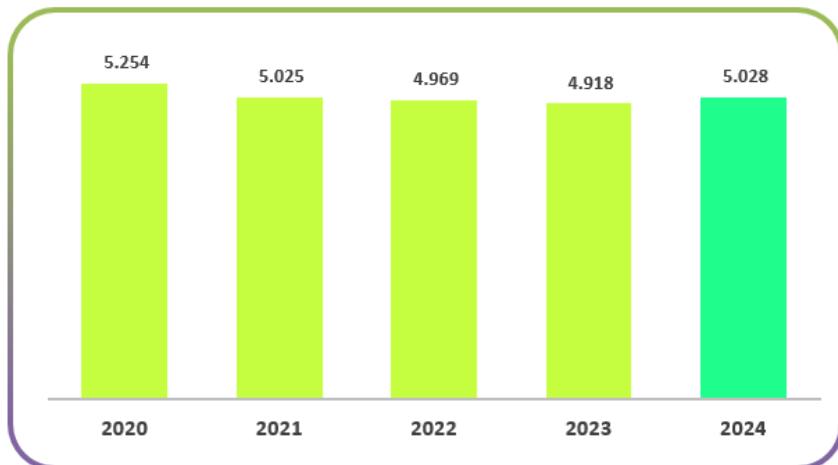
Responsabilidade social

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade tiveram a oportunidade de participar do curso em 2024.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução em seu quadro de pessoal, passando de 5.254 empregados em 2020 para 5.028 em 2024, conforme apresentado no gráfico:



Em 2024, a Cemig realizou 551 admissões no total. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia nas áreas deficitárias.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica social e ambiental. Dessa forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira. Um dos destaques desse portfólio do aprendizado organizacional da Companhia é o treinamento de “Aperfeiçoamento em Unidades Consumidoras”. O treinamento de “Gestão de Riscos e Controles Internos” é outro exemplo, proporcionando aos empregados uma visão crítica de como a Cemig, considerando as melhores práticas do mercado e uma abordagem estratégica, interage com a governança, gestão de riscos e controles internos na Companhia e procedimentos que visam a prevenção e mitigação de riscos.

A Cemig também tem investido no fortalecimento de suas lideranças por meio do Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig. Implementado em 2021, o programa busca desenvolver competências e habilidades consideradas críticas, alinhadas às transformações culturais e estratégicas da Companhia. A iniciativa estimula a capacidade de influência dos líderes em seus contextos de atuação, promovendo resultados consistentes.



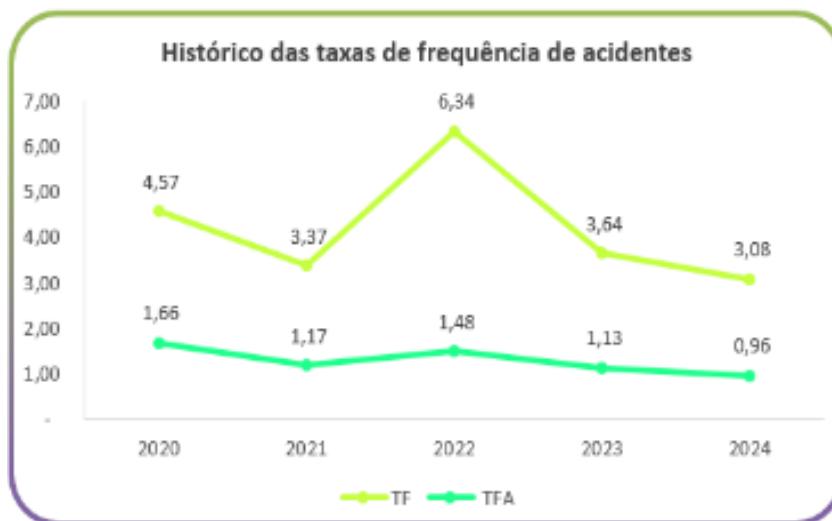
Saúde, higiene e segurança do trabalho

A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de “Respeito à vida” do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

Durante todo o ano de 2024, continuaram a ser adotadas pela nossa força de trabalho, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa de Frequência de Acidentes (TF) e Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA), apresentamos os dados de 2024 da Cemig D, Cemig GT e Cemig Holding, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Comparando com o ano de 2023, tivemos uma redução tanto na TF quanto TFA, evidenciando uma tendência de declínio, comparando também com os últimos 5 anos. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Cultura organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.



A Cemig conta com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de Distribuição e Comercialização. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e 777 Postos de Atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão.

A gestão do cliente é de responsabilidade da Cemig Distribuição e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do Projeto Cliente+ (Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional desde 2021).

O cenário de abertura de mercado de energia elétrica a partir de janeiro de 2024 imprime um novo contexto para o setor energético, permitindo que todos os clientes atendidos em alta tensão (AT) possam escolher seus fornecedores de energia elétrica. Em 2026, está prevista a abertura de mercado para os clientes atendidos em baixa tensão (exceto Classe Residencial e Rural), sendo possível a abertura total desse mercado livre até 2030.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm avançado na Cemig. No entanto, não são percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

É diante desse cenário que foi iniciado, em outubro de 2024, o Projeto Cultura de Cliente, com previsão de término/reavaliação para outubro 2025. O trabalho de desenvolvimento envolve diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da Cultura desejada com foco no Cliente até o desenvolvimento de competências para o processo de internalização e sustentação da cultura desejada. Os objetivos são:

- Definir a Cultura com foco no Cliente que sustentará as estratégias para o novo cenário e geração de resultados excepcionais;
- Desenvolver e robustecer a liderança para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- Envolver e mobilizar todos os empregados, próprios e terceirizados para a prática da Cultura com foco no Cliente.



Diversidade

A Cemig tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua Política de Valorização da Diversidade e Inclusão, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um. A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos. Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

O Programa de Diversidade foi lançado em 2023, e estabeleceu metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minorizados em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

De acordo com a Política de Valorização da Diversidade e Inclusão da Cemig, a Companhia conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial e com participantes de diversas áreas. Sua responsabilidade é identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade na Companhia.

Metas assumidas



- Ter 25% de mulheres em cargos de gerentes/superintendentes em todas as diretorias até 2026.
- Ter 15% de mulheres em cargos de Supervisora até 2026.
- Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.
- Aumentar o percentual de Gerentes/ Superintendentes da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar o percentual de Supervisores da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Gerentes/Superintendência até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Supervisor até 2030.
- Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTI+ para 70% até 2026⁴⁵.
- Aumentar o percentual de aliados à causa LGBTQIA+.
- 30% dos candidatos à posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.



A Companhia busca alternativas para aumentar a participação de todos os grupos minorizados em seu quadro e ampliar o olhar da diversidade para outros públicos. Um exemplo é o programa de aprendizagem industrial: em 2023, a Cemig recebeu o 1º lugar do prêmio Ser Humano pela ABRH, por ter destinado vagas a pessoas em situação de rua e 50% das vagas de ampla concorrência para pessoas do gênero feminino no curso de eletricista de linhas e redes aéreas. O objetivo do programa é conciliar o resgate de jovens em condição de vulnerabilidade social com a oportunidade de formação especializada, além de promover maior participação de mulheres nesse segmento de mercado.

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A empresa realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia. O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do Programa de Eficiência Energética da companhia, regulado pela Aneel.



Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2024, foram investidos R\$126 milhões em 289 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

COMO A CEMIG FORTALECE A CULTURA EM MINAS E CONTRIBUI PARA SUA LIDERANÇA NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE

Música e dança: Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Orquestra Filarmônica de Varginha, e Grupo Corpo.

Teatro e artes visuais: Grupo Gaipão, Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, Campanha de Popularização do Teatro, Inhotim, Pinacoteca Cemig, Museu Inimá de Paula.

Memória e literatura: Academia Mineira de Letras, Arquivo Público e Centro do Patrimônio, Museu Inimá de Paula.

Tradição e cultura popular: Coral dos Profetas, Congados e Reinhados, Folia de Reis.

Projetos de arte negra: Mostra Imune, projeto AfroMineirodes e Mãos de Raça.

Publicações e registros: Livro Quilombolas – Cemig no Campo, Projeto Quilombos do Vale do Jequitinhonha e Jornal Afrodescendente.

25 ANOS NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE



Saúde

Em 2024, através do Programa de Eficiência Energética da Cemig (regulado pela Aneel), a companhia investiu mais de R\$14,8 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em 43 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa Cemig nos Hospitais, promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, esses projetos reforçam a imagem da empresa como comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. Para projetos esportivos, a Cemig destinou mais de R\$40 milhões desde 2019 sendo que 12% dos recursos destinados ao esporte são direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado. Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte.

Um exemplo disso é o fato de a Cemig ter ampliado o apoio ao esporte olímpico e paralímpico em Minas Gerais com a destinação de mais R\$1 milhão em patrocínio ao Praia Clube, de Uberlândia. Desde 2019, a Cemig já apoia a natação paralímpica da instituição, que foi um dos destaques da delegação brasileira nas Paralimpíadas de Paris 2024, com 10 medalhas conquistadas na modalidade. Agora, a Cemig patrocinará também as equipes do atletismo, consolidando-se como uma das maiores incentivadoras do esporte olímpico no Brasil.

Fundo do Idoso

Fundo do Idoso: A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida, nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.



Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Uma das instituições apoiadas pela Cemig nesse contexto é a Hospital Mário Penna, que, nos últimos cinco anos, recebeu mais de R\$700 mil incentivados da Companhia. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2024, mais de R\$3 milhões.

Fornecedores

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos. Portanto, a Cemig estabelece um relacionamento com sua cadeia de suprimentos orientado pelo documento “Requisitos ESG para a Cadeia de Suprimentos”, pela Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional e pela legislação federal e estadual.

O processo de gestão de fornecedores, incluindo as práticas de compras, é revisado continuamente para garantir o alinhamento às melhores práticas e requisitos ESG. Para garantir o cumprimento da estratégia e os objetivos ESG, a equipe é devidamente treinada no papel que desempenha.

Desde 2015, a Cemig incluiu em todos os contratos o pré-requisito relativo ao cumprimento da Lei Anticorrupção por parte dos fornecedores. Dessa forma, a cadeia de valor da Companhia assume o compromisso de não cometer atos capazes de lesar a administração pública, como também de denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante.

As exigências para cadastro e contratação de fornecedores são mais rigorosas à medida que o objeto fornecido envolve maior risco em aspectos de meio ambiente, responsabilidade social e saúde e segurança.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig

O Prêmio Melhores Fornecedores Cemig visa externalizar os valores para além da organização, reconhecendo, prestigiando e homenageando as empresas que, fortemente, contribuem para que a Cemig possa cumprir o seu objetivo social de gerar, transmitir e distribuir energia elétrica, atendendo às expectativas de seus consumidores, acionistas e sociedade em geral. A iniciativa busca a melhoria contínua dos resultados e o fomento de iniciativas e práticas sustentáveis.



Em 2024, a empresa Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil foi a ganhadora do prêmio “Destaque em Inovação”, inédita na premiação, com o projeto do “cabô green”. O produto utiliza um revestimento feito com 20% de polietileno de origem vegetal, obtido por meio da cana-de-açúcar, ao contrário dos tradicionais que são revestidos de material 100% polietileno originado do petróleo, um combustível fóssil. A Cemig é a primeira distribuidora brasileira a usar essa tecnologia mais sustentável. Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da Região Metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-os para a utilização na rede da empresa.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Acesso à energia

A Cemig também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Em 2024, cerca de 1,3 milhão de clientes da Cemig receberam benefícios tarifários mensalmente relativos à tarifa da conta de energia, no valor total de R\$461,4 milhões.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos.

Programa Energia Legal

A Cemig tem o compromisso de melhorar a cada dia o fornecimento de energia para as comunidades onde atua, priorizando a segurança com a população quanto a riscos de acidentes elétricos e a promoção do desenvolvimento local de toda a sua área de concessão.

Para viabilizar esse compromisso, a Cemig lançou o Programa Energia Legal, que visa regularizar o acesso à energia elétrica de aproximadamente 240 mil famílias, localizadas em comunidades e ocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em algumas regiões do estado.



São vantagens do Programa Energia Legal:

- mais segurança contra choques elétricos;
- mais cuidados para não queimar eletrodomésticos;
- regularização da energia;
- geração de comprovante de endereço, por meio da conta de luz;
- direito a benefícios sociais;
- facilidade para realizar novas ligações de energia;
- assistência 24h por dia.

Programa de Eficiência Energética (PEE)

Historicamente, a Cemig investe em eficiência energética, promovendo a redução do consumo de energia e da demanda no horário de ponta, e disseminando o conhecimento sobre uso seguro, racional e eficiente da eletricidade, visando o combate ao desperdício de energia elétrica e à preservação de recursos naturais.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cemig, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, desde o ano 2000, se traduz em diversas ações que incentivam à mudança dos hábitos de consumo e a otimização do consumo energético em diferentes setores da sociedade. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

Atualmente, o PEE atua por meio de cinco subprogramas: Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas e o Cemig nas Comunidades, nos quais todos os projetos são executados diretamente pela Cemig e contemplam a substituição de equipamentos ineficientes e obsoletos por modelos mais modernos e eficientes e a instalação de usinas fotovoltaicas.

Além disso, a Companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso dos clientes a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes proponham ações que confirmam maior eficiência a suas unidades consumidoras. Nesse modelo, a Cemig seleciona e financia os projetos viáveis, que são executados por empresas especializadas em serviços de conservação de energia, as chamadas ESCO.



Somente em 2024, o programa investiu mais de R\$65 milhões em projetos próprios de eficiência energética e disponibilizou outros R\$50 milhões para Chamada Pública, dos quais cerca de R\$19 milhões foram capitados pela sociedade para projetos que serão executados a partir de 2025. Em 2024, o PEE da Cemig atendeu à 320 municípios da área de concessão, beneficiando mais de 95 mil clientes (entre eles, residenciais, comerciais, serviços públicos etc.) e mais de 2 milhões de pessoas. Entre os beneficiários se destacam: estabelecimentos de saúde públicos e filantrópicos, entidades benficiantes de assistência social, escolas públicas, famílias de baixa renda em comunidades urbanas e rurais, prestadores de serviços públicos e órgãos da administração pública estadual e municipal.

Até 2027, a Cemig planeja investir mais de R\$500 milhões no portfólio do PEE, ampliando os subprogramas existentes e inaugurando novas frentes, com foco em inovação e responsabilidade social aliadas à eficiência energética. Essa meta representa o compromisso público da Companhia com os esforços globais para o desenvolvimento sustentável e a transição energética, à medida que pretende investir nos próximos 4 anos, 50% do valor investido ao longo dos últimos 25 anos.

Alguns projetos de destaque em 2024 são:

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2024 do AI6% envolveu a participação de 1.445 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1,4 milhão, com o intuito de beneficiar 146 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia e suas coligadas foi de aproximadamente R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$3 milhões para entidades distribuídas em 75 municípios da área de influência da Companhia. A ação conta com a participação de voluntária de 146 padrinhos e madrinhas que atuam como captadores de recursos.

Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial: engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) ações propostas por colaboradores na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.



Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2024, o Programa Você destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 214 empregados voluntários, o programa acumulou 898 horas de atuação, beneficiando diretamente 553 pessoas. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da empresa. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento, networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2024, foram capacitados 92 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 7 voluntários da Cemig.

Gestão de Projetos na Carreira - a gestão de projetos é uma das profissões do futuro, que vem crescendo e se tornando essencial e requisitada em várias empresas. A iniciativa visa possibilitar aos alunos uma aprendizagem experencial de como fazer a gestão de projetos, auxiliando-os na compreensão, planejamento, realização, monitoramento e avaliação do projeto, como a gestão da própria carreira. O conteúdo programático aborda o que é um projeto e sua aplicação no dia a dia. Com abordagem simples e prática, o programa pretende levar o jovem a entender qual o seu papel como gestor desse projeto, como fazer um bom gerenciamento, como definir metas, escopo e prazos. Em 2024, foram capacitados 89 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 9 voluntários da Cemig.

Start+Up - curso gratuito promovido pela Cemig com o objetivo de orientar jovens sobre empreendedorismo e criação de startups, a partir do método aprender-fazendo. A formação "Start + UP", é composta por módulos abordam temas relevantes relacionados ao empreendedorismo, como o que é e como desenvolver uma startup, construção de marca, desenvolvimento de produto, fontes de financiamento, entre outros. Ao término do programa os participantes apresentarão a empresa ou projeto desenvolvido a uma banca de jurados a partir do método *Pitch*, que é uma apresentação curta e direta voltada a despertar o interesse de um investidor, parceiro ou cliente. Em 2024, foram capacitados 22 jovens nas cidades de Uberlândia e Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 11 voluntários da Cemig.



Conectando Energias - é uma iniciativa criada em 2024, que reúne Eficiência Energética e o Programa Você (Voluntariado Cemig), e mobilizou 210 voluntários, distribuídos em 44 equipes inscritas para atuarem em 28 municípios mineiros ao longo de 2025, a fim de atenderem mais de 40 instituições benfeitoras, com o intuito de promover mais economia de energia e redução dos desperdícios.

Além dessas ações, tivemos a campanha Páscoa Solidária, em que voluntários se dedicaram a fabricar 3.000 ovos de chocolate, para 350 crianças da Associação das Obras Pavonianas de Belo Horizonte; SOS Rio Grande do Sul com a arrecadação de itens de necessidade e disponibilização de voluntários dentro do horário de trabalho para a triagem de doações para os atingidos pelas intensas chuvas que atingiram o estado; Cartinhas de Natal com a adoção pelos voluntários de 104 cartas de atendidos por instituições sociais e o Natal Solidário em Rede realizado em conjunto com as empresas participantes da Rede Desafio 2030 na Cidade dos Meninos, em Ribeirão das Neves que atende mais de 2.700 crianças e jovens a Companhia enviou o caminhão de atividades interativas do Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades, também são feitas revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da empresa, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de Planos de Ação de Emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, Planos de Emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades e lista de contatos;



Mantendo sua política de estreitamento de relacionamento com o público externo, em 2024, a Cemig manteve o foco na continuidade das ações que promovem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Em 2024, dentro do Projeto VAMOS, em atendimento à regulamentação vigente, a Cemig GT continuou executando as ações/atividades pactuadas nos Cls- Comitês de Integração dos PAEs-Planos de Ação de Emergência das 18 barragens exigidas pela lei. No total foram constituídos 17 Cls para 18 barragens (Itutinga e Camargos são integradas), que trataram os temas listados na figura abaixo:





Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2024:

- Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
- Divulgação e Incremento de inserções no App. PROX perfil população, reuniões com a comunidade para criação do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e localização de rotas de fuga e pontos de encontro)
- Instalação de Sinalização de Alerta (Placas de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento da UHE Três Marias (última remanescente)

Ainda no ano de 2024, foram realizados 03 eventos (reuniões) do “Programa Proximidade- Programa de Integração com a Comunidade” ocorridos nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Estes eventos contaram com a participação de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

Segurança nas faixas de ocupação

A ocupação irregular das faixas de segurança de linhas aéreas de alta tensão é uma realidade que desafia diversas concessionárias de energia no Brasil, incluindo a Cemig. Essas áreas, que devem ser mantidas livres de edificações e atividades humanas para garantir a segurança e o bom funcionamento da infraestrutura elétrica, frequentemente são ocupadas por famílias de baixa renda em busca de moradia, muitas vezes em condições precárias e perigosas.

Diante desse cenário, a Cemig estrutura ações estratégicas para reverter esse quadro crítico, priorizando a segurança das comunidades e a proteção de suas operações. Essas medidas incluem tanto a fiscalização contínua para evitar novas ocupações quanto iniciativas destinadas a reduzir a ocupação irregular existente.

Para coibir o avanço das ocupações, a Cemig realiza monitoramentos terrestres periódicos nas linhas de transmissão e distribuição onde há registros de invasões. Durante essas fiscalizações, qualquer nova ocupação identificada é alvo de ações judiciais para reintegração de posse. Além disso, a Companhia conscientiza os ocupantes irregulares sobre os riscos envolvidos, como acidentes graves causados por descargas elétricas.

Como complemento à fiscalização terrestre, a Cemig utiliza tecnologias avançadas, como sistemas de satélite, para monitorar de forma mais ampla e precisa as áreas de ocupação. Esses dois métodos se combinam para ampliar a eficácia do controle e da resposta às invasões.



Reducir o volume de ocupações já existentes é outro foco importante do trabalho da Cemig. Para isso, ela firma parcerias com prefeituras e outros órgãos municipais, por meio de convênios que viabilizam a remoção das ocupações irregulares e o reassentamento das famílias em moradias seguras e dignas. Essa abordagem integrada busca promover justiça social e minimizar o impacto para as comunidades envolvidas.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações e serviços por suas relações comerciais, inclusive quando não tenha contribuído para gerá-los, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Anualmente, a Cemig presta contas de suas ações em direitos humanos, por meio do Relatório do Pacto Global das Nações Unidas, do Relatório de Sustentabilidade (RAS), do ISE B3 e do *Dow Jones Sustainability Index* (S&P Global).

Mitigação

Como exemplos de ações de mitigação, a Cemig realiza:

- inspeções e treinamentos de segurança para toda força de trabalho;
- campanhas de sensibilização quanto ao tema de valorização da diversidade para os empregados e nas redes sociais;
- cartilhas educativas e cláusulas contratuais para os fornecedores;
- palestras e trabalho educativo nas escolas quanto ao uso de energia.

Monitoramento

Como exemplos de ações de monitoramento, a Cemig realiza:

- auditorias de segurança em campo;
- auditoria de direitos humanos de fornecedores;
- monitoramento e investigação de casos de assédio e discriminação.



Gestão tecnológica e inovação

A Cemig tem a gestão tecnológica e a inovação como pilares estratégicos para garantir a eficiência operacional, a segurança da informação e a conformidade regulatória. A Companhia investe continuamente no aprimoramento da governança e gestão de seus serviços de Tecnologia da Informação (TI), bem como na modernização de sua infraestrutura tecnológica, alinhando-se às melhores práticas internacionais e às exigências regulatórias, incluindo a Lei Sarbanes-Oxley (Sox).

O sistema de governança de TI da Cemig é baseado no COBIT 2019, modelo de referência para controle e gerenciamento de processos de TI, e é avaliado anualmente por auditorias internas e externas. Além disso, a Companhia estrutura sua gestão de segurança da informação com base na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO/IEC 27001:2013, garantindo a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) robusto, que abrange políticas, processos e controles para proteção de ativos críticos. Esse sistema inclui processos de gerenciamento de riscos, classificação e proteção da informação, resposta a incidentes e auditoria contínua.

Além dos investimentos em governança e segurança, a Cemig adota uma abordagem estruturada para inovação e transformação digital, priorizando tecnologias emergentes para modernizar seus processos e serviços, com aperfeiçoamento de arquitetura e governança.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.



O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de todos os titulares com os quais ela se relaciona e reforça o compromisso da Empresa em proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Para trazer robustez a esse processo e para garantir que a Empresa esteja aderente aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, a Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema. Essa estrutura contempla:

- Encarregado de Proteção de Dados (Diretor (a) de Compliance);
- Equipe dedicada ao tema de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Políticas e procedimentos que estabelecem diretrizes claras sobre como os dados devem ser coletados, armazenados, processados e compartilhados, assegurando que a organização respeite os direitos de privacidade dos titulares dos dados pessoais;
- Solução líder de mercado que suporta todo o programa de Privacidade da Empresa;
- Canais de atendimento exclusivos para que os titulares de dados possam exercer seus direitos e para receber relatos de possíveis incidentes envolvendo dados pessoais.

Inteligência artificial - EnergyGPT

Desde 2023, a Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), está desenvolvendo EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da Aneel, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.



O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Processamento de Linguagem Natural (NLP)

Lançado em agosto de 2024, o curso integra o projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - EnergyGPT, e tem como objetivo capacitar os empregados da Cemig para enfrentar desafios tecnológicos no setor elétrico. Com duração de 12 meses, é pioneiro no Brasil e está dividido em três módulos, abordando fundamentos básicos e específicos sobre modelos de linguagem.

A primeira turma da pós-graduação lato sensu em NLP promovida pela Cemig em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) concluiu seu primeiro semestre com resultados promissores. Ao longo do semestre, os 30 empregados selecionados tiveram contato com temas como aprendizado de máquina, *deep learning* e redes neurais. Além disso, a especialização foca na aplicação prática das tecnologias, com destaque para o desenvolvimento do EnergyGPT.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, e organismos com relevância mundial no setor energético, como o Energy Center, a vertical de energia da MIT Technology Review Brasil, em parceria com o Energy Summit, reconhecem que já existem grandes direcionamentos globais em relação a um objetivo comum: a realização da transição energética seguindo os 4Ds, que são Descarbonização, Digitalização, Descentralização e Democratização. Esses princípios norteadores buscam transformar o setor energético em um sistema mais sustentável, eficiente e inclusivo, promovendo a adoção de novas tecnologias e práticas que reduzam a dependência de combustíveis fósseis e minimizem os impactos ambientais.

O PDI da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Distribuição de energia elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas.



A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos

- inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico;
- estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia;
- concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Nesse sentido a Cemig, alinhada com as diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Programa Estratégico de Qualidade e Inovação (PEQUI), desenvolveu direcionamentos estratégicos para promover a inovação contínua, buscando agregar cada vez mais valor ao Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). A Cemig investiu R\$56,8 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento ('P&D') em 2024, sendo R\$16,1 milhões pela Cemig GT e R\$40,7 milhões pela Cemig D, abrangendo 15 projetos em diversas áreas. E em fevereiro de 2025, a Cemig concluiu mais um ciclo de desafios, recebendo importantes projetos inovadores nos macrotemas: Produtos e Serviços Inteligentes; Sistemas Elétricos do Futuro; Eletrificação e Eletromobilidade; e Alternativas em Geração Sustentável. Entre os projetos de destaque, incluem-se:

- **Projeto BESS Móvel:** Desenvolvimento de um dispositivo móvel para carga e descarga de energia em baterias, destinado a situações de emergência e para garantir a continuidade do fornecimento de energia em casos críticos.
- **Projeto EnergyGPT:** Implementação de uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especificamente projetada para atender às complexas demandas do setor elétrico brasileiro, proporcionando análises avançadas e preditivas para otimização do sistema.
- **Projeto Biogás H2:** Desenvolvimento de um protótipo de usina para produção de hidrogênio a partir do metano gerado em aterros sanitários, promovendo a utilização de resíduos como recurso energético.
- **Projeto EPI Inteligente:** Criação de um wearable de segurança individual para eletricistas, capaz de alertar sobre a proximidade de sistemas energizados, detectar gases tóxicos, prevenir acidentes de trabalho e emitir alertas de queda ou incidentes durante a jornada de trabalho, garantindo maior segurança para os empregados.

A Cemig continua a impulsionar a inovação através de seus canais Inova Cemig Lab e Inova Cemig Tec, dedicados à busca de soluções inovadoras e tecnológicas. A empresa prioriza a inovação aliada à sustentabilidade, com o objetivo de gerar resultados mais sustentáveis e eficientes para o Sistema Elétrico Brasileiro. Esse compromisso reflete a visão da Cemig em ser uma empresa líder em inovação no setor energético, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para um futuro energético mais limpo e eficiente.

Em 2024, a iniciativa encerrou seu primeiro ciclo com contratos assinados com 13 startups, que receberão, cada uma delas, apoio financeiro de até R\$1,6 milhão para o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis para os desafios propostos pela Cemig.



Lançado em março de 2024, o processo de seleção de startups para o primeiro ciclo ocorreu por meio de um edital internacional que atraiu mais de 250 propostas provenientes de 17 estados brasileiros e 10 países de todos os continentes. Minas Gerais destacou-se com 48 startups selecionadas. Foram propostos temas estratégicos que vão desde a digitalização do setor elétrico até o uso de hidrogênio como fonte de energia limpa e renovável.

O ciclo 2 já está em andamento e conta com 15 desafios voltados para comercialização, geração distribuída, compliance, distribuição, transmissão, gestão de fornecedores, recuperação de receitas e agro. A Cemig também já trabalha no ciclo 3, que contará com 15 novos desafios.

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig conduz os seus processos visando o alcance dos objetivos estratégicos e, consequentemente, a satisfação dos seus clientes. Para isso, procura a melhoria contínua da sua gestão por diversas formas, entre elas a adoção de algumas das práticas e metodologias das Normas NBR ISO.

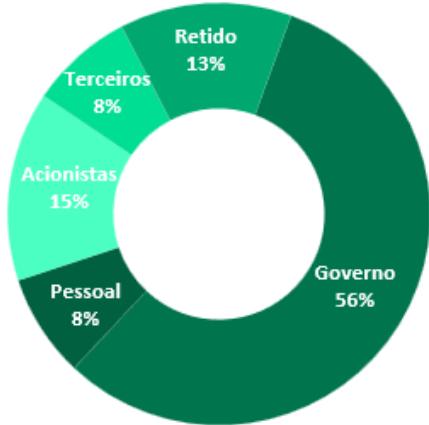
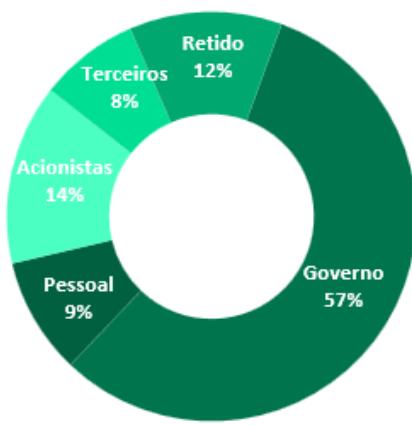
Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e, recentemente, obteve a certificação em NBR 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno. Para além das certificações, visando aprimorar suas práticas de gestão de riscos, a companhia implementou os princípios e recomendações da NBR ISO 31000 – Gestão de Riscos, obtendo a Declaração de Conformidade na referida norma por Organismo Certificador reconhecido.

Atualmente, há quatro escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição, Gestão de Riscos Corporativos e Ouvidoria, e Compliance. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas ISO e como é sabido tais normas possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$25.688 milhões de valor adicionado em 2024, em comparação a R\$21.882 milhões em 2023.

**Distribuição do Valor Adicionado em 2024****Distribuição do Valor Adicionado em 2023**

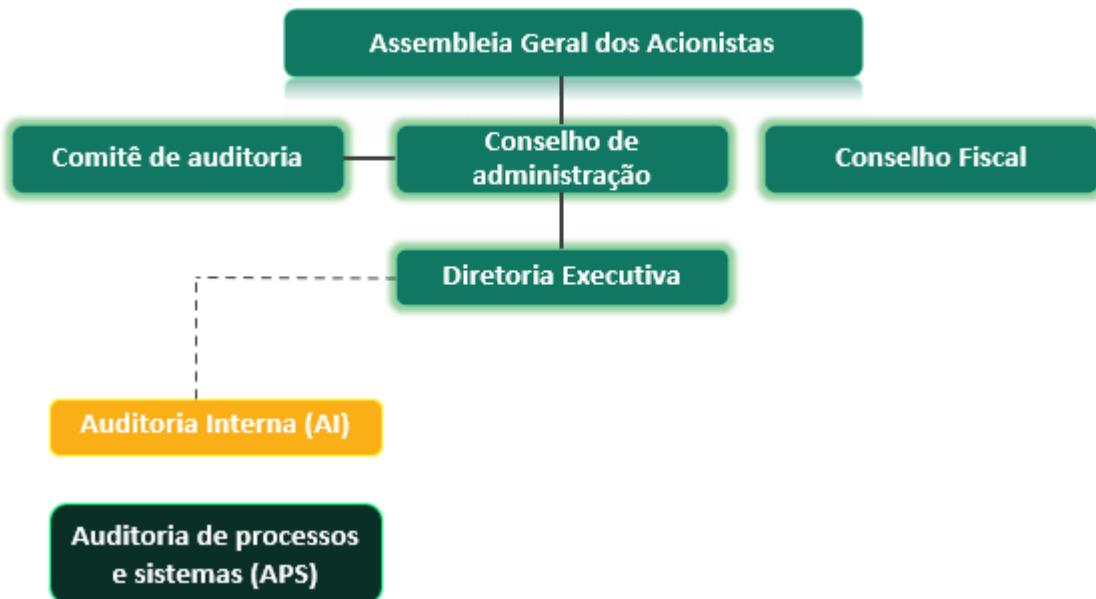
Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-Presidentes estatutários e nomeiam os Diretores não estatutários da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.



Estrutura de Governança Corporativa



Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros, sendo 8 (oito) indicados e eleitos pelos acionistas e 1 (um) eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.



Dos nove membros do seu Conselho de Administração, oito membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI), e pelos critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

As atribuições do Conselho de Administração encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 21 vezes, no exercício de 2024, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>



Reuniões

O Comitê de Auditoria reuniu-se 27 vezes no exercício de 2024.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato da atual Diretoria Executiva estatutária expira na 1^a reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Os Diretores estatutários serão avaliados, anualmente, pelo Conselho de Administração, com relação ao seu desempenho, individual e coletivo, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

A composição da Diretoria Executiva estatutária, atribuições e informações curriculares encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

A Diretoria Executiva reuniu-se 53 vezes, no exercício de 2024, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.



Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditória interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2024, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de Top Risks, vigente para o ciclo 2024/2025.

Compõem a Matriz 26 Top Risks, incluídos, nesse ciclo, riscos de algumas das investidas da Companhia. Esses riscos têm agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz comprehende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (Environmental, Social and Governance), Comunicação, Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (Top Risks) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.



Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em relação a suficiência de endereçamento aos riscos. No último ciclo, a Companhia estendeu a cobertura de revisão e testes para os controles internos relacionados aos Top Risks, seguindo os mesmos padrões metodológicos e requisitos do framework COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) ICIF (*Internal Control – Integrated Framework*) e Lei Norte Americana Sarbanes Oxley – Sox. As ações e investimentos no Ambiente de Controles Internos tem garantido, nos últimos anos, sua efetividade na avaliação da Administração e do auditor externo independente, demonstrando a confiança na gestão de riscos da Companhia.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis. A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa.



Processo de gestão de riscos corporativos



Prêmio IIA May Brasil 2024

Em reconhecimento às suas realizações em maio de 2024, a Auditoria Interna da Companhia foi agraciada com o prêmio IIA May Brasil 2024, concedido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

O prêmio reflete o empenho do time da Auditoria Interna da Cemig em promover a conscientização sobre a importância de suas atividades e fortalecer a parceria com as áreas auditadas. As iniciativas desenvolvidas durante o mês de maio visaram um maior alinhamento com as áreas gestoras da Companhia sobre suas necessidades e destacar o papel da auditoria na avaliação e aprimoramento dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles, contribuindo para que a Companhia alcance seus objetivos estratégicos.

O prêmio IIA MAY 2024 é um reconhecimento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil para as auditorias internas que se destacam na promoção da conscientização e na melhoria contínua de seus processos.



Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Para garantir a conformidade, a equipe de Gestão de Processos da Cemig realizou um diagnóstico prévio para avaliar a aderência aos requisitos da NBR ISO 31000:2018. A partir desse diagnóstico, foram implementadas melhorias no processo e na documentação, visando atender às práticas recomendadas pela norma.

O reconhecimento da conformidade com a NBR ISO 31000:2018 não apenas valida o compromisso da Cemig com práticas de gestão de riscos de classe mundial, mas também fortalece sua reputação no mercado e perante as partes interessadas. A norma auxilia no planejamento estratégico e na tomada de decisões, resultando em menor índice de perdas e melhoria dos processos operacionais.

Compliance e Antissuborno

A Companhia valoriza a prevenção e o combate à fraude, à corrupção e a quaisquer atos que possam desviar-se da conduta ética exigida, bem como das normas internas e externas estabelecidas. Para isso, conta com a dedicação e a diligência de toda a sua força de trabalho, a fim de garantir que atos ilícitos ou antiéticos não sejam perpetrados em seu nome.

Para prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um robusto sistema de controles internos e de Compliance, que inclui, entre outros, uma Comissão de Ética, um Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos voltados à integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e prevenção à fraude e à corrupção. Todos os profissionais que se relacionam com a Cemig, incluindo acionistas, administradores, empregados e contratados, são plenamente informados sobre essas diretrizes. Em 2024, a Cemig obteve a certificação na norma internacional ISO 37001 de Gestão Antissuborno, reforçando seu compromisso em prevenir, detectar e tratar casos de suborno.

Ademais, não são permitidas doações de qualquer natureza, seja direta ou indireta, em dinheiro ou em bens e serviços, incluindo publicidade, que tenham fins políticos ou que favoreçam partidos políticos ou seus afiliados, independentemente de estarem em atividade.



Essa proibição está em conformidade com as exigências da Lei Federal 9.504/1997, conhecida como “Lei das Eleições”, e suas alterações pela Lei 13.487, de 6 de outubro de 2017.

O Canal de Denúncias da Cemig está disponível para o público interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual, entre outras irregularidades que possam ser consideradas ações ou omissões contrárias à lei ou aos princípios do nosso Código de Conduta. O Canal de Denúncias assegura a confidencialidade, o anonimato e a proteção contra retaliações ao denunciante. A Comissão de Ética é responsável por garantir a apuração e investigação adequadas de todas as denúncias recebidas, e as respostas são disponibilizadas aos denunciantes após a conclusão dos processos.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Combater todas as formas de corrupção. Este é o compromisso firmado publicamente pela Cemig ao ingressar no Movimento Transparência 100%. Trata-se de uma iniciativa do Pacto Global da ONU, cujo intuito é fazer com que organizações alinhem suas estratégias e operações aos princípios e mecanismos anticorrupção. A adesão da Companhia ao Movimento foi tornada pública durante o evento "Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030", realizado pela Cemig em 2023.

O objetivo do movimento, primeira grande iniciativa de fomento à transparência corporativa do Brasil, é encorajar e capacitar empresas para irem além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade em companhias de destaque para torná-las exemplos de sucesso para as demais organizações do país.

Com a adesão, a Cemig reforça seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. As metas assumidas pela Cemig no Movimento Transparência 100% são avançar em direção às metas de 100% de transparência das interações com a Administração Pública; remuneração 100% íntegra da alta administração; 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade; 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

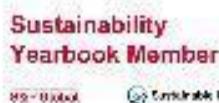


RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2024, vários segmentos da Companhia reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:



In Collaboration with RobecoSAM



B3 - Bovespa | G3 - GRI

Climate Disclosure Standard Board

Carbon Disclosure Project

CDP

Climate

Clean200™

2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

CDP - Climate

CDP - Clean200™

CDP - 2025

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Pelo 25º ano consecutivo, a Cemig foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2024/2025. O DJSI World, elaborado pela S&P Global e auditado pela Deloitte, avalia o desempenho em sustentabilidade de 3.300 empresas. No setor elétrico mundial, foram avaliadas 73 empresas e apenas a Cemig e outras sete europeias foram incluídas no índice. A avaliação, que é muito rigorosa, considera questionários, relatórios anuais, informações públicas e a capacidade de criar valor para os acionistas a médio e longo prazo.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 – ISE

A Cemig mantém a integração na composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) desde sua criação, em 2005, demonstrando o compromisso contínuo da companhia em adotar as melhores práticas de ESG, sigla em inglês para definir padrões ambientais, sociais e de governança. O ISE B3, um dos principais índices de sustentabilidade do mundo, reconhece os intensos esforços da Companhia em desenvolver soluções sustentáveis e alinhadas com a preservação do meio ambiente.

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2024

A Cemig se manteve no "The Sustainability Yearbook 2024", da S&P Global. O reconhecimento demonstra o comprometimento da Companhia com a transparência em relatar suas iniciativas ESG. Para serem listadas no anuário, as empresas devem pontuar entre os 15% melhores de seu setor e devem alcançar uma pontuação de sustentabilidade global da S&P dentro dos 30% da empresa de melhor desempenho de seu setor.

Índice Carbon Clean200™

A Cemig ocupa a 40ª posição no índice Carbon Clean 200 em 2025. O ranking listou as 200 empresas mundiais de capital aberto que mais se destacam na transição energética, liderando a economia de energia limpa sustentável.

CDP – A list

A Cemig avançou para a classificação "A List". Conquistar essa posição no CDP confirma o compromisso da Cemig com a divulgação, a transparência e a ação ambiental. Empresas da A-List do CDP superaram seus pares no mercado em 6% de ganhos em ações na última década, demonstrando que a transparência e a ambição são valorizadas pelo mercado. A Cemig obteve a pontuação máxima em 10 de 16 critérios, destacando seu compromisso público de ser net zero em 2040.

PMO Global Awards

A Cemig foi agraciada com o reconhecimento internacional de "Excellence Distinction" na categoria "Competencies Development" pelo Project Management Institute (PMI), uma das mais renomadas organizações do setor. A premiação, concedida à Gerência do Escritório de Gestão de Projetos da companhia, veio após avaliação de 450 especialistas de vários países. A Gerência já tinha sido escolhida uma das três finalistas na categoria PMO do Congresso Brasileiro de Gestão, Projetos e Liderança.



**Prêmio Aberje**

O Prêmio Aberje, o mais importante concurso de comunicação empresarial do Brasil, premiou a Cemig na categoria Eventos com o case “Energia do Carnaval” na etapa regional Centro-Oeste e Minas Gerais. Apoando diversas iniciativas que estão fazendo parte do Carnaval 2024 em Minas Gerais, tanto em Belo Horizonte quanto em várias outras cidades do estado, a Cemig destinou recursos, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura, para mais de 30 projetos carnavalescos. A premiação reúne empresas de todo o país, destacando casos de sucesso que demonstram excelência nas diversas regiões do país.

**Prêmio Abraconee**

A Cemig foi premiada em duas categorias no Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Enconsel) 2024, promovido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), de 23 a 27 de novembro de 2024, na cidade de Foz do Iguaçu. A Companhia alcançou o 1º lugar na categoria “Holding” e o 3º lugar na categoria “Grande Porte”, em reconhecimento às demonstrações financeiras de 2023. O prêmio confirma o compromisso da Cemig com a transparência e a qualidade de suas informações contábeis, reafirmando seu papel de referência no setor elétrico brasileiro. Na categoria “Holding”, a Cemig destacou-se entre 18 empresas, enquanto, na categoria “Grande Porte”, competiu com 48 organizações.

**World's Most Trustworthy Companies – WMTC (As empresas mais confiáveis do mundo)**

De acordo com pesquisa da PWC, 95% dos executivos têm uma percepção de que as empresas devem se responsabilizar por construir confiança. Na pesquisa *World's Most Trustworthy Companies*, desenvolvida pela revista Newsweek e a empresa internacional de pesquisas Statista, a Cemig ficou na 25ª posição dentre as empresas do setor de energia e utilities mais confiáveis do mundo e a mais bem colocada, dentre as companhias brasileiras do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.



BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de cálculo	2024			2023		
	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Receita líquida (RL)	39.819.620			36.849.769		
Resultado Operacional (RO)	9.877.932			7.230.126		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.399.427			1.307.900		
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	100.510	7,18	0,25	94.573	7,23	0,26
Encargos sociais compulsórios	381.194	27,24	0,96	317.378	24,27	0,86
Previdência privada	90.670	6,48	0,23	83.853	6,41	0,23
Saúde	64.654	4,62	0,16	68.924	5,27	0,19
Segurança e medicina no trabalho	2.992	0,21	0,01	4.378	0,33	0,01
Educação	132	0,01	-	100	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.068	0,36	0,01	6.696	0,51	0,02
Creches ou auxílio-creche	2.037	0,15	0,01	2.444	0,19	0,01
Participação nos lucros ou resultados	172.286	12,31	0,43	157.121	12,01	0,43
Outros	10.040	0,72	0,03	8.846	0,68	0,02
Total - Indicadores sociais internos	829.583	59,28	2,08	744.313	56,91	2,02
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	3.901	0,04	0,01	1.240	0,02	-
Cultura	119.016	1,20	0,30	77.328	1,07	0,21
Esporte	17.558	0,18	0,04	29.657	0,41	0,08
Saúde	5.095	0,05	0,01	2.332	0,03	0,01
Outros - Doações/Subvenções/FIA/AI6%	67.879	0,69	0,17	146.225	2,02	0,40
Total das contribuições para a sociedade	213.449	2,16	0,54	256.782	3,55	0,70
Tributos (excluídos encargos sociais)	14.497.788	146,77	36,41	12.371.337	171,11	33,57
Total - Indicadores sociais externos	14.711.237	148,93	36,94	12.628.119	174,66	34,27
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da Companhia	36.519	0,37	0,09	44.607	0,62	0,12
Total dos investimentos em meio ambiente	36.519	0,37	0,09	44.607	0,62	0,12
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do corpo funcional	2024			2023		
Nº de colaboradores ao final do exercício	5.028			4.918		
Nº de admissões durante o exercício	551			225		
Nº de colaboradores temporários	96			102		
Nº de estagiários (as) contratados (as)	96			97		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	1.278			1.271		
- 2º Grau	3.722			3.612		
- 1º Grau	28			34		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	2.099			2.240		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	705			696		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,60			19,40		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	2.070			279		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	17,59			1,99		
Nº de pessoas com deficiência	190			152		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024					
Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia	31,66					
Número total de acidentes de trabalho, considerando empregados próprios	22					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as)			() direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos (as) empregados (as)			() Todos (as) + CIPA		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	() não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT			() incentiva e segue a OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as)			() todos (as) empregados (as) () todos (as) empregados (as)		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () todos (as) empregados (as)			() todos (as) empregados (as) () todos (as) empregados (as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados () são sugeridos			() são exigidos		
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não apoia () apoia () organiza e incentiva			() organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia: 152.543			no Procon: 5.867		
				na Justiça: 11.514		

**7) Outras informações**

	2024
Investimentos em questões ambientais	R\$36,4 milhões
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	28 reservatórios e 131 estações de coleta
Resíduos e materiais inservíveis	53 mil toneladas
Óleo mineral regenerado pela Companhia	108 mil litros
Receita com as vendas dos resíduos	R\$47 milhões



COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações e Vice-Presidente de Geração e Transmissão
Sérgio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scarlificio	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
José Ciro Mota - Presidente (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Erick Nilson Souto - Vice-Presidente (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira- Secretário Executivo (Cemig D)	Alexandre Ribeiro de Almeida
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade

RELACIONES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.898.224	1.537.482	417.258	187.691
Títulos e valores mobiliários	7	357.913	773.982	3.743	193.032
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	5.596.248	5.434.358	454.286	418.803
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	1.190.020	814.378	-	-
Ativos de contrato	13	1.140.037	850.071	-	-
Tributos a recuperar	9	510.963	634.864	1.687	2.584
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	7.283	411.376	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	368.051	-	-
Dividendos a receber	29	111.367	49.914	2.088.913	3.118.320
Fundos vinculados	20	235.206	30.615	11.465	1.583
Contribuição de iluminação pública		296.061	260.722	-	-
Outros ativos		832.396	645.388	55.566	48.053
		12.175.718	11.811.201	3.032.918	3.970.066
Ativos classificados como mantidos para venda	32	56.864	57.867	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		12.232.582	11.869.068	3.032.918	3.970.066
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		23.365.059	19.596.217	2.338.017	2.331.753
Títulos e valores mobiliários	7	134.606	-	1.215	-
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	253.925	42.804	3.863	1.730
Tributos a recuperar	9	1.454.662	1.318.547	564.822	545.838
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	582.348	445.339	239.102	228.682
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c	2.333.721	3.044.738	1.089.940	1.139.415
Depósitos vinculados a litígios	11	1.196.083	1.243.012	324.763	325.113
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	29	40.393	13.366	40.393	13.366
Ativos financeiros e setoriais da concessão	12	6.881.394	5.726.352	-	-
Ativos de contrato	13	10.326.877	7.675.592	-	-
Outros ativos		161.050	86.467	73.919	77.609
Investimentos	14	3.221.020	4.631.720	27.054.069	22.810.565
Imobilizado	15	3.715.105	3.256.226	713	754
Intangível	16	16.805.900	15.248.980	4.004	150
Direito de uso	17a	387.170	397.869	2.417	2.092
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		47.494.254	43.131.012	29.399.220	25.145.314
TOTAL DO ATIVO		59.726.836	55.000.080	32.432.138	29.115.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	18	2.951.571	3.016.696	354.177	317.723
Encargos regulatórios	21	343.944	487.241	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		111.045	164.761	18.398	19.717
Impostos, taxas e contribuições	19	724.521	643.623	133.146	190.487
Imposto de renda e contribuição social	10b	162.975	111.232	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		3.611.198	2.924.430	3.608.821	2.922.593
Empréstimos e debêntures	20	2.876.548	2.629.708	-	-
Salários e contribuições sociais		217.415	238.749	11.782	12.529
Contribuição de iluminação pública		475.032	424.713	-	-
Contas a pagar relacionadas a energia gerada por consumidores	22	1.251.298	704.653	-	-
Obrigações Pós-emprego	23	232.898	328.621	20.406	26.204
Passivo financeiro da concessão	12	16.470	-	-	-
Valores a restituir a consumidores	19	526.499	854.025	-	-
Passivo de arrendamento	17b	79.228	78.532	233	303
Outros passivos		565.166	485.832	44.373	23.480
TOTAL DO CIRCULANTE		14.145.808	13.092.816	4.191.336	3.513.036
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	21	171.893	90.360	4.624	4.624
Empréstimos e debêntures	20	9.402.752	7.201.431	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	496.253	361.973	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	1.543.290	1.112.162	-	-
Provisão	24	1.853.043	2.199.913	333.908	286.952
Obrigações Pós-emprego	23	4.072.608	5.087.975	519.931	657.438
Valores a restituir a consumidores	19	166.089	664.275	-	-
Passivo de arrendamento	17b	349.972	354.404	2.579	2.126
Outros passivos		142.049	179.578	1.974	1.969
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		18.197.949	17.252.071	863.016	953.109
TOTAL DO PASSIVO		32.343.757	30.344.887	5.054.352	4.466.145
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	14.308.909	11.006.853	14.308.909	11.006.853
Reservas de capital		393.093	2.249.721	393.093	2.249.721
Reservas de lucros		13.575.648	13.040.736	13.575.648	13.040.736
Ajustes de avaliação patrimonial		(899.864)	(1.648.075)	(899.864)	(1.648.075)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		27.377.786	24.649.235	27.377.786	24.649.235
Participação de acionista não-controlador		5.293	5.958	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.383.079	24.655.193	27.377.786	24.649.235
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.726.836	55.000.080	32.432.138	29.115.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	26	39.819.620	36.849.769	4.125.638	3.602.080
CUSTOS					
Custos com energia elétrica e gás	27a	(21.977.530)	(19.821.893)	(3.426.702)	(2.682.875)
Custos de construção de infraestrutura	27b	(5.002.461)	(4.071.712)	-	-
Custos de operação	27c	(4.683.753)	(4.572.324)	(25.054)	(12.932)
		(31.663.744)	(28.465.929)	(3.451.756)	(2.695.807)
LUCRO BRUTO		8.155.876	8.383.840	673.882	906.273
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS					
Perdas de créditos esperadas	27c	(174.801)	(174.663)	(14.349)	(13.455)
Despesas gerais e administrativas	27c	(819.915)	(707.415)	(41.608)	(35.173)
Outras despesas	27c	(701.610)	(1.031.562)	(177.333)	(114.234)
Outras receitas	27d	3.194.668	327.433	-	-
		1.498.342	(1.586.207)	(233.290)	(162.862)
Resultado de equivalência patrimonial	14	223.714	432.493	6.746.620	4.886.642
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		9.877.932	7.230.126	7.187.212	5.630.053
Receitas financeiras	28	1.429.996	1.272.079	(9.441)	(18.794)
Despesas financeiras	28	(1.950.788)	(1.651.045)	(2.559)	(3.134)
		(520.792)	(378.966)	(12.000)	(21.928)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.357.140	6.851.160	7.175.212	5.608.125
Imposto de renda e contribuição social	10d	(1.494.843)	(943.007)	(70.800)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(743.010)	(141.318)	12.734	156.148
		(2.237.853)	(1.084.325)	(58.066)	156.148
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.119.287	5.766.835	7.117.146	5.764.273
Total do lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		7.117.146	5.764.273	7.117.146	5.764.273
Participação de acionistas não controladores		2.141	2.562	-	-
		7.119.287	5.766.835	7.117.146	5.764.273
Resultado básico e diluído por ação preferencial	25	2,49	2,01		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	25	2,49	2,01		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CEMIG

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.119.287	5.766.835	7.117.146	5.764.273
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	1.159.453	351.235	182.968	34.944
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	(394.214)	(119.419)	(62.209)	(11.880)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controladas	-	-	644.480	208.752
Outros resultados abrangentes	(556)	367	(556)	367
	764.683	232.183	764.683	232.183
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	7.883.970	5.999.018	7.881.829	5.996.456
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	7.881.829	5.996.456	7.881.829	5.996.456
Participação de acionista não-controlador	2.141	2.562	-	-
	7.883.970	5.999.018	7.881.829	5.996.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CEMIG**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.006.853	2.249.721	1.386.453	150.274	8.023.493	834.603	427.487	(2.301.528)	-	21.777.356	5.910	21.783.266
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.764.273	5.764.273	2.562	5.766.835
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	231.816	-	231.816	-	231.816
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	367	-	367	-	367
Resultado abrangente do exercício								232.183	5.764.273	5.996.456	2.562	5.999.018
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(6.217)	-	6.217	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	62.594	-	-	-	-	(62.594)	-	-	-
Reserva legal	-	-	288.214	-	-	-	-	-	(288.214)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.295.105	(834.603)	-	-	(2.295.105)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	834.603	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	834.603	-	-	(834.603)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$1,1777 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.591.459)	(2.591.459)	-	(2.591.459)
Dividendos obrigatórios (R\$0,2423 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(533.118)	(533.118)	-	(533.118)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.514)	(2.514)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11.006.853	2.249.721	1.674.667	212.868	10.318.598	834.603	421.270	(2.069.345)	-	24.649.235	5.958	24.655.193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	7.117.146	7.117.146	2.141	7.119.287
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	765.239	-	765.239	-	765.239
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(556)	-	(556)	-	(556)
Resultado abrangente do exercício								764.683	7.117.146	7.881.829	2.141	7.883.970
Aumento de capital	3.302.056	(1.856.628)	-	-	(1.445.428)	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(16.472)	-	16.472	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	114.136	-	-	-	-	(114.136)	-	-	-
Reserva legal	-	-	350.151	-	-	-	-	-	(350.151)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.935.900	(834.603)	-	-	(2.935.900)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	834.603	-	-	834.603	-	-	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	(834.603)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,6463 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.848.780)	(1.848.780)	-	(1.848.780)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	(1.419.847)	-	-	-	-	(1.419.847)	-	(1.419.847)
Dividendos obrigatórios (R\$0,6588 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.884.651)	(1.884.651)	-	(1.884.651)
Participação de acionista não controlador - Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.806)	(2.806)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14.308.909	393.093	2.024.818	327.004	10.389.223	834.603	404.798	(1.304.662)	-	27.377.786	5.293	27.383.079

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras.



CEMIG

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		7.119.287	5.766.835	7.117.146	5.764.273
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:					
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10	2.237.853	1.084.325	58.066	(156.148)
Depreciação e amortização	27c	1.376.028	1.274.074	216	543
Baixa de valor residual líquido de ativos e provisão para perda por redução ao valor recuperável		83.438	97.459	-	460
Ajuste de ativos em curso	13	10.601	(7.500)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável		45.974	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	(223.714)	(432.493)	(6.746.620)	(4.886.642)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(1.205.621)	(1.246.341)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	12	(1.675.626)	-	-	-
Juros e variações monetárias		427.823	675.605	(90.101)	(91.030)
Variação cambial de empréstimos	28	463.887	(276.687)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	26	(512.852)	(1.908.658)	-	-
Reversão de valores a restituir a consumidores	19	(410.626)	-	-	-
Ganho na alienação de imobilizados	27	(42.989)	-	-	-
Ganho na alienação de investimentos	27	(1.616.911)	(318.795)	-	-
Amortização de custos de transação de empréstimos	20	18.752	13.908	-	-
Perdas de créditos esperadas	27	174.801	174.663	14.349	13.455
Provisões para contingências	24	(90.277)	360.024	72.499	26.594
Outras provisões		-	59.330	-	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	30	(146.577)	177.326	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	12	(423.293)	213.038	-	-
Obrigações pós-emprego	23	487.674	610.871	61.688	77.032
Outros		(94.002)	(46.727)	-	(12)
		6.003.630	6.270.257	487.243	748.525
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	8	(553.041)	(838.945)	(51.965)	(128.524)
Tributos a recuperar	9	274.534	174.638	897	7.468
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	109.904	6.377	185.384	162.813
Depósitos vinculados a litígios	11	115.709	45.285	11.290	3.104
Dividendos e JCP recebidos	14	349.534	592.368	4.237.628	2.363.697
Ativos de contrato e financeiros da concessão	12 e 13	851.757	904.806	-	-
Outros		(192.519)	152.420	1.582	(21.183)
		955.878	1.036.949	4.384.816	2.387.375
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	18	(65.125)	184.647	36.454	165.367
Impostos, taxas e contribuições	19	179.756	778.245	(232.175)	(191.526)
Salários e contribuições sociais		(21.334)	(21.266)	(747)	(1.294)
Encargos regulatórios	21	(61.764)	1.994	-	-
Contribuições pagas de benefícios pós-emprego	23	(439.311)	(535.025)	(22.025)	(28.987)
Contas a pagar relacionadas a energia gerada por consumidores		508.674	249.380	-	-
Outros		(253.164)	(41.315)	(38.396)	(11.604)
		(152.268)	616.660	(256.889)	(68.044)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		6.807.240	7.923.866	4.615.170	3.067.856
Juros recebidos		351.095	328.217	60.346	37.872
Juros sobre empréstimos e debêntures pagos		(955.864)	(1.026.146)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	17	(6.311)	(5.207)	(15)	(21)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.135.713)	(600.840)	(22.005)	(75.541)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	30	436.455	24.388	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.496.902	6.644.278	4.653.496	3.030.166
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(16.631.213)	(11.237.620)	(1.722.804)	(2.517.162)
Resgates de títulos e valores mobiliários		16.924.076	12.360.112	1.910.902	2.428.910
Fundos vinculados		(204.591)	-	(9.882)	-
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(1.027)	(36.533)	(305.780)	(1.124.148)
Alienação de investimentos	32	2.736.817	669.220	-	-
Alienação de ativos imobilizados	32	100.886	-	-	-
Redução de capital social em investida		56.832	-	-	-



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Liquidação opção de venda		-	(780.348)	-	-
Adição em imobilizado	15	(671.293)	(1.075.890)	-	(3)
Adição em intangível	16	(248.448)	(187.649)	(3.927)	(31)
Adição em ativos de contrato – Infraestrutura de distribuição e gás	13	(4.438.739)	(3.678.536)	-	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.376.700)	(3.967.244)	(131.491)	(1.212.434)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	20	4.582.208	1.987.943	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(4.294.458)	(1.823.019)	(4.292.192)	(1.820.225)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	20	(2.974.871)	(2.678.503)	-	-
Arrendamentos pagos	17	(72.339)	(66.634)	(246)	(299)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.759.460)	(2.580.213)	(4.292.438)	(1.820.524)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.537.482	1.440.661	187.691	190.483
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.898.224	1.537.482	417.258	187.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CEMIG

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	47.552.688	44.615.215	4.790.582	4.181.376
Receita de construção de distribuição de energia e gás	4.712.104	3.899.245	-	-
Receita de construção de transmissão	425.257	241.482	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	432.727	523.772	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	1.675.626	-	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	104.417	149.238	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	183.169	896.141	-	-
Ganho na alienação de ativos	1.659.900	327.433	-	-
Ganho por compra vantajosa	14.136	-	-	-
Perdas de créditos esperadas	(174.801)	(216.700)	(14.349)	(13.455)
	56.585.223	50.435.826	4.776.233	4.167.921
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(18.020.424)	(15.870.921)	(3.775.917)	(2.956.337)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.525.697)	(3.274.169)	(63)	-
Serviços de terceiros	(4.263.160)	(3.531.829)	(23.554)	(13.517)
Gás comprado para revenda	(2.700.583)	(2.840.651)	-	-
Materiais	(2.479.194)	(2.888.257)	(130)	(89)
Outros custos	(923.521)	(1.279.443)	(103.822)	(33.788)
	(31.912.579)	(29.685.270)	(3.903.486)	(3.003.731)
VALOR ADICIONADO BRUTO	24.672.644	20.750.556	872.747	1.164.190
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(1.376.028)	(1.274.074)	(216)	(543)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	23.296.616	19.476.482	872.531	1.163.647
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	223.714	432.493	6.746.620	4.886.642
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	447.097	411.722	-	-
Receita de indenização da geração	86.480	92.595	-	-
Receitas financeiras	1.634.822	1.468.989	148.030	122.580
	2.392.113	2.405.799	6.894.650	5.009.222
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	25.688.729	21.882.281	7.767.181	6.172.869
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	2.035.003	2.016.683	95.055	106.251
Remuneração direta	1.280.370	1.189.212	21.539	21.881
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	669.428	761.285	69.689	81.786
FGTS	69.100	66.135	2.828	2.584
Programa de desligamento voluntário programado	16.105	51	999	-
Impostos, taxas e contribuições	14.497.788	12.371.337	552.390	299.180
Federais	9.048.143	7.652.785	295.028	76.368
Estaduais	5.438.257	4.707.294	257.162	222.603
Municipais	11.388	11.258	200	209
Remuneração de capitais de terceiros	2.036.651	1.727.426	2.590	3.165
Juros	2.027.552	1.713.526	2.559	3.134
Aluguéis	9.099	13.900	31	31
Remuneração de capitais próprios	7.119.287	5.766.835	7.117.146	5.764.273
Juros sobre capital próprio	1.848.780	2.591.459	1.848.780	2.591.459
Dividendos obrigatórios	1.884.651	533.118	1.884.651	-
Lucros retidos	3.383.715	2.639.696	3.383.715	3.172.814
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	2.141	2.562	-	-
	25.688.729	21.882.281	7.767.181	6.172.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Cemig Holding”) é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), também listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) e na Bolsa de Valores de Madri (Latibex). Seu CNPJ é 17.155.730/0001-64.

A Cemig está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A Cemig atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas e controladas em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Além disso, a Cemig atua em áreas como distribuição de gás, serviços de geração distribuída e soluções de eficiência energética.

Dessa forma, as operações da Cemig e suas controladas estão divididas em 6 segmentos reportáveis: geração, transmissão, comercialização, distribuição, gás e participações.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Cemig e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$1.913.226 (negativo de R\$1.223.748 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia tem feito captações de recursos de terceiros para realização do seu programa de investimentos, como o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), o Programa Minas Trifásico, o Programa Mais Energia, entre outros. Os investimentos nos ativos operacionais são capitalizados no ativo não circulante, impactando o cálculo do CCL, que considera apenas o curto prazo.

Em 2024, a Cemig D captou recursos por meio da 10ª e 11ª emissão de debêntures, no montante total de R\$4.500.000. A Cemig GT realizou a alienação da sua participação direta de 45% no capital social da Aliança Energia para a Vale, que resultou em entrada de caixa no montante de R\$2.736.817. Ao longo de 2024, a Companhia desembolsou R\$3.930.735 com pagamento de empréstimos e debêntures, incluindo a liquidação dos Eurobonds pela Cemig GT.

Como consequência dessas operações, no consolidado da Cemig houve aumento do prazo médio da dívida, que passou de 2,8 anos, em 31 de dezembro de 2023, para 4,8 anos, em 31 de dezembro de 2024.



A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, investimentos, serviço da dívida e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de continuar operando e acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Participações societárias

A Cemig, em 31 de dezembro de 2024, possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto, que possuem, como atividades principais a construção, operação e manutenção de sistemas de geração e transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e gás.

Investimentos	% de participação	Descrição
CONTROLADAS		
Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão")	100,00	A Cemig GT, subsidiária integral da Cemig, tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.
UFV Boa Esperança S.A. ("UFV Boa Esperança") (1)	100,00	Tem por objetivo (i) instalação, operação, manutenção e aluguel de plantas solares; (ii) gerenciamento de contratos de aluguel, operação e manutenção de suas plantas solares; (iii) construção, operação e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, bem como atuação na comercialização de energia, e em serviços correlatos; (iv) desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial.
Cemig Geração Itutinga S.A ("Cemig Geração Itutinga")	100,00	Tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Camargos S.A ("Cemig Geração Camargos")	100,00	Tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Sul S.A ("Cemig Geração Sul")	100,00	Tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.



Investimentos	% de participação	Descrição
Cemig Geração Leste S.A ("Cemig Geração Leste")	100,00	Tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Nebínia, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Oeste S.A ("Cemig Geração Oeste")	100,00	Tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	100,00	Tem por objetivo a construção, operação e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, bem como atuação na comercialização de energia e em serviços correlatos.
Cemig PCH S.A. ("Cemig PCH")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguari, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Praias de Parajuru")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no estado do Ceará. Ela possui 19 aerogeradores, com torres de 85 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no estado do Ceará. Ela possui 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	100,00	Exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo estado de Minas Gerais.
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	99,57	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no estado de Minas Gerais.
Cemig Sim	100,00	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	100,00	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	100,00	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais.
UFV Fazenda Prudente de Moraes SPE LTDA ("UFV Fazenda Prudente")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
Duceu Geradores de Energia SPE LTDA ("UFV Duceu")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
Sol de Jequitibá SPE LTDA ("UFV Jequitibá I")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
Oasis Solar Jequitibá SPE LTDA ("UFV Jequitibá II")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
G2 Olaria II Energia S.A. ("UFV Olaria II")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré,



Investimentos	% de participação	Descrição
		localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no estado de Minas Gerais.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi/RJ.
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane/MG.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema/MG.
Amazônia Energia Participações S.A ("Amazônia Energia")	74,50	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	49,00	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A, que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na NESA, empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte UHE Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	21,68	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em todas as regiões do País, de forma direta e por meio de participação em investidas.
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
Apolo II SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo II")	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

(1) Em 29 de outubro de 2024, foi aprovada em AGE, a alteração da denominação da empresa Cemig Baguari S.A. para UFV Boa Esperança S.A.



2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/Estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Sá Carvalho (1)	UHE	Antônio Dias/MG	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Rosal (1)	UHE	Entre Guacuí/ES e Bom Jesus do Itabapoana/RJ	Rosal	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (5) (6)	PCH	Entre Ninheira e Águas Vermelhas/MG	Cemig GT	Resolução 331/2002	05/2027
Pai Joaquim (1)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1)	UHE	Entre Cabaceira Grande/MG, Unaí/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Poço Fundo (1)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Poço Fundo	01/2021	05/2052
Três Marias (2)	UHE	Três Marias/MG	Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (2)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (2)	PCH	Muriaé/MG			
Joasal (2)	PCH	Juiz de Fora/MG			
Marmelos (2) (6)	CGH	Juiz de Fora/MG			
Paciência (2)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (2)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (2)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG			
Ervália (2)	PCH	Ervália/MG			
Neblina (2)	PCH	Ipanema/MG			
Peti (2)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			
Sinceridade (2) (6)	PCH	Manhuaçu/MG			
Tronqueiras (2)	PCH	Coroaci/MG			
Cajurú (2)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e Divinópolis/MG			
Gafanhoto (2)	PCH	Divinópolis/MG			
Martins (2) (6)	PCH	Uberabinha/MG			
Usinas eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	-	Beberibe/CE	Praias de Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	-	Acaraú/CE	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
Usinas fotovoltaicas					
UFV Mineirão	UFV	Belo Horizonte/MG	Cemig GT	-	-
UFV Três Marias GD	UFV	Três Marias/MG	UFV Três Marias	-	-
UFV Advogado Eduardo Soares (7)	UFV	Montes Claros/MG	UFV Boa Esperança	-	-
UFV Jusante	UFV	São Gonçalo do Abaeté/MG	Cemig GT	-	-
UFVs Cemig Sim (8)	UFV	-	Cemig Sim	-	-
TRANSMISSÃO DE ENERGIA					
Rede Básica (4)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	-	-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (4)	-	-	Centroeste	004/2005	03/2035
Subestação Sete Lagoas 4 (4)	-	-	Sete Lagoas	006/2011	06/2041
Linha de transmissão Governador Valadares 6 – Verona	-	-	Centroeste	001/2023	03/2053
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA					
				002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	
			Cemig D		12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS					
		Minas Gerais	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053



- (1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- (2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- (3) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa"). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (4) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- (5) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia S.A. (Horizontes Energia) para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.
- (6) Em 5 de dezembro de 2024, a Cemig GT realizou o leilão público visando à alienação em lote único visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma PCH da Cemig GT e 3 UHEs de suas subsidiárias integrais. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 32.
- (7) Em 24 de janeiro de 2024, a Aneel autorizou a alteração da denominação da UFV Boa Esperança para UFV Advogado Eduardo Soares, por meio do Despacho nº 184/2024.
- (8) A Cemig Sim, controlada da Cemig, atua na prestação de serviços de geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída e possui 100% de participação societária em 8 UFVs, todas localizadas em Minas Gerais.

a) Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia aufera receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Cemig GT, visando garantir o direito de solicitar a renovação das concessões de suas usinas que vencem em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018. Em julho de 2023, a manifestação foi feita pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

Nas correspondências encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Aneel em julho de 2023, a Cemig GT reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte. Adicionalmente, em novembro de 2023, a Cemig GT protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas conforme Decreto 9.271/2018.

A Cemig GT reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo MME.



Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Cemig GT.

Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

b) Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Cemig e suas controladas estão autorizadas a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Cemig GT foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Cemig GT aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas à regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. Até 31 de dezembro de 2024 foram investidos R\$36.866 pela Centroeste. O prazo de implantação da Linha de Transmissão é de 60 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão, realizada em março de 2023.

c) Concessão de distribuição de energia elétrica

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.



Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Cemig D são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Cemig D, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.



As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Reajuste Tarifário Anual

Em 21 de maio de 2024, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência no período de 28 de maior de 2024 a 27 de maio de 2025, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,32%, sendo 8,63%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,72%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 6,70%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	8,63%
Baixa tensão – Grupo B	6,72%
Reajuste médio	7,32%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e da B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2023 a abril de 2024.



d) Concessão de distribuição de gás

A Gasmig possui a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no estado de Minas Gerais pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021 de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato de concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes.

As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Gasmig.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas que deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Quarto termo aditivo ao contrato de concessão

Em novembro de 2022, foi celebrado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão com o objetivo de: (i) alterar o prazo para cumprimento das metas de expansão para o ciclo tarifário 2022-26; e (ii) alterar o índice inflacionário de reajuste das margens de distribuição de gás natural, da base de ativos e da parcela não depreciada de ativos ao final da concessão de IGP-M para IPCA a partir de fevereiro de 2022, permanecendo o IGP-M como índice de correção antes de fevereiro de 2022.

Reajustes tarifários da distribuição de gás

Durante o exercício de 2024 foram emitidas pela SEDE as seguintes resoluções contendo os reajustes tarifários de 2024:

Resolução	Início da vigência	Redução média conforme faixa de consumo e categorias tarifárias
Nº 09, de 25 de janeiro de 2024	1º de fevereiro de 2024	Entre 1,06% e 3,77%
Nº 17, de 26 de abril de 2024	1º de maio de 2024	Entre 0,61% e 1,66%
Nº 36, de 26 de julho de 2024	1º de agosto de 2024	Entre 4% e 6%
Nº 51, de 1º de novembro de 2024	1º de novembro de 2024	Entre 0,54% e 0,77%



e) Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos, desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração.

Essas concessões preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

Empreendimento	Período de vigência da concessão + extensão (1)	Valor nominal em 31/12/2024	Valor presente em 31/12/2024	Percentual de participação %	Índice de atualização	Valor pago em 2024
Irapé	03/2006 a 09/2037	42.666	21.975	100	IGPM	3.263
Queimado (Consórcio)	01/2004 a 06/2034	9.084	5.440	82,5	IGPM	927

(1) O prazo apresentado inclui a extensão da vigência da outorga de concessão dessas usinas nos termos da Resolução Homologatória (ReH) nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Adicionalmente, a Cemig GT produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e que, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

f) Geração distribuída

A Aneel implementou, em 2012, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 482, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a fim de incentivar a geração de energia renovável. Esse sistema permite que a energia injetada por unidades consumidoras com micro ou minigeração distribuída seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica.

Para que tenham acesso aos benefícios do SCEE, os usuários devem solicitar a realização da conexão na rede de distribuição local. Após aprovação da documentação e tratativas dos serviços necessários, as condições técnicas e comerciais definitivas serão apresentadas pela distribuidora na emissão do Parecer de Acesso, que também garante a reserva de carga e/ou da geração pretendida.



3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Cemig, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Todas as informações contábeis relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2025.

3.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos classificados como mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 30 e 32.



3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cemig e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Cemig e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas e fornecimento não faturado)
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro)
- Nota 12 – Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão (mensuração do valor justo)
- Nota 13 – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato)
- Nota 14 – Investimentos (avaliação do valor recuperável)
- Nota 15 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos e avaliação do valor recuperável)



- Nota 16 – Intangíveis (capitalização de gastos como custo da infraestrutura, previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – *Generation Scaling Factor* e avaliação do valor recuperável)
- Nota 17 – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação; mensuração subsequente do direito de uso)
- Nota 23 – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego)
- Nota 24 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos)
- Nota 26 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção)
- Nota 30 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo)
- Nota 32 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração do valor justo)

3.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.6, que são normas que tiveram o início de sua vigência a partir de janeiro de 2024 e, pelo descrito na nota explicativa 3.7, que trata das normas emitidas, mas ainda não vigentes. As políticas contábeis adotadas estão em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 3.1 Declaração de conformidade.



3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Essas alterações não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez. Essas alterações não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.
IFRS 16/ CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i> .



3.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 18 (R3)/ IAS 28 – Investimentos em Coligadas, Em Controladas e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A alteração contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB suas alterações foram apenas para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025
CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos. Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparéncia para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026



Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da optionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p>	01/01/2027
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	<p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração.</p> <p>Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração e aguarda o posicionamento formal sobre o início da vigência.</p>	Ainda não definido

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.



4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora. As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	31 de dezembro de 2024 e de 2023	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.	Consolidação	100,00
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.	Consolidação	100,00

As participações diretas e indiretas estão apresentadas na nota explicativa nº 1.

Política contábil

Controladas

A Cemig controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Cemig avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Controladora.

As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações *intercompany* são eliminadas no processo de consolidação.

Quando a Cemig perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.



Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Companhia possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Companhia não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.

As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da nota explicativa nº 14.

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Participação de acionistas não controladores

A participação de acionista não controlador é reconhecida pela participação proporcional dos acionistas não controladores nos ativos líquidos da investida, quando aplicável. Ela é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.



5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Cemig e suas controladas realizam a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados.

As informações por segmentos são elaboradas considerando 6 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares, sendo caracterizada pela venda de energia própria no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, cotas de garantia física e para o segmento de comercialização.
- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.
- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica para clientes livres e a prestação de serviços correlatos. Para atender ao mercado, a comercializadora adquire energia dos segmentos de geração e de terceiros.
- **Distribuição:** compreende a distribuição e comercialização de energia elétrica para clientes cativos, e a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.
- **Gás:** compreende a exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado no estado de Minas Gerais.
- **Participações/Holding:** compreende a gestão das participações que são controladas em conjunto, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados da Controladora, com a atividade de holding, e da Cemig Sim.

As transações intersegmentos que ocorrem entre os segmentos de geração e comercialização consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.



Descrição	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2024								
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Participações / Holding	Total	Eliminações (1)	Consolidado
RECEITA LÍQUIDA	2.919.344	1.293.171	7.278.694	26.617.173	3.477.047	130.567	41.715.996	(1.896.376)	39.819.620
Intersegmentos	1.387.790	460.441	-	37.513	18	10.614	1.896.376	(1.896.376)	-
Terceiros	1.531.554	832.730	7.278.694	26.579.660	3.477.029	119.953	39.819.620	-	39.819.620
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(382.833)	(325)	(6.508.816)	(14.734.515)	(2.126.709)	(86.048)	(23.839.246)	1.861.716	(21.977.530)
Intersegmentos	(31.894)	(148)	(1.308.627)	(517.200)	-	(3.847)	(1.861.716)	1.861.716	-
Terceiros	(350.939)	(177)	(5.200.189)	(14.217.315)	(2.126.709)	(82.201)	(21.977.530)	-	(21.977.530)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS (2)	(149.569)	(149.009)	(28.657)	(967.559)	(59.315)	(45.318)	(1.399.427)	-	(1.399.427)
Pessoal	(17.937)	(16.077)	(2.189)	(103.959)	(13.448)	(18.676)	(172.286)	-	(172.286)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(51.363)	(31.740)	(7.274)	(322.834)	-	(71.302)	(484.513)	-	(484.513)
Obrigações pós-emprego	(248.956)	(97.116)	(26.245)	(2.295.218)	(82.811)	(96.519)	(2.846.865)	34.660	(2.812.205)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(28.101)	(2.657)	-	(2.265)	(184)	(1.453)	(34.660)	34.660	-
Intersegmentos	(220.855)	(94.459)	(26.245)	(2.292.953)	(82.627)	(95.066)	(2.812.205)	-	(2.812.205)
Terceiros	(324.764)	(8.834)	(15)	(921.920)	(97.621)	(22.874)	(1.376.028)	-	(1.376.028)
Depreciação e amortização	7.893	4.960	(76.176)	(7.571)	(538)	(64.188)	(135.620)	-	(135.620)
Provisão e ajustes para perdas operacionais (3)	-	(290.357)	-	(4.378.611)	(333.493)	-	(5.002.461)	-	(5.002.461)
Custos de construção da infraestrutura	42.989	1.520.632	-	-	-	1.631.047	3.194.668	-	3.194.668
Outras receitas	(741.707)	932.459	(140.556)	(8.997.672)	(587.226)	1.312.170	(8.222.532)	34.660	(8.187.872)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	(1.124.540)	932.134	(6.649.372)	(23.732.187)	(2.713.935)	1.226.122	(32.061.778)	1.896.376	(30.165.402)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	223.714	223.714	-	223.714
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.794.804	2.225.305	629.322	2.884.986	763.112	1.580.403	9.877.932	-	9.877.932
Resultado financeiro	(179.933)	(108.322)	23.547	(16.816)	(52.453)	(186.815)	(520.792)	-	(520.792)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.614.871	2.116.983	652.869	2.868.170	710.659	1.393.588	9.357.140	-	9.357.140
Imposto de renda e contribuição social	(333.818)	(556.697)	(136.335)	(661.917)	(212.753)	(336.333)	(2.237.853)	-	(2.237.853)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.281.053	1.560.286	516.534	2.206.253	497.906	1.057.255	7.119.287	-	7.119.287
Participação dos acionistas controladores	1.281.053	1.560.286	516.534	2.206.253	495.765	1.057.255	7.117.146	-	7.117.146
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.141	-	2.141	-	2.141

(1) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.

(3) Inclui a perda por redução ao valor recuperável da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte, apresentada no segmento de Participações.



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2023									
Descrição	Energia elétrica				Gás	Participações / Holding	Total	Eliminações (1)	Consolidado
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.874.757	1.090.764	7.686.329	23.348.437	3.618.592	17.847	38.636.726	(1.786.957)	36.849.769
Intersegmentos	1.334.453	373.164	-	33.666	-	45.674	1.786.957	(1.786.957)	-
Terceiros	1.540.304	717.600	7.686.329	23.314.771	3.618.592	(27.827)	36.849.769	-	36.849.769
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(346.849)	(328)	(6.317.853)	(12.656.236)	(2.237.013)	(4.096)	(21.562.375)	1.740.482	(19.821.893)
Intersegmentos	(32.468)	(142)	(1.271.202)	(436.311)	-	(359)	(1.740.482)	1.740.482	-
Terceiros	(314.381)	(186)	(5.046.651)	(12.219.925)	(2.237.013)	(3.737)	(19.821.893)	-	(19.821.893)
CUSTOS E DESPESAS (2)									
Pessoal	(147.945)	(136.796)	(26.678)	(874.523)	(73.454)	(48.504)	(1.307.900)	-	(1.307.900)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(16.111)	(16.144)	(3.152)	(101.502)	-	(20.212)	(157.121)	-	(157.121)
Obrigações pós-emprego	(58.875)	(36.382)	(8.338)	(400.163)	-	(87.254)	(591.012)	-	(591.012)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(222.821)	(88.321)	(17.895)	(2.157.131)	(62.470)	(43.830)	(2.592.468)	46.475	(2.545.993)
Intersegmentos	(40.243)	(2.602)	-	(2.814)	(242)	(574)	(46.475)	46.475	-
Terceiros	(182.578)	(85.719)	(17.895)	(2.154.317)	(62.228)	(43.256)	(2.545.993)	-	(2.545.993)
Depreciação e amortização	(327.265)	(1.216)	(16)	(833.856)	(94.383)	(17.338)	(1.274.074)	-	(1.274.074)
Provisões e ajustes para perdas	(29.248)	(13.577)	(6.729)	(454.915)	855	(106.250)	(609.864)	-	(609.864)
Custos de construção da infraestrutura	-	(172.468)	-	(3.600.374)	(298.870)	-	(4.071.712)	-	(4.071.712)
Outras receitas	-	-	-	-	-	327.433	327.433	-	327.433
Total do custo de operação	(802.265)	(464.904)	(62.808)	(8.422.464)	(528.322)	4.045	(10.276.718)	46.475	(10.230.243)
CUSTOS E DESPESAS	(1.149.114)	(465.232)	(6.380.661)	(21.078.700)	(2.765.335)	(51)	(31.839.093)	1.786.957	(30.052.136)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.175)	-	-	-	-	434.668	432.493	-	432.493
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.723.468	625.532	1.305.668	2.269.737	853.257	452.464	7.230.126	-	7.230.126
Resultado financeiro	(11.275)	(47.145)	81.536	(253.126)	(9.127)	(139.829)	(378.966)	-	(378.966)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.712.193	578.387	1.387.204	2.016.611	844.130	312.635	6.851.160	-	6.851.160
Imposto de renda e contribuição social	(325.561)	(113.592)	(428.484)	(405.149)	(248.339)	436.800	(1.084.325)	-	(1.084.325)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.386.632	464.795	958.720	1.611.462	595.791	749.435	5.766.835	-	5.766.835
Participação dos acionistas controladores	1.386.632	464.795	958.720	1.611.462	593.229	749.435	5.764.273	-	5.764.273
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.562	-	2.562	-	2.562

(1) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.



As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações para tomada de decisões, que é a Diretoria Executiva.

Política contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo principal gestor das operações para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao principal gestor das operações incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Cemig e suas controladas.

	Indexador	Taxas médias a.a.		Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas bancárias				269.232	195.337	18.375	3.614
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	CDI	80% a 111%	80% a 112%	1.469.776	990.797	397.446	96.423
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,42% a 11,65%	159.216	351.348	1.437	87.654
				1.628.992	1.342.145	398.883	184.077
Total				1.898.224	1.537.482	417.258	187.691

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Cemig e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 30 (i) a exposição da Cemig e de suas controladas a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 29.



7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.		Consolidado		Controladora		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Aplicações financeiras								
Circulante								
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	CDI	-	103% a 104,3%	-	73.635	-	18.370	
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	CDI	104,2% a 112%	108,6% a 111,98%	279.469	475.388	2.523	118.599	
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	Variação Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	72.422	214.357	654	53.477	
Outros				6.022	10.602	566	2.586	
				357.913	773.982	3.743	193.032	
Não circulante								
Letras Financeiras (LFs) - Bancos	CDI	104,2% a 112%	-	134.606	-	1.215	-	
				134.606	-	1.215	-	
Total				492.519	773.982	4.958	193.032	

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 30. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 29.

A Cemig e suas controladas classificam de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento de energia faturado	1.922.166	452.350	474.500	885.641	3.734.657	3.527.598
Fornecimento de gás faturado	172.521	24.155	197.622	-	394.298	323.676
Fornecimento de energia não faturado	1.288.438	-	-	-	1.288.438	1.351.087
Fornecimento de gás não faturado	24.581	-	-	-	24.581	22.262
Suprimento a outras concessionárias	43.805	55.811	-	47	99.663	72.327
Suprimento a outras concessionárias não faturado	399.646	-	-	-	399.646	369.264
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	58.683	56.523	-	2.134	117.340	114.205
Concessionários – transporte de energia faturado	100.298	48.349	16.869	47.972	213.488	173.328
Concessionários – transporte de energia não faturado	428.369	-	-	-	428.369	391.414
(-) Perdas de créditos esperadas (a)	(152.460)	(44.655)	(120.687)	(532.505)	(850.307)	(867.999)
	4.286.047	592.533	568.304	403.289	5.850.173	5.477.162
Ativo circulante					5.596.248	5.434.358
Ativo não circulante					253.925	42.804



	Controladora					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento de energia faturado	35.651	9.149	12.181	39.858	96.839	64.126
Fornecimento de energia não faturado	412.111	-	-	-	412.111	353.097
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	-	-	-	-	39.762
(-) Perdas de créditos esperadas	-	(822)	(10.163)	(39.816)	(50.801)	(36.452)
	447.762	8.327	2.018	42	458.149	420.533
Ativo circulante					454.286	418.803
Ativo não circulante					3.863	1.730

A exposição da Cemig e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

Composição e movimentação das provisões para perdas de créditos esperadas

O processo de revisão das premissas de cálculo da PCE é contínuo, a fim de alcançar a melhor estimativa da exposição ao risco de crédito dos clientes cativos da Cemig D.

Em análise realizada pela Cemig D, foi identificada uma mudança no comportamento da curva de inadimplência, que demonstrou efeitos positivos da gestão de cobrança realizada pela Cemig D, decorrente, principalmente, da evolução das ferramentas de cobrança e novos canais de negociação e arrecadação.

Portanto, para refletir de forma mais adequada as estimativas de PCEs referentes aos saldos vencidos de clientes, a partir de agosto de 2024, o limite para reconhecimento integral foi alterado de 24 para 36 meses, para clientes de consumo regular e, de 12 para 18 meses, para os clientes de consumo irregular. Essa mudança resultou em uma reversão de R\$93.035, no terceiro trimestre de 2024.

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, essa alteração representa uma mudança prospectiva das Demonstrações Financeiras.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Residencial	331.097	322.275	3.214	3.214
Industrial	170.546	172.517	35.803	22.361
Comércio, serviços e outras	215.980	236.849	8.013	7.105
Rural	36.857	39.975	1.671	1.671
Poder público	20.426	27.421	946	946
Iluminação pública	1.825	2.326	921	921
Serviço público	21.020	27.372	233	234
Encargos de uso de rede - TUSD	52.556	39.264	-	-
Total	850.307	867.999	50.801	36.452



A movimentação das perdas de créditos esperados no período é conforme segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	820.324	23.003
Constituições líquidas (nota 27c)	216.699	13.455
Baixas	(169.024)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	867.999	36.452
Constituições líquidas (nota 27c)	267.836	14.349
Mudança de estimativa (nota 27c)	(93.035)	-
Baixas	(192.493)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	850.307	50.801

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida ou pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Cemig e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Especificamente para a atividade de transmissão, a Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Estimativas e julgamentos

Perdas de créditos esperadas (PCE)

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração e aderentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS 9 / CPC 48).



Para os clientes cativos, a Cemig D adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 36 meses do faturamento, para clientes de consumo regular e, de 18 meses para os clientes de consumo irregular, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 36 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

É adotada regra diferenciada para os valores a receber provenientes do faturamento de débito irregular dada a sua natureza de maior dificuldade de cobrança. A análise é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A análise no caso dos valores de faturamento de débito irregular, dada a sua natureza diferenciada de cobrança, é individualizada sendo ponderado na mensuração do risco de perdas o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

No caso de estimativa de PCE e o reconhecimento como baixa ("default") de grandes consumidores o estudo é julgamental (análise individualizada) considerando: histórico da dívida, garantias existentes, iniciativas em andamento para recebimento dos créditos e, em alguns casos, conceito em *bureaux* de crédito.

Para a Cemig GT e Cemig Holding o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos. Vale ressaltar que não há constituição de PCE para os contratos celebrados com comercializadoras, em virtude de a entrega de energia estar condicionada ao pagamento prévio da fatura ou aporte de garantias.

A Gasmig também se utiliza da análise individualizada para estimativa de PCE de grandes consumidores, considerando histórico da dívida, garantias existentes e iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.



9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
ICMS a recuperar	484.587	476.189	612	1.509
PIS/Pasep	685	24.348	24	24
Cofins	5.391	114.178	121	121
Outros	20.300	20.149	930	930
	510.963	634.864	1.687	2.584
Não Circulante				
ICMS a recuperar (a)	847.118	725.266	-	-
PIS/Pasep (b)	131.637	128.334	124.019	119.873
Cofins (b)	475.907	464.947	440.803	425.965
	1.454.662	1.318.547	564.822	545.838
Total	1.965.625	1.953.411	566.509	548.422

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

b) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Cemig e suas controladas registraram, em maio de 2019, os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS, no período de julho de 2003 a maio de 2019. As formas de recuperação desses créditos são: (i) compensação do saldo a recuperar com os valores a pagar, mensalmente, de outros tributos federais; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, foi habilitada a compensação, a fim de acelerar a recuperação dos créditos. Em relação à Cemig Holding, o recebimento ocorrerá por meio de precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais suficientes que justifiquem a compensação.

Nesse contexto, a Cemig Holding possui o saldo de R\$564.822 registrado no ativo não circulante referente a esses créditos, que serão recebidos via precatórios e estão sendo atualizados pela Selic.

No exercício de 2024, foram compensados, créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$137.270 (R\$1.335.071 no exercício de 2023). A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.



10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	501.102	594.461	249.641	197.626
Contribuição social	88.529	262.254	(10.539)	31.056
Total	589.631	856.715	239.102	228.682
 Circulante	 7.283	 411.376	 -	 -
Não circulante	582.348	445.339	239.102	228.682

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

A Companhia obteve êxito judicial, com trânsito em julgado, em processo no qual requereu o direito de deduzir do IRPJ as despesas e custos incorridos com o PAT, até o limite de 4% do imposto devido, sem sujeição às limitações estabelecidas pela regulamentação vigente. Nesse processo também foi pleiteado o reconhecimento do direito de restituição dos valores recolhidos a maior entre os anos de 2004 e 2008, corrigidos pela Selic.

Tendo em vista a decisão em favor da Companhia, foi reconhecido, com base na melhor estimativa, em junho de 2024, o montante de R\$81.205, como imposto de renda a recuperar no ativo não circulante, em contrapartida à despesa com imposto de renda e ao resultado financeiro. Após a apuração definitiva esse montante representa R\$95.257, em 31 de dezembro de 2024.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto de renda	119.135	71.201
Contribuição social	43.840	40.031
Total	162.975	111.232



A variação no total de IR e CS a recolher decorre, principalmente, do reconhecimento dos efeitos tributários sobre o ganho com a alienação da participação detida pela Cemig GT na Aliança Geração. Mais detalhes sobre essa operação na nota explicativa nº 31.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	1.219.089	(263.489)	-	-	955.600
Provisões	723.110	(103.856)	-	-	619.254
Provisão para perda em investimentos	56.930	(39.917)	-	-	17.013
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins	87.929	(87.929)	-	-	-
Provisões PLR	47.860	(17.927)	-	-	29.933
Obrigações pós-emprego	1.812.464	47.311	(394.214)	-	1.465.561
Perdas de créditos esperadas	325.950	24.470	-	-	350.420
Concessão onerosa	11.843	100	-	-	11.943
Direito de uso	126.322	8.406	-	-	134.728
Outros	12.145	4.871	-	-	17.016
Total	4.423.642	(427.960)	(394.214)	-	3.601.468
Passivos fiscais diferidos					
Custo atribuído	(154.872)	7.637	-	-	(147.235)
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(439.332)	100.152	-	-	(339.180)
Encargos financeiros capitalizados	(181.992)	(16.765)	-	-	(198.757)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(333.826)	(53.378)	-	-	(387.204)
Atualização ativo de contrato	(930.605)	(469.085)	-	-	(1.399.690)
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos	(125.807)	125.311	-	-	(496)
Ressarcimento custos GSF	(228.879)	45.241	-	-	(183.638)
Passivo de arrendamentos	(127.317)	7.700	-	-	(119.617)
Outros	31.564	(61.863)	-	(4.921)	(35.220)
Total	(2.491.066)	(315.050)	-	(4.921)	(2.811.037)
Total líquido	1.932.576	(743.010)	(394.214)	(4.921)	790.431
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	3.044.738				2.333.721
Total do Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(1.112.162)				(1.543.290)



	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	986.659	232.430	-	-	1.219.089
Provisões	602.084	121.026	-	-	723.110
Provisão para perda em investimentos	56.398	532	-	-	56.930
Provisão PUT SAAG	228.621	(228.621)	-	-	-
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins	598.380	(510.451)	-	-	87.929
Provisões PLR	29.824	18.036	-	-	47.860
Obrigações pós-emprego	1.852.232	79.651	(119.419)	-	1.812.464
Perdas de créditos esperadas	318.982	6.968	-	-	325.950
Concessão onerosa	11.579	264	-	-	11.843
Direito de uso	116.544	9.778	-	-	126.322
Outros	16.229	(10.110)	-	6.026	12.145
Total	4.817.532	(280.497)	(119.419)	6.026	4.423.642
Passivos fiscais diferidos					
Custo atribuído	(155.882)	1.010	-	-	(154.872)
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(456.418)	17.086	-	-	(439.332)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(12.191)	-	-	(181.992)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(263.041)	(70.785)	-	-	(333.826)
Atualização ativo de contrato	(940.026)	9.421	-	-	(930.605)
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos	(209.599)	83.792	-	-	(125.807)
Ressarcimento custos GSF	(274.036)	45.157	-	-	(228.879)
Passivo de arrendamentos	(107.845)	(19.472)	-	-	(127.317)
Outros	(53.597)	85.161	-	-	31.564
Total	(2.630.245)	139.179	-	-	(2.491.066)
Total Líquido	2.187.287	(141.318)	(119.419)	6.026	1.932.576
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	3.119.522	-	-	-	3.044.738
Total do Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(932.235)	-	-	-	(1.112.162)
	Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2024	
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	891.866	(24.796)	-	867.070	
Provisões para contingências	97.720	14.988	-	112.708	
Provisões PLR	3.568	(762)	-	2.806	
Obrigações pós-emprego	230.928	14.996	(62.209)	183.715	
Perdas de créditos esperadas	12.978	4.878	-	17.856	
Direito de uso	826	130	-	956	
Outros	702	146	-	848	
Total	1.238.588	9.580	(62.209)	1.185.959	
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(98.462)	3.265	-	(95.197)	
Passivo de arrendamentos	(711)	(111)	-	(822)	
Total	(99.173)	3.154	-	(96.019)	
Total líquido	1.139.415	12.734	(62.209)	1.089.940	
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	1.139.415				1.089.940



	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	767.103	124.763	-	-	891.866
Provisões	94.790	2.930	-	-	97.720
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins	588	-	-	-	588
Provisões PLR	2.118	1.450	-	-	3.568
Obrigações pós-emprego	223.779	19.029	(11.880)	-	230.928
Perdas de créditos esperadas	8.405	4.573	-	-	12.978
Direito de uso	825	1	-	-	826
Outros	-	116	-	(2)	114
Total	1.097.608	152.862	(11.880)	(2)	1.238.588
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(101.727)	3.265	-	-	(98.462)
Passivo de arrendamentos	(732)	21	-	-	(711)
Total	(102.459)	3.286	-	-	(99.173)
Total Líquido	995.149	156.148	(11.880)	(2)	1.139.415
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	995.149	-	-	-	1.139.415

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido. A forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada conforme segue:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões para participações nos lucros e resultados: são revertidos a medida do seu pagamento ou mudança das estimativas em função dos resultados auferidos pela companhia e metas corporativas.

Provisões operacionais: abrangem provisões para perda em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os tributos diferidos relacionados serão revertidos quando da realização dos respectivos investimentos.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Valores justos: relacionados a combinações de negócios, bem como amortização de mais ou menos valia são realizados na medida da realização dos investimentos correlatos.



Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, a medida do recebimento das receitas esperadas.

Custo atribuído de ativos imobilizados: são realizados a medida da realização do ativo correspondente, via amortização ou depreciação.

Arrendamentos contabilizados com base no IFRS 16 e demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Conforme as estimativas individuais da Cemig e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2025	528.326	114.334
2026	451.209	132.364
2027	413.923	95.077
2028	440.497	121.651
2029 a 2031	891.124	281.823
2032 a 2034	876.389	440.710
	3.601.468	1.185.959

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há diferenças temporárias não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas, por haver provável certeza de geração de lucros futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui valores relacionados à Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas Demonstrações Financeiras.



d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.357.140	6.851.160	7.175.212	5.608.125
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(3.181.428)	(2.329.394)	(2.439.572)	(1.906.763)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	66.198	93.186	1.742.690	1.165.592
Incentivos fiscais	165.882	88.957	1.119	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	95.177	91.744	-	-
Multas indevidáveis	(78.072)	(95.285)	(1.679)	(6)
JCP declarado	628.585	950.245	628.585	881.096
PCE com partes relacionadas	-	290	-	290
Selic sobre indébitos tributários	29.066	100.506	9.648	17.800
Outros	36.739	15.426	1.143	(1.861)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(2.237.853)	(1.084.325)	(58.066)	156.148
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.494.843)	(943.007)	(70.800)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(743.010)	(141.318)	12.734	156.148
Alíquota efetiva	23,92%	15,83%	0,81%	-2,78%

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Cemig está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Cemig e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.



Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será concedido e todas as condições associadas serão cumpridas, de acordo com o CPC 07 / IAS 20.

As controladas Cemig D, Cemig GT e Central Eólica Volta do Rio possuem empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional, bem como redução de 30% do IRPJ devido, após redução de 75%, em função do benefício do reinvestimento.

Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 26.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou receita por tributo diferido resultante no resultado;



- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incógnitas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

As incógnitas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente.



11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	218.681	225.602	30.594	30.238
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	34.346	32.897	402	371
PIS/Pasep e Cofins (1)	4.581	75.889	-	-
ITCD	67.305	63.822	66.188	62.750
IPTU	110.243	105.565	78.933	73.946
FINSOCIAL	48.077	45.965	48.077	45.965
IR/INSS - indenização do anuênio	332.077	319.479	15.941	15.336
IRRF sobre lucro inflacionário	9.607	9.346	9.607	9.346
IRPJ/CSLL (2)	153.464	143.351	510	561
Outros (3)	118.148	114.604	65.111	68.386
	877.848	910.918	284.769	276.661
Outros				
Regulatório	42.275	49.927	1.157	10.270
Responsabilidade civil	10.434	12.416	3.225	2.758
Relações de consumo	6.992	5.149	280	368
Bloqueio judicial	26.496	27.119	3.027	3.207
Outros	13.357	11.881	1.711	1.611
	99.554	106.492	9.400	18.214
Total	1.196.083	1.243.012	324.763	325.113

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Em dezembro de 2024, a Gasmig realizou o levantamento dos depósitos judiciais referente a essas ações, no montante atualizado de R\$ 76.215.
- (2) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (3) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Ativos relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia	2.714.876	1.881.509
Concessão de distribuição de gás	92.131	38.559
Indenizações a receber – Geração (nota 12.2)	870.535	784.055
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 12.3)	3.098.247	3.031.036
	6.775.789	5.735.159
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (nota 12.4)	1.295.625	805.571
Total dos ativos	8.071.414	6.540.730
Passivos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" CVA e outros componentes financeiros (nota 12.4)	(16.470)	-
Total dos passivos	(16.470)	-
Ativo circulante	1.190.020	814.378
Ativo não circulante	6.881.394	5.726.352
Passivo circulante	(16.470)	-



A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652	3.641.878	36.945	5.048.475
Transferências do ativo de contrato	363.838	-	-	363.838
Adições	-	-	122	122
Atualização financeira	149.238	504.317	1.492	655.047
Realização	(1.219)	-	-	(1.219)
Recebimentos	-	(331.104)	-	(331.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.881.509	3.815.091	38.559	5.735.159
Transferências de ativo de contrato	730.977	-	50.980	781.957
Atualização financeira	104.417	533.577	2.592	640.586
Baixas	(2.027)	-	-	(2.027)
Recebimentos	-	(343.368)	-	(343.368)
Classificação como mantido para venda	-	(36.518)	-	(36.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.714.876	3.968.782	92.131	6.775.789

12.1 Distribuição – Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da ICPC 01 /IFRIC 12, que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

12.2 Geração – Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997. Com isso a Cemig GT passou a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis desses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro e mensurados pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a Resolução Normativa nº 942, por meio da publicação da Resolução Normativa nº 1.027. Essa resolução estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição, que é calculado prioritariamente a partir de um banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.



A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2024
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	203.064	22.397	225.461
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	104.177	11.489	115.666
UHE Itutinga	jul-15	52,00	12.275	1.354	13.629
UHE Camargos	jul-15	46,00	23.860	2.632	26.492
PCH Piau	jul-15	18,01	5.324	587	5.911
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	6.384	704	7.088
PCH Peti	jul-15	9,40	7.368	813	8.181
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.909	211	2.120
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	10.152	1.017	11.169
PCH Joasal	jul-15	8,40	7.627	842	8.469
PCH Martins	jul-15	7,70	5.415	598	6.013
PCH Cajuru	jul-15	7,20	22.949	2.531	25.480
PCH Paciência	jul-15	4,08	5.044	557	5.601
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.931	323	3.254
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	439	49	488
UHE Miranda	dez-16	408,00	110.548	12.192	122.740
UHE Jaguara	ago-13	424,00	167.704	18.599	186.303
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	86.885	9.585	96.470
		3.601,70	784.055	86.480	870.535

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$870.535 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do exercício.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar. Assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

12.3 Geração – Bonificação pela outorga

A Cemig GT pagou R\$2.216.353 a título de bonificação pela outorga de 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/206, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do leilão nº 12/2015. Essa bonificação foi reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios, cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto, durante o período de vigência da concessão.



A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

Empresas	Usinas	Saldo em 31/12/2023	Atualização	Recebimento	Classificação como mantido para venda	Saldo em 31/12/2024
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Três Marias	1.715.331	241.128	(184.491)	-	1.771.968
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Salto Grande	538.594	76.032	(58.182)	-	556.444
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	203.763	32.115	(24.737)	-	211.141
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	152.716	23.920	(18.414)	-	158.222
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	200.644	33.472	(25.910)	(21.820)	186.386
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	137.345	25.155	(19.674)	(494)	142.332
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	82.643	15.275	(11.960)	(14.204)	71.754
Total		3.031.036	447.097	(343.368)	(36.518)	3.098.247

	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Três Marias	1.671.517	221.716	(177.902)	1.715.331
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Salto Grande	524.779	69.920	(56.105)	538.594
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.984	29.632	(23.853)	203.763
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	22.066	(17.757)	152.716
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	30.932	(24.982)	200.644
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	23.303	(18.972)	137.345
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	80.023	14.153	(11.533)	82.643
Total		2.950.418	411.722	(331.104)	3.031.036

(1) Em 31 de maio de 2023, as subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A. foram incorporadas à Cemig GT.

12.4 Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O termo aditivo ao contrato de concessão garante a indenização dos saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou resarcimento pela tarifa em decorrência de extinção da concessão por qualquer motivo.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados.



CEMIG

CEMIG

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais										
CVA ativa	(683.839)	1.581.315	(1.652.602)	168.883	727.181	140.938	-	140.938	76.474	64.464
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.108.220)	1.271.066	(951.877)	112.598	997.024	320.591	-	320.591	182.767	137.824
Custo da energia de Itaipu	28.839	-	(151.110)	1.601	42.217	(78.453)	-	(78.453)	(46.418)	(32.035)
Proinfa	(19.738)	6.253	-	40	19.738	6.293	-	6.293	3.724	2.569
Transporte rede básica	412.968	305.129	(380.662)	37.849	(125.712)	249.572	-	249.572	147.663	101.909
Transporte de energia Itaipu	67.087	18.005	(57.941)	6.273	(37.425)	(4.001)	-	(4.001)	(2.367)	(1.634)
ESS	(62.009)	(42.042)	(96.671)	10.644	(31.433)	(221.511)	-	(221.511)	(131.060)	(90.451)
CDE	(2.766)	22.904	(14.341)	(122)	(137.228)	(131.553)	-	(131.553)	(77.835)	(53.718)
Demais ativos financeiros setoriais	1.489.410	1.090.262	(1.430.591)	128.358	(122.752)	1.154.687	-	1.154.687	783.123	371.564
Quota parte de energia nuclear	138.284	105.369	(121.327)	14.431	(47.300)	89.457	-	89.457	52.929	36.528
Neutralidade da parcela A	28.647	141.904	(101.093)	7.565	12.842	89.865	-	89.865	53.170	36.695
Neutralidade estimada sobre créditos GD	357.634	296.160	-	39.049	-	692.843	-	692.843	692.843	-
Sobrecontratação de energia	921.900	527.081	(774.440)	36.678	(304.071)	407.148	-	407.148	240.896	166.252
Devoluções tarifárias	(87.736)	-	-	-	16.061	(71.675)	-	(71.675)	(48.110)	(23.565)
Outros	130.681	19.748	(433.731)	30.635	199.716	(52.951)	-	(52.951)	(208.605)	155.654
Total ativos financeiros setoriais	805.571	2.671.577	(3.083.193)	297.241	604.429	1.295.625	-	1.295.625	859.597	436.028
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	-	(1.489.544)	2.286.716	(208.930)	(727.181)	(138.939)	(138.939)	(138.939)	(138.939)	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(997.543)	1.860.968	(192.913)	(997.024)	(326.512)	(326.512)	(326.512)	(326.512)	-
Custo da energia de Itaipu	-	(112.511)	97.165	(15.460)	(42.217)	(73.023)	(73.023)	(73.023)	(73.023)	-
Proinfa	-	(18.211)	30.407	(1.889)	(19.738)	(9.431)	(9.431)	(9.431)	(9.431)	-
Transporte rede básica	-	-	29.576	-	125.712	155.288	155.288	155.288	155.288	-
Transporte de energia Itaipu	-	-	(4.687)	292	686	37.425	33.716	33.716	33.716	-
ESS	-	(224.156)	266.165	(2.115)	31.433	71.327	71.327	71.327	71.327	-
CDE	-	(132.436)	2.143	2.761	137.228	9.696	9.696	9.696	9.696	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(716.894)	754.631	(33.016)	117.748	122.469	122.469	122.469	122.469	-
Quota Parte de Energia nuclear	-	-	-	1.712	-	47.300	49.012	49.012	49.012	-
Neutralidade da parcela A	-	(33.284)	82.038	(1.863)	(12.842)	34.049	34.049	34.049	34.049	-
Sobrecontratação de energia	-	-	-	-	304.071	304.071	304.071	304.071	304.071	-
Devoluções tarifárias	-	(99.919)	87.509	(2.752)	(16.061)	(31.223)	(31.223)	(31.223)	(31.223)	-
Outros	-	(583.691)	583.372	(28.401)	(204.720)	(233.440)	(233.440)	(233.440)	(233.440)	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(2.206.438)	3.041.347	(241.946)	(609.433)	(16.470)	(16.470)	(16.470)	(16.470)	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais, líquido	805.571	465.139	(41.846)	55.295	(5.004)	1.279.155	(16.470)	1.295.625	843.127	436.028



Política contábil

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12.

A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. O direito incondicional de receber caixa decorre do contrato de concessão.

CVA e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais se originam da diferença temporal entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esse mecanismo de reposicionamento tarifário garante o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão. Esses ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Atividade de transmissão

Após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.



Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 13.

Atividade de geração – Bonificação pela outorga

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Estimativas e julgamentos

Atividade de distribuição de energia elétrica

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. Os adicionados após o processo de RTP são estimados, podendo ser alterados, para fins de definição da indenização ao término da concessão.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.



Atividade de distribuição de gás

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de gás, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. Essa parcela é avaliada tendo como base o seu valor justo correspondente ao seu custo de aquisição atualizado pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme determina o contrato de concessão.

Atividade de geração – Indenização a receber

A Cemig GT tem direito à indenização pelos ativos ainda não amortizados de usinas que tiveram o término da concessão a partir de 2013. A Cemig GT estimou o montante dessa indenização com base em resolução normativa emitida pela Aneel, que estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição.

13. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	4.421.329	3.430.870
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	553.770	337.842
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	1.616.179	1.722.829
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	4.875.636	3.034.122
Total	11.466.914	8.525.663
 Circulante	 1.140.037	 850.071
Não circulante	10.326.877	7.675.592



A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.737.989	1.849.853	116.982	6.704.824
Adições	241.482	3.478.216	270.159	3.989.857
Remuneração financeira	523.772	-	-	523.772
Realização	(746.536)	-	-	(746.536)
Outras adições	244	-	-	244
Transferências para o ativo financeiro	-	(363.838)	-	(363.838)
Transferências para o ativo intangível	-	(1.540.861)	(49.299)	(1.590.160)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	7.500	-	7.500
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.756.951	3.430.870	337.842	8.525.663
Adições (2)	425.257	4.167.219	348.284	4.940.760
Remuneração financeira	432.727	-	-	432.727
Realização	(798.990)	-	-	(798.990)
Resultado da Revisão Tarifária Periódica (3)	1.675.626	-	-	1.675.626
Outras adições	244	-	-	244
Transferências para o ativo financeiro	-	(730.977)	(50.980)	(781.957)
Transferências para o ativo intangível	-	(2.435.182)	(81.376)	(2.516.558)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	(10.601)	-	(10.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.491.815	4.421.329	553.770	11.466.914

- (1) Refere-se à movimentação (constituição/reversão) de provisões para perdas registradas em ativos de contrato em curso (obras canceladas).
(2) O aumento das adições no segmento de distribuição reflete maiores investimentos realizados, em linha com o programa de investimentos da Cemig D.
(3) Na nota explicativa nº 27d, esse montante está apresentado líquido de PIS/Pasep e Cofins.

Dentre as adições realizadas no exercício de 2024, na Cemig D, está contemplado o valor de R\$76.764 (R\$69.839 em 2023) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,13%. A natureza das adições em ativos de contrato e intangível é apresentada na nota nº 27b.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Atividade de transmissão

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	Índice de atualização	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Contrato de Concessão - 006/97 (a)	IPCA	479.291	466.239
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		595.462	302.134
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		38.580	45.220
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	IGPM	17.701	27.778
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	IGPM	9.002	8.701
Contrato de Concessão - 006/11 (d)	IPCA	1.140.036	850.072
Não circulante			
Contrato de Concessão - 006/97 (a)	IPCA	1.136.887	1.256.590
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		3.892.472	2.358.462
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		110.225	117.573
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	IGPM	107.396	74.053
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	IPCA	104.799	100.200
Contrato de Concessão - 006/11 (d)		5.351.779	3.906.878
		6.491.815	4.756.950

**a) Contrato de Concessão nº 006/1997**

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Cemig GT, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).

As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado o valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.

Revisão Tarifária Periódica – RTP

Em julho de 2024, por meio das ReH nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP dos Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000, ambos da Cemig GT. No mesmo mês, a Resolução Homologatória 3.348/2024 estabeleceu a RAP reajustada para o ciclo 2024-2025, com reflexos nos contratos da Cemig GT, Centroeste e Sete Lagoas.

Como a RTP representa uma modificação na estrutura de capital e alteração na taxa de remuneração, o valor presente dos ativos classificados como Ativo de Contrato foi remensurado, com seus reflexos demonstrados na sequência.

Os ativos da transmissora do Contrato de Concessão nº 006/97 estão segregados em:

- a) instalações de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, denominadas de RBSE e instalações autorizadas que entraram em operação comercial entre 1º de junho de 2000 e 31 de dezembro de 2012 e foram objeto de indenização, denominadas de RBNI Indenizadas; e
- b) instalações autorizadas com operação comercial reconhecida a partir de 1º de janeiro de 2013, após a prorrogação das concessões nos termos da Lei nº 12.783/2013, denominadas de RBNI.

Os ativos desse contrato reavaliados pela primeira vez, seguiram metodologia do Proret 9.1, sendo 76% valorados pelo Banco de Preços Referencial – BPR, 13% por modelo híbrido (índices do BPR e IPCA) e 11% pelo Valor Original Contábil atualizado pelo IPCA. Já os ativos que compõem a RBSE e RBNI reavaliados em processos anteriores, tiveram atualização pelo índice do contrato (IPCA).



Os reflexos da RTP no ativo de contrato foram conforme segue:

Resultado RTP	
RBSE - Ativos até 12/2012	164.006
RBNI Ciclo 2013-2018 - Original	10.146
RBNI Ciclo 2013-2018 - Revisados RTP 2024	89.127
RBNI Ciclo 2018-2023 - Melhorias de Pequeno Porte	203.780
RBNI Ciclo 2018-2023 - Melhorias e Reforços de Grande Porte	1.206.661
Total	1.673.720

O resultado positivo da RTP se deve, principalmente, à diferença entre os custos orçados para a construção dos ativos e o Valor Novo de Reposição (VNR), ajustado pelos valores atualizados do Banco de Preços Regulatório (BPR). Esse ajuste foi aplicado à maioria dos ativos reavaliados e também foi influenciado pela variação positiva no WACC regulatório. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 e o Ofício Circular 04/2020 da CVM, por se tratar de uma nova mensuração do valor do ativo de contrato, esses efeitos foram reconhecidos diretamente no resultado no momento em que ocorre a RTP.

Esses efeitos foram confrontados com os registros originalmente contabilizados, sendo os ganhos reconhecidos no resultado no terceiro trimestre de 2024.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras, definida na Portaria MME 120/2016. A conclusão foi que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a ReH nº 2.852, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente foi incorporado ao cálculo da revisão periódica de 2018 da RAP, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando a remuneração pelo custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo reperfilamento desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

A Revisão Periódica Tarifária ocorrida em 2024 não impactou esse componente financeiro. A Companhia segue acompanhando o tema e as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuam adequados.

**b) Contrato de Concessão nº 079/2000**

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

Em julho de 2024, por meio das ReH nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP da RAP dos Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000, ambos da Cemig GT.

As receitas de reforços e melhorias foram revisadas resultando no reconhecimento de um ganho no montante de R\$1.907, no terceiro trimestre de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

d) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

Política contábil**Atividade de distribuição de energia**

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.



Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. Os ativos amortizados dentro do prazo da concessão são classificados como ativo intangível. A parcela dos ativos não amortizada dentro do prazo da concessão, que será objeto de indenização ao final da concessão, é classificada como ativo financeiro.

Atividade de transmissão

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado na construção das linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 26.

Atividade de distribuição de gás

Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Estimativas e julgamentos

Atividade de transmissão

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.



Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente (componente de financiamento) as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela RAP, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A remuneração financeira do ativo de contrato corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa de desconto determinada no início dos investimentos e incluindo a atualização financeira pelo índice da inflação. A taxa de desconto representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para especificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

14. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	11.734.032	10.118.133
Guanhães Energia (1)	Controlada em conjunto	172.300	221.725	-	-
Cachoeirão	Controlada em conjunto	44.893	46.816	-	-
Pipoca	Controlada em conjunto	54.041	47.529	-	-
Aliança Norte (2)	Controlada em conjunto	419.414	536.268	-	-
Aliança Geração (3)	Controlada em conjunto	-	1.171.595	-	-
Amazônia Energia (2)	Controlada em conjunto	696.686	818.929	-	-
Paracambi	Controlada em conjunto	105.013	111.961	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	11.281.256	8.883.227
Taes	Controlada em conjunto	1.615.340	1.565.369	1.615.340	1.565.369
Gasmig	Controlada	-	-	1.581.321	1.748.575
Cemig Sim	Controlada	-	-	754.515	419.103
UFVs (4)	Controlada em conjunto	113.333	111.528	-	-
Sete Lagoas	Controlada	-	-	87.605	76.158
Total do investimento		3.221.020	4.631.720	27.054.069	22.810.565

- (1) Em 19 de setembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Guanhães Energia a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 para restituição aos acionistas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932 e foi recebida em 2024.
(2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
(3) Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 31.
(4) Conjunto de negócios de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36.



Em 2024, a Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável da totalidade da mais-valia registrada para o investimento na Aliança Norte, no montante de R\$40.745. Essa perda foi apurada por meio da determinação da participação no valor recuperável do ativo, gerado pela operação da UHE Belo Monte. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, por meio do método do fluxo de caixa descontado, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Para os demais investimentos, foi constatado que não há indicativos de perda no valor recuperável.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Investidas	Consolidado							31/12/2024
	31/12/2022	Adição	Amortização	Outros	31/12/2023	Amortização	Outros	
Cemig Geração e Transmissão								
Retiro Baixo (1)	26.408	-	(463)	(25.945)				-
Aliança Geração (2)	276.295	-	(25.310)	-	250.985	(6.327)	(244.658)	-
Aliança Norte (3)	44.688	-	(1.972)	-	42.716	(1.971)	(40.745)	-
Paracambi	73.987	-	(2.501)	-	71.486	(2.501)	-	68.985
Taesa	142.141	-	(9.321)	-	132.820	(9.321)	-	123.499
Cemig Sim - UFVs	14.205	3.031	(337)	(10.531)	6.368	(339)	-	6.029
Total	577.724	3.031	(39.904)	(36.476)	504.375	(20.459)	(285.403)	198.513

- (1) A Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária no capital social da Retiro Baixo para Furnas, em 22 de novembro de 2023.
(2) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 31.
(3) O valor apresentado na coluna Outros refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte. Na Demonstração do Resultado do Exercício esse montante é apresentado na rubrica de Outras despesas e, na nota explicativa de Segmentos Operacionais integra o segmento de Participações.

Investidas	Controladora					31/12/2024
	31/12/2022	Amortização	31/12/2023	Amortização	31/12/2024	
Paracambi	73.987	(2.501)	71.486	(2.501)	68.985	
Taesa	142.141	(9.321)	132.820	(9.321)	123.499	
Gasmig	380.989	(12.874)	368.115	(12.657)	355.458	
Sete Lagoas	(4.262)	244	(4.018)	244	(3.774)	
Total	592.855	(24.452)	568.403	(24.235)	544.168	

O direito de exploração é reconhecido na combinação de negócios ou na aquisição de controlada em conjunto e é amortizado considerando o período de concessão de cada controlada ou controlada em conjunto.

**Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto**

Investidas	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	Saldo em 31/12/2024
Hidrelétrica Cachoeirão	46.816	5.318	(7.241)	-	-	44.893
Guanhães Energia (1)	221.725	10.323	(11.817)	-	(47.931)	172.300
Hidrelétrica Pipoca	47.529	14.165	(7.653)	-	-	54.041
Paracambi (2)	111.961	19.231	(17.278)	-	(8.901)	105.013
Amazônia Energia (3)	818.929	(122.614)	-	371	-	696.686
Aliança Norte (3) (4)	536.268	(76.765)	-	656	(40.745)	419.414
Taesa	1.565.369	330.167	(280.196)	-	-	1.615.340
Aliança Geração (5)	1.171.595	30.861	(83.891)	-	(1.118.565)	-
UFV Janaúba	4.442	1.042	(1.015)	-	-	4.469
UFV Corinto	8.851	1.737	(1.442)	-	-	9.146
UFV Manga	11.230	1.953	(1.722)	-	-	11.461
UFV Bonfinópolis II	6.303	955	(835)	-	-	6.423
UFV Lagoa Grande	14.494	2.379	(1.996)	-	-	14.877
UFV Lontra	17.686	2.307	(2.227)	-	-	17.766
UFV Mato Verde	6.169	1.204	(983)	-	-	6.390
UFV Mirabela	4.138	762	(620)	-	-	4.280
UFV Porteirinha I	5.058	1.094	(901)	-	-	5.251
UFV Porteirinha II	6.718	1.103	(920)	-	-	6.901
UFV Brasilândia	14.501	2.457	(2.053)	-	-	14.905
UFV Apolo I	5.771	343	(517)	-	-	5.597
UFV Apolo II	6.167	413	(713)	-	-	5.867
Itaocara (6)	-	(4.721)	-	15.329	(10.608)	-
Total do Investimento	4.631.720	223.714	(424.020)	16.356	(1.226.750)	3.221.020

- (1) Em 19 de setembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Guanhães Energia a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 para restituição aos acionistas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, já tendo recebido o montante total em 2024.
- (2) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Paracambi, realizada em 16 de outubro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$18.166, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$8.901, recebidos em 2024.
- (3) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (4) Foi registrada perda por impairment da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte. Essa perda está apresentada nas Demonstrações do Resultado como "Outras despesas" e na nota explicativa de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
- (5) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 31.
- (6) Reconhecimento de reembolso devido à Light Energia S.A., decorrente de valores investidos no desenvolvimento do Projeto da UHE Itaocara em montantes superiores à participação societária da Light no projeto. O reembolso foi efetivamente realizado em 22 de maio de 2024. Em novembro de 2024, o CNPJ dessa empresa foi baixado.



Investidas	Consolidado						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Aportes / Aquisições	Outros		
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	(11.602)	-	-	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	(15.190)	-	-	-	47.529
MESA (3)	9.500	(9.500)	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (3)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-	-
Paracambi	134.425	14.260	(25.912)	-	(10.812)	111.961	-
Baguari Energia (4)	160.324	11.133	(11.579)	-	(159.878)	-	-
Amazônia Energia (1)	885.529	(66.808)	-	208	-	818.929	-
Aliança Norte (1)	575.745	(39.810)	-	333	-	536.268	-
Taesá	1.548.695	278.082	(261.408)	-	-	1.565.369	-
Aliança Geração	1.193.841	135.757	(158.003)	-	-	1.171.595	-
Retiro Baixo (4)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-	-
UFV Janaúba	3.422	1.597	(577)	-	-	4.442	-
UFV Corinto	8.441	1.385	(975)	-	-	8.851	-
UFV Manga	10.799	1.644	(1.213)	-	-	11.230	-
UFV Bonfinópolis II	6.406	401	(504)	-	-	6.303	-
UFV Lagoa Grande	14.140	2.110	(1.756)	-	-	14.494	-
UFV Lontra	17.526	2.280	(2.120)	-	-	17.686	-
UFV Mato Verde	6.123	1.070	(1.024)	-	-	6.169	-
UFV Mirabela	4.199	544	(605)	-	-	4.138	-
UFV Porteirinha I	4.739	1.022	(703)	-	-	5.058	-
UFV Porteirinha II	6.604	928	(814)	-	-	6.718	-
UFV Brasilândia	14.176	1.991	(1.666)	-	-	14.501	-
UFV Apolo I	6.689	350	(69)	-	(1.199)	5.771	-
UFV Apolo II	-	408	-	5.759	-	6.167	-
UFV Campo Lindo I (2)	8.161	(61)	(130)	10.235	(18.205)	-	-
UFV Campo Lindo II (2)	8.458	(59)	(295)	10.024	(18.128)	-	-
UFV Olaria I (2)	8.108	(52)	(229)	9.974	(17.801)	-	-
Total do Investimento	5.105.724	432.493	(496.374)	36.533	(446.656)	4.631.720	

- (1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
(2) Em 20 de julho de 2023, houve a aquisição do controle dessas investidas, passando elas a serem consolidadas pela Companhia. Dessa forma, a participação societária da Cemig nessas investidas está refletida nos ativos e passivos consolidados da Companhia.
(3) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas").
(4) A alienação de Baguari Energia foi concluída em 06 de outubro de 2023 e a alienação de Retiro Baixo foi concluída em 22 de novembro de 2023.



Investidas	Controladora						
	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	Saldo em 31/12/2024
Cemig Geração e Transmissão	10.118.133	3.689.812	156.267	(2.230.180)	-	-	11.734.032
Cemig Distribuição (1)	8.883.227	2.206.255	488.213	(1.214.463)	-	918.024	11.281.256
Gasmig	1.748.575	483.110	-	(649.808)	-	(556)	1.581.321
Cemig Sim	419.103	29.632	-	-	305.780	-	754.515
Sete Lagoas	76.158	7.645	-	3.802	-	-	87.605
Taesa	1.565.369	330.166	-	(280.195)	-	-	1.615.340
Total	22.810.565	6.746.620	644.480	(4.370.844)	305.780	917.468	27.054.069

- (1) Foi aprovado na AGO da Cemig D, realizada no dia 29 de abril de 2024, o aumento da Reserva de Retenção de Lucros com o retorno dos dividendos obrigatórios do lucro líquido de 2023, no montante de R\$238.230, para garantir os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
- (2) Foi aprovado em AGE da Cemig D, realizada no dia 18 de dezembro de 2024, o aumento de seu capital social, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio, no montante de R\$679.794. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Investidas	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	Saldo em 31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão	8.966.797	2.400.164	48.684	(1.297.512)	-	-	10.118.133
Cemig Distribuição	7.105.260	1.611.460	160.068	(905.875)	912.314	-	8.883.227
Gasmig	1.749.549	580.652	-	(581.993)	-	367	1.748.575
Cemig Sim	198.880	8.389	-	-	211.834	-	419.103
Sete Lagoas	68.263	7.895	-	-	-	-	76.158
Taesa	1.548.695	278.082	-	(261.408)	-	-	1.565.369
Total	19.637.444	4.886.642	208.752	(3.046.788)	1.124.148	367	22.810.565

Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	145.908	2.655.433
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	496.374	3.046.788
Recebimentos	(592.368)	(2.363.697)
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(220.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	49.914	3.118.320
Proposta de dividendos feita pelas investidas	424.020	4.370.844
IRRF sobre JCP declarados por investidas	(13.033)	(244.599)
Destinação para Plano de Desenvolvimento da Distribuição (1)	-	(238.230)
Destinação para aumento de capital - Cemig D (2)	-	(679.794)
Recebimentos	(349.534)	(4.237.628)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	111.367	2.088.913

- (1) Foi aprovado na AGO da Cemig D, realizada no dia 29 de abril de 2024, o aumento da Reserva de Retenção de Lucros por meio dos dividendos obrigatórios do lucro líquido de 2023, para garantir os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
- (2) Foi aprovado em AGE da Cemig D, realizada no dia 18 de dezembro de 2024, o aumento de seu capital social, por meio de dividendos e juros sobre capital próprio. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.



As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	31/12/2024			31/12/2023		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	5.473.724	11.665.047	100,00	5.473.724	8.892.810
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	95.542	49,00	35.000	96.114
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	419.496	49,00	548.626	372.610
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	96.998	49,00	41.360	95.395
Parajuru	35.000.000	100,00	35.000	107.303	100,00	85.835	158.482
Volta do Rio	160.000.000	100,00	160.000	199.975	100,00	274.867	248.173
Paracambi	79.078.937	49,00	57.166	82.603	49,00	79.232	123.342
Aliança Norte	42.028.825.151	49,00	1.210.429	1.007.247	49,00	1.209.750	1.083.789
Amazônia Energia (1)	1.323.819.670	74,50	1.323.321	1.099.233	74,50	1.323.042	1.188.630
UFV Boa Esperança (2)	402.296.837	100,00	402.297	405.481	100,00	406	67
Cemig Geração Itutinga	151.309.332	100,00	148.147	284.149	100,00	151.309	231.057
Cemig Geração Camargos	113.499.102	100,00	100.569	199.594	100,00	113.499	182.960
Cemig Geração Sul	148.146.505	100,00	60.595	162.594	100,00	148.147	251.765
Cemig Geração Leste	100.568.929	100,00	50.649	91.380	100,00	100.569	167.959
Cemig Geração Oeste	60.595.484	100,00	6.819	100.625	100,00	60.595	125.521
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	108.858	100,00	46.944	123.305
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	96.962	100,00	36.833	138.259
Horizontes Energia	10.000.000	100,00	3.628	12.841	100,00	39.258	60.535
Cemig PCH	6.000.000	100,00	6.000	47.870	100,00	45.952	98.917
Cemig Geração Poço Fundo	159.084.895	100,00	159.085	161.617	100,00	139.085	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	3.000.000	100,00	3.000	20.779	100,00	486	11.004
Cemig Trading	4.000.000	100,00	4.000	6.381	100,00	1.000	5.639
Centroeste	28.000.000	100,00	28.000	134.885	100,00	28.000	120.173
UFV Três Marias S.A.	6.887.499	100,00	35.050	37.975	100,00	-	-
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	6.964.106	11.281.255	100,00	5.371.998	7.105.260
Taespa	1.033.496.721	21,68	3.042.034	6.679.311	21,68	3.042.034	6.570.477
Gasmig	306.941.598	99,57	665.429	1.231.158	99,57	665.429	1.372.699
Cemig Sim	657.647.242	100,00	657.647	754.515	100,00	175.033	198.880
Sete Lagoas	36.857.080	100,00	50.649	91.380	100,00	36.857	72.526

(1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessa investida.

(2) Em 29 de outubro de 2024, foi aprovada em AGE, a alteração da denominação da empresa Cemig Baguari S.A. para UFV Boa Esperança S.A.



Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2024

2024	Taesá	Paracambi	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca
Ativo				
Circulante	2.315.800	11.535	10.578	20.936
Caixa e equivalentes de caixa	607.642	4.105	5.407	14.582
Não circulante	16.266.272	95.034	83.939	93.535
Total do ativo	18.582.072	106.569	94.517	114.471
Passivo				
Circulante	1.983.540	11.489	2.898	3.867
Empréstimos e financiamentos	431.600	8.719	-	709
Não circulante	9.353.019	21.554	-	316
Empréstimos e financiamentos	95.129	21.554	-	-
Patrimônio líquido	7.245.513	73.526	91.619	110.288
Total do passivo e patrimônio líquido	18.582.072	106.569	94.517	114.471
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	2.226.668	62.645	36.906	44.882
Custos operacionais	(463.381)	(12.588)	(25.432)	(13.260)
Depreciação e amortização	(3.843)	(4.249)	(3.320)	(4.082)
Lucro bruto	1.763.287	50.057	11.474	31.622
Despesas gerais e administrativas	(273.037)	(2.109)	-	(1.625)
Receitas financeiras	425.718	2.152	1.166	1.070
Despesas financeiras	(1.741.971)	(3.015)	(6)	(356)
Resultado operacional	173.997	47.085	12.634	30.711
Resultado de equivalência patrimonial	1.212.433	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	311.986	(2.732)	(1.780)	(1.775)
Resultado líquido do exercício	1.698.416	44.353	10.854	28.936
Resultado líquido do exercício	1.698.416	44.353	10.854	28.936
Resultado abrangente do exercício	1.698.416	44.353	10.854	28.936

2024	Aliança Norte	Guanhães Energia	Amazônia Energia
Ativo			
Circulante	540	14.812	244
Caixa e equivalentes de caixa	521	6.361	243
Não circulante	863.966	366.412	943.686
Total do ativo	864.506	381.224	943.930
Passivo			
Circulante	54	13.692	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Não circulante	8.505	19.314	8.781
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Patrimônio líquido	855.947	348.218	935.149
Total do passivo e patrimônio líquido	864.506	381.224	943.930
Demonstração do resultado			
Receita líquida de vendas	-	-	(163.743)
Custos operacionais	-	(1.988)	-
Depreciação e amortização	-	(22)	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	(1.988)	(163.743)
Despesas gerais e administrativas	(151.819)	-	(589)
Receitas financeiras	62	544	7
Despesas financeiras	(4)	(113)	(42)
Resultado operacional	(151.761)	(1.557)	(164.367)
Resultado de equivalência patrimonial	-	28.974	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(160)	-
Resultado líquido do exercício	(151.761)	27.257	(164.367)
Resultado líquido do exercício	(151.761)	27.257	(164.367)
Resultado abrangente do exercício	(151.761)	27.257	(164.367)



Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2023

2023	Taesá	Lightger	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Aliança Norte
Ativo					
Circulante	2.745.259	23.738	11.272	10.778	391
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.573	17.387	7.223	5.740	381
Não circulante	14.832.616	99.536	86.025	95.345	1.015.013
Total do ativo	17.577.875	123.274	97.297	106.123	1.015.404
Passivo					
Circulante	1.617.221	10.750	6.877	8.328	41
Empréstimos e financiamentos	36	8.680	-	6.616	-
Não circulante	9.281.343	29.922	655	804	8.116
Empréstimos e financiamentos	367.875	29.922	-	549	-
Patrimônio líquido	6.679.311	82.602	89.765	96.991	1.007.247
Total do passivo e patrimônio líquido	17.577.875	123.274	97.297	106.123	1.015.404
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	1.344.719	59.523	37.616	45.624	-
Custos operacionais	(195.607)	(16.403)	(15.107)	(11.205)	-
Depreciação e amortização	(5.554)	(11.787)	(3.734)	(4.096)	-
Lucro bruto	1.149.112	43.120	22.509	34.419	-
Despesas gerais e administrativas	(179.577)	(2.136)	-	(1.318)	(77.257)
Receitas financeiras	369.564	6.508	2.690	3.065	60
Despesas financeiras	(1.622.181)	(3.773)	(5)	(941)	(24)
Resultado operacional	(283.082)	43.719	25.194	35.225	(77.221)
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.561	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	470.356	(4.180)	(2.088)	(2.620)	-
Resultado líquido do exercício	1.367.835	39.539	23.106	32.605	(77.221)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.367.835	39.539	23.106	32.605	(77.221)
Resultado abrangente do exercício	1.367.835	39.539	23.106	32.605	(77.221)

2023	Guanhães Energia	Amazônia Energia	Aliança Geração	Itaocara
Ativo				
Circulante	1.533.563	159	583.013	3.243
Caixa e equivalentes de caixa	112.337	159	347.544	3.107
Não circulante	4.735.005	1.107.657	3.700.253	11.874
Total do ativo	6.268.568	1.107.816	4.283.266	15.117
Passivo				
Circulante	143.055	7.897	828.616	249
Empréstimos e financiamentos	68.694	-	179.920	-
Não circulante	1.150.428	458	1.766.780	-
Empréstimos e financiamentos	940.690	-	992.959	-
Patrimônio líquido	4.975.085	1.099.461	1.687.870	14.868
Total do passivo e patrimônio líquido	6.268.568	1.107.816	4.283.266	15.117
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	59.983	-	1.148.967	-
Custos operacionais	(38.697)	(200)	(472.227)	(647)
Depreciação e amortização	(20.967)	-	(130.761)	-
Lucro (prejuízo) bruto	21.286	(200)	676.740	(647)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(51.091)	-
Receitas financeiras	14.789	-	50.288	389
Despesas financeiras	(9.804)	(7)	(171.026)	-
Resultado operacional	26.271	(207)	504.911	(258)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(82.898)	23.357	-
Imposto de renda e contribuição social	(6.712)	-	(170.341)	-
Resultado líquido do exercício	19.559	(83.105)	357.927	(258)
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	19.559	(83.105)	357.927	(258)
Resultado abrangente do exercício	19.559	(83.105)	357.927	(258)



Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2024, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$217.025 (R\$578.277 em 31 de dezembro de 2023). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2024 é de R\$3.053 milhões (R\$2.859 milhões em 31 de dezembro de 2023). O potencial impacto para a Cemig GT está limitado ao seu investimento na NESA.

Aquisição de participação societária – Geração distribuída

UFV Jequitibá II

Em 8 de março de 2024, a Cemig Sim concluiu a aquisição de 100% de participação societária na Oasis Solar Jequitibá SPE Ltda (UFV Jequitibá II), após cumpridas todas as condições precedentes.

A usina fotovoltaica possui 6,25MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, e está localizada na cidade de Jequitibá, em Minas Gerais.

A Companhia aplicou o método de aquisição para contabilização da combinação de negócios, mensurando, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, de acordo com as disposições do IFRS 3/CPC 15.



O valor da aquisição foi de R\$39.782 e os efeitos contábeis estão destacados abaixo:

Desdobramento do custo de aquisição		UFV Jequitibá II
Valor do patrimônio líquido		44.755
Mais-valia dos ativos líquidos da investida		5.022
Valor justo dos ativos líquidos		49.777
Compra vantajosa		(9.995)
Valor total da contraprestação		39.782

O resumo da mensuração a valor justo dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	24	Circulante	322
Outros ativos circulantes	24	Outros passivos circulantes	322
		Não circulante	4.615
Não circulante	54.690	Outros passivos não circulantes	4.615
Ativo imobilizado	43.131		
Ativo intangível	6.537		
Direito de exploração	5.022		
Total dos ativos líquidos ao valor justo			49.777

UFV Jequitibá I

Em 7 de agosto de 2024, a Cemig Sim concluiu a aquisição de 100% de participação societária na Sol de Jequitibá SPE Ltda (UFV Jequitibá I), após cumpridas todas as condições precedentes.

A usina fotovoltaica possui 6,55MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, e está localizada na cidade de Jequitibá, em Minas Gerais.

A Companhia aplicou o método de aquisição para contabilização da combinação de negócios, mensurando, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, de acordo com as disposições do IFRS 3/CPC 15.

O valor da aquisição foi de R\$42.872.

Os efeitos contábeis estão destacados abaixo:

Desdobramento do custo de aquisição		UFV Jequitibá I
Valor do patrimônio líquido		44.188
Mais-valia dos ativos líquidos da investida		2.825
Valor justo dos ativos líquidos		47.013
Compra vantajosa		(4.141)
Valor total da contraprestação		42.872



O resumo da mensuração a valor justo dos ativos e passivos adquiridos é conforme segue:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	30	Circulante	293
Outros ativos circulantes	30	Outros passivos circulantes	293
		Não circulante	5.907
Não circulante	53.183	Outros passivos não circulantes	5.907
Ativo imobilizado	44.140		
Ativo intangível	6.218		
Direito de exploração	2.825		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	47.013

A Cemig Sim adquiriu o controle das UFVs Jequitibá I e Jequitibá II com o objetivo de consolidar sua participação de mercado e obter ganho de escala e escopo com a consolidação das operações.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Existe um inquérito civil público sendo conduzido pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia. Até a divulgação dessas demonstrações financeiras não houve movimentação no processo.

Política contábil

Investimentos em participação societária

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.



A Cemig e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mais-valia, menos-valia ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valia e a menos-valia representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. O goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores.

Estimativas e julgamentos

Investimentos em participação societária

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos.

Para a mensuração do valor recuperável é calculado o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda e o valor em uso, representado pelo valor presente dos fluxos de caixa esperados. O valor recuperável é dado como o maior montante entre essas duas estimativas. Sendo esse valor inferior ao valor contábil é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável diretamente no resultado em contrapartida à redução do ativo em questão.

Ao final de cada período de divulgação das informações contábeis, a Companhia avalia se há algum indicativo de que as perdas reconhecidas em períodos anteriores podem ser revertidas parcialmente ou integralmente. Diante da existência de indicativos, há a necessidade de estimar o valor recuperável do ativo.

O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Cemig e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Cemig e suas controladas.

Combinação de negócios

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.



Após o reconhecimento inicial, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como goodwill o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item “Investimentos em participação societária”.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	249.221	(35.570)	213.651	247.435	(32.051)	215.384
Reservatórios, barragens e adutoras	3.339.053	(2.519.660)	819.393	3.322.524	(2.470.024)	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.095.305	(883.276)	212.029	1.094.552	(867.746)	226.806
Máquinas e equipamentos	2.950.542	(2.143.232)	807.310	2.825.962	(2.078.117)	747.845
Veículos	20.128	(15.563)	4.565	19.054	(14.541)	4.513
Móveis e utensílios	13.662	(11.951)	1.711	13.698	(11.754)	1.944
	7.667.911	(5.609.252)	2.058.659	7.523.225	(5.474.233)	2.048.992
Em curso	1.656.446	-	1.656.446	1.207.234	-	1.207.234
Imobilizado líquido	9.324.357	(5.609.252)	3.715.105	8.730.459	(5.474.233)	3.256.226

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(31)	24	55	(28)	27
Máquinas e equipamentos	5.292	(4.701)	591	4.753	(4.697)	56
Móveis e utensílios	722	(706)	16	724	(704)	20
	6.151	(5.438)	713	5.614	(5.429)	185
Em curso	-	-	-	569	-	569
Imobilizado líquido	6.151	(5.438)	713	6.183	(5.429)	754



A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Combinação de negócio	Classificação como mantido para venda	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Em serviço								
Terrenos (1)	215.384	1.837	-	(85)	(800)	(3.488)	803	213.651
Reservatórios, barragens e adutoras	852.500	41	-	(7.067)	(1.341)	(78.628)	53.888	819.393
Edificações, obras civis e benfeitorias	226.806	88	-	(884)	(21)	(17.074)	3.114	212.029
Máquinas e equipamentos	747.845	1.140	87.241	(4.626)	(329)	(72.304)	48.343	807.310
Veículos	4.513	-	-	-	-	(1.171)	1.223	4.565
Móveis e utensílios	1.944	-	-	-	(6)	(292)	65	1.711
	2.048.992	3.106	87.241	(12.662)	(2.497)	(172.957)	107.436	2.058.659
Em curso	1.207.234	580.946		(7.255)	(17.043)		(107.436)	1.656.446
Imobilizado líquido	3.256.226	584.052	87.241	(19.917)	(19.540)	(172.957)		3.715.105

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Combinação de negócio	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Em serviço								
Terrenos (1)	217.888	-		(653)	(207)	(3.291)	1.647	215.384
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-		(22.300)	(1)	(78.715)	83.844	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.221	-		(4.663)	-	(17.325)	15.573	226.806
Máquinas e equipamentos	705.739	583	70.175	(28.854)	(713)	(69.467)	70.382	747.845
Veículos	1.920	-		-	-	(1.491)	4.084	4.513
Móveis e utensílios	2.225	2	2	-	-	(300)	15	1.944
	2.030.665	585	70.177	(56.470)	(921)	(170.589)	175.545	2.048.992
Em curso	378.686	1.005.112	16	(285)	(750)		(175.545)	1.207.234
Imobilizado líquido	2.409.351	1.005.697	70.193	(56.755)	(1.671)	(170.589)		3.256.226

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Em serviço				
Terrenos	82	-	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	27	(3)	-	24
Máquinas e equipamentos	56	(34)	569	591
Móveis e utensílios	20	(4)	-	16
	185	(41)	569	713
Em curso	569	-	(569)	-
Imobilizado líquido	754	(41)		713

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço							
Terrenos	82	-	82	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	31	(2)	29	-	-	(2)	27
Máquinas e equipamentos	238	(162)	76	-	-	(20)	56
Móveis e utensílios	34	(7)	27	-	-	(7)	20
	385	(171)	214			(29)	185
Em curso	1.026	-	1.026	3	(460)	-	569
Imobilizado líquido	1.411	(171)	1.240	3	(460)	(29)	754



A taxa de depreciação média anual da Cemig e de suas controladas é de 3,03%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Software	20,00
Edificação – Casa de força	2,00	Veículos	14,29
Edificação – Outras	3,33	Equipamento geral de informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina hidráulica	2,50	Edificação – Outras	3,33
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Comporta	3,33		

A Cemig e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Conforme estabelecido no contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos não depreciados, que corresponderá ao saldo remanescente do ativo ao final da concessão.

Os contratos de concessão de geração também preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto para os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015, que são objeto de Bonificação pela Outorga, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa média anual de Depreciação (%)	31/12/2024	31/12/2023
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.498 (150.287)	220.252 (142.391)
Total em operação			70.211	77.861
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	8.450	2.395
Total em construção			8.450	2.395
Total			78.661	80.256



Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia considera os ativos de geração e transmissão detidos pela Cemig GT como sendo duas unidades geradoras de caixa distintas, e os ativos de distribuição detidos pela Cemig D como sendo uma única unidade geradora de caixa. Os demais ativos são analisados de forma individual.

Existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



16. INTANGÍVEL

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.689	(6.933)	7.756	14.689	(6.084)	8.605
Concessão onerosa	13.599	(10.345)	3.254	13.599	(9.739)	3.860
Ativos de concessão	27.593.554	(11.765.667)	15.827.887	25.216.886	(10.934.013)	14.282.873
Repactuação do risco hidrológico - GSF	1.030.791	(467.401)	563.390	1.031.161	(333.569)	697.592
Outros	173.982	(90.659)	83.323	139.192	(79.308)	59.884
	28.826.615	(12.341.005)	16.485.610	26.415.527	(11.362.713)	15.052.814
Em curso						
	320.290	-	320.290	196.166	-	196.166
Intangível líquido	29.146.905	(12.341.005)	16.805.900	26.611.693	(11.362.713)	15.248.980

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.689	(13.638)	51	13.589	(13.557)	32
Outros	9	(9)	-	17	(17)	-
	13.698	(13.647)	51	13.606	(13.574)	32
Em curso						
	3.953	-	3.953	118	-	118
Intangível líquido	17.651	(13.647)	4.004	13.724	(13.574)	150

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Classificação como mantido para venda	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2024
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	8.605	-	-	-	(849)	-	7.756
Concessão onerosa	3.860	-	-	-	(606)	-	3.254
Ativos de concessão	14.282.873	23.707	-	(61.505)	(999.215)	2.582.027	15.827.887
Repactuação do risco hidrológico - GSF	697.592	363	(287)	(366)	(133.912)	-	563.390
Outros	59.884	10.094	-	-	(11.346)	24.691	83.323
	15.052.814	34.164	(287)	(61.871)	(1.145.928)	2.606.718	16.485.610
Em curso							
	196.166	214.284	-	-	-	(90.160)	320.290
Intangível líquido	15.248.980	248.448	(287)	(61.871)	(1.145.928)	2.516.558	16.805.900

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$2.516.558 no exercício de 2024 (R\$1.590.160 em 2023).

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2023
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	9.287	-	(3)	-	(679)	-	8.605
Concessão onerosa	4.483	-	-	-	(623)	-	3.860
Ativos de concessão	13.554.302	2.945	-	(81.698)	(913.797)	1.721.121	14.282.873
Repactuação do risco hidrológico - GSF	832.001	-	(471)	-	(133.938)	-	697.592
Outros	15.441	26.273	-	(9.781)	(5.685)	33.636	59.884
	14.415.514	29.218	(474)	(91.479)	(1.054.722)	1.754.757	15.052.814
Em curso							
	206.339	158.431	(583)	(3.424)	-	(164.597)	196.166
Intangível líquido	14.621.853	187.649	(1.057)	(94.903)	(1.054.722)	1.590.160	15.248.980



Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Em serviço					
Direito de uso de softwares	32	-	(73)	92	51
	32	-	(73)	92	51
Em curso					
Intangível líquido	118	3.927	-	(92)	3.953
	150	3.927	(73)	-	4.004

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Em serviço					
Direito de uso de softwares	428	-	(428)	32	32
	428	-	(428)	32	32
Em curso					
Intangível líquido	119	31	-	(32)	118
	547	31	(428)	-	150

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

As principais taxas anuais de amortização encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	Veículos	20
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	Equipamentos Processamento de Dados	20
Máquinas e Equipamentos	5 a 20	Móveis	10

A taxa média de amortização da Companhia é de 4,03%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
20,75%	5,78%	3,41%	3,92%	15,69%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.



Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação. No entanto, essa lei não especificou como será realizada a compensação na hipótese de ausência de dívidas com a União, relativa ao regime de concessões determinado. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicidadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Em 21 de dezembro de 2023, a Cemig GT encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº 2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Companhia, nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Cemig e de suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

As seguintes instalações obtiveram as licenças de operação: UHE Irapé, UHE Salto Grande, EOL Volta do Rio e UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental, sendo considerado o prazo de até 10 anos das licenças de operação, prazo em que o ativo será amortizado.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas”.



Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12.

Concessão onerosa

As informações sobre as concessões onerosas estão apresentadas na nota explicativa nº 2.

Estimativas e julgamentos

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

A Cemig e suas controladas não identificaram indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scaling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.



Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

17. ARRENDAMENTOS

A Cemig e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos nos termos do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.
- Arrendamentos de terrenos para implantação e operação de usinas de geração fotovoltaica.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa média anual (%)	Taxa média mensal (%)
Contratos celebrados em 2023 (1)		
Até 7 anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58
Contratos celebrados em 2024 (1)		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,56
De 12 a 21 anos	6,73	0,57

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.



a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	213.645	115.432	329.077
Amortização (1)	(12.489)	(36.993)	(49.482)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	7.775	-	7.775
Baixa (contratos encerrados)	(7.579)	(4.969)	(12.548)
Adição	31.127	24.043	55.170
Remensuração (2)	12.716	55.161	67.877
Saldo em 31 de dezembro de 2023	245.195	152.674	397.869
Amortização (1)	(14.834)	(43.144)	(57.978)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	1.127	-	1.127
Baixa (contratos encerrados)	(7.038)	(3.815)	(10.853)
Adição	31.310	7.649	38.959
Remensuração (2)	7.703	10.343	18.046
Saldo em 31 de dezembro de 2024	263.463	123.707	387.170

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$835 em 2024 (R\$719 em 2023). A taxa anual média ponderada de amortização é 6,18% para Imóveis e 35,95% para Veículos.
(2) A Cemig e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.151
Amortização (1)	(93)
Baixa (contratos encerrados)	(73)
Remensuração (2)	107
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.092
Amortização	(110)
Remensuração	435
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.417

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$8 em 2024 (R\$7 em 2023). A taxa anual média ponderada de amortização é 4,76% para Imóveis.
(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2022	354.633	2.426
Adição	55.170	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	3.152	-
Juros incorridos (1)	37.718	301
Arrendamentos pagos	(66.634)	(299)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5.207)	(21)
Baixa (contratos encerrados)	(13.773)	(85)
Remensuração (2)	67.877	107
Saldo em 31 de dezembro de 2023	432.936	2.429
Adição	38.959	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	449	-
Juros incorridos (1)	28.313	209
Arrendamentos pagos	(72.339)	(246)
Juros sobre arrendamentos pagos	(6.311)	(15)
Baixa (contratos encerrados)	(10.853)	-
Remensuração (2)	18.046	435
Saldo em 31 de dezembro de 2024	429.200	2.812
Passivo circulante	79.228	233
Passivo não circulante	349.972	2.579

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$1.331 e R\$16 em 2024 (R\$1.948 e R\$23 em 2023), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
(2) A Cemig e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.



As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	659.073	429.192	5.053	2.812
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	36.068	20.720	467	260

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2025	77.873	241
2026	87.493	241
2027	64.751	241
2028	28.449	241
2029	25.306	241
2030 a 2048	375.991	3.848
Valores não descontados	659.863	5.053
Juros embutidos	(230.663)	(2.241)
Passivo de arrendamento	429.200	2.812

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso.

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.



Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Cemig e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para o período de arrendamento, é considerada a intenção da Companhia em opções de renovação.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental é estimada a partir das taxas de captação corporativa, representando a taxa de juros que a Companhia pagaria ao obter empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, dos recursos necessários para adquirir o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.



18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda	1.175.532	1.249.667	345.444	311.792
Energia de curto prazo - CCEE (1)	198.621	134.636	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	239.751	246.386	95	95
Itaipu binacional	210.488	239.780	-	-
Gás comprado para revenda	215.596	204.369	-	-
Materiais e serviços	911.583	941.858	8.638	5.836
Total	2.951.571	3.016.696	354.177	317.723

(1) Houve aumento da despesa com risco hidrológico devido à baixa hidrologia, o que afetou os contratos de disponibilidade, em um cenário de PLD maior e GSF menor.

A exposição da Cemig e de suas controladas a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
ICMS	145.575	113.312	18.401	18.540
Cofins (1)	278.283	224.843	47.039	37.157
PIS/Pasep (1)	60.835	48.773	10.330	8.200
INSS	59.200	53.633	2.732	2.629
Outros (2)	180.628	203.062	54.644	123.961
	724.521	643.623	133.146	190.487
Não circulante				
Cofins (1)	407.721	297.404	-	-
PIS/Pasep (1)	88.532	64.569	-	-
	496.253	361.973	-	-
	1.220.774	1.005.596	133.146	190.487
Valores a restituir a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	185.699	513.225	-	-
ICMS	340.800	340.800	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	166.089	664.275	-	-
	692.588	1.518.300	-	-

(1) Incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.
(2) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 25.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam os valores de R\$208.578 (R\$1.014.384 em 31 de dezembro de 2023) e R\$143.210 (R\$163.116 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins da Gasmig aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais.



Movimentação dos valores a restituir a consumidores

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.303.672
Restituição aos consumidores	(1.908.658)
Fiscalização Receita Federal	(66.681)
Atualização financeira - Selic	189.967
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.518.300
Restituição aos consumidores	(512.852)
Reversão de valores a restituir a consumidores	(410.626)
Atualização financeira - Selic	65.394
Outros	32.372
Saldo em 31 de dezembro de 2024	692.588

Em maio de 2024, foi registrada uma baixa de R\$410.626 do saldo remanescente do crédito referente à ação judicial, que vinha sendo devolvido a partir das revisões tarifárias, no passivo de “Valores a restituir a consumidores” em contrapartida ao resultado financeiro. Essa baixa decorre da diferença entre a atualização estimada pela Cemig D para o passivo em relação aos critérios efetivamente utilizados pela Aneel, que foram conhecidos de forma conclusiva no término da devolução dos valores no último reajuste tarifário, em 28 de maio de 2024. O critério adotado pela Aneel para atualização do passivo considerou procedimento semelhante ao adotado para atualização dos “Demais componentes financeiros”.

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				31/12/2024		Total	31/12/2023
				Circulante	Não circulante		
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	U\$	-	-	-	1.856.920
(-) Custos de transação				-	-	-	(1.032)
(±) Recursos antecipados (2)				-	-	-	(1.795)
Total de empréstimos				-	-	-	1.854.093
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	334.188	-	334.188	634.988
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)	2024	CDI + 0,45%	R\$	-	-	-	271.109
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	1.025.859	1.022.595	2.048.454	1.948.110
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3)	2027	CDI + 1,35%	R\$	2.548	500.000	502.548	502.212
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.432	555.980	557.412	530.068
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única	2026	CDI + 2,05%	R\$	1.030.078	1.000.000	2.030.078	2.032.032
Debêntures - 10ª emissão - 1ª série (3)	2029	CDI + 0,80%	R\$	17.151	400.000	417.151	-
Debêntures - 10ª emissão - 2ª série (3)	2034	IPCA + 6,15%	R\$	37.735	1.659.174	1.696.909	-
Debêntures - 11ª emissão - 1ª série (3)	2031	CDI + 0,55%	R\$	28.493	1.000.000	1.028.493	-
Debêntures - 11ª emissão - 2ª série (3)	2036	IPCA + 6,58%	R\$	24.919	1.527.952	1.552.871	-
Debêntures - 8ª emissão - Série única (4)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	145.516	879.584	1.025.100	1.092.701
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única (4)	2029	CDI + 0,47%	R\$	190	200.000	200.190	-
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (1)	2027	CDI + 1,33%	R\$	236.894	466.666	703.560	703.092
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (1)	2029	IPCA + 7,63%	R\$	967	331.301	332.268	315.950
(-) Deságio na emissão de debêntures (5)				(2.542)	(2.784)	(5.326)	(8.692)
(-) Custos de Transação				(6.880)	(137.716)	(144.596)	(44.524)
Total de debêntures				2.876.548	9.402.752	12.279.300	7.977.046
Total geral consolidado				2.876.548	9.402.752	12.279.300	9.831.139

- (1) Cemig Geração e Transmissão;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (3) Debêntures emitidas pela Cemig Distribuição;
- (4) Debêntures emitidas pela Gasmig;
- (5) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.



Os custos nominais e reais da dívida da Companhia, são de 12,64% a.a. e 7,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024, respectivamente, e de 11,98% a.a. e 6,65% a.a., em 31 de dezembro de 2023, respectivamente.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

a) Liquidação dos Eurobonds

Em dezembro de 2017 e julho de 2018, foram realizadas captações de recursos no exterior, por meio da emissão de títulos de dívida (Eurobonds), nos montantes de US\$1 bilhão e US\$500 milhões, respectivamente, com pagamentos de juros semestrais e do principal em dezembro de 2024. Concomitantemente, foi contratada operação de hedge, por meio de uma combinação de derivativos, a fim de proteger a variação cambial. Entre os anos de 2021 e 2023, a Cemig GT executou processos de recompras parciais, que totalizaram US\$1.119 milhões.

Em 5 de dezembro de 2024, ocorreu a liquidação desses Eurobonds, conforme vencimento. O efeito líquido no caixa da Cemig GT foi de R\$1.865.876, considerando o pagamento de R\$2.308.855 (US\$381 milhões à taxa de câmbio de R\$6,0585), subtraído do efeito do Hedge de R\$442.979.

b) Emissões de debêntures

Emissão de debêntures – 10ª emissão

Em 13 de março de 2024, a Cemig D divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 15 de março de 2024, a Cemig D concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos – sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R\$400.000	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R\$1.600.000	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 10ª Emissão – 1ª Série	março de 2024	2029	CDI + 0,80%	400.000
Debêntures - 10ª Emissão – 2ª Série	março de 2024	2034	IPCA + 6,1469%	1.600.000
(-) Custos de transação				(53.698)
Total de captações				1.946.302



Emissão de debêntures – 11ª emissão

Em 24 de setembro de 2024, a Cemig D divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de 2,5 milhões debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, da 11ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de 2,5 bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 27 de setembro de 2024, a Cemig D concluiu a liquidação financeira da 11ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas 2,5 milhões debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de 2,5 bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.000.000	R\$1.000.000	CDI + 0,55%	7 anos	72º e 84º meses
2ª	1.500.000	R\$1.500.000	IPCA + 6,5769%	12 anos	132º e 144º meses

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 11ª Emissão – 1ª Série	setembro de 2024	2031	CDI + 0,55%	1.000.000
Debêntures - 11ª Emissão – 2ª Série	setembro de 2024	2036	IPCA + 6,5769%	1.500.000
(-) Custos de transação				(63.575)
Total de captações				2.436.425

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essas emissões serão destinados à recomposição de caixa, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Emissão de debêntures Gasmig – 9ª emissão

Em 12 de dezembro de 2024, a Gasmig divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de 200 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 9ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de mil reais, perfazendo o montante total de R\$200 milhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 27 de dezembro de 2024, a Gasmig concluiu a liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures em série única. Foram emitidas 200 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$200.000, conforme segue:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
Única	200.000	R\$200.000	CDI + 0,47%	5 anos	36º, 48º e 60º meses



Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão – Série Única	dezembro de 2024	2029	CDI + 0,47%	200.000
(-) Custos de transação				(519)
Total de captações				199.481

Os recursos líquidos obtidos pela Gasmig por meio dessa emissão serão destinados a propósitos corporativos gerais, incluindo o reforço de capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios.

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) às Emissões.

c) Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e debêntures, em 31 de dezembro de 2024, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2024
Aval e fiança	334.174
Aval e recebíveis	2.041.842
Fiança	8.693.529
Sem garantia	1.209.755
Total	12.279.300

d) Composição e movimentação consolidada de empréstimos e debêntures

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 4,8 anos. A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	1.570.616	1.154.863	138.882	423.485	761.399	3.497.957	7.547.202
CDI (2)	1.315.354	1.233.333	800.000	300.000	233.333	1.000.000	4.882.020
Total por indexadores	2.885.970	2.388.196	938.882	723.485	994.732	4.497.957	12.429.222
(-) Custos de transação	(6.880)	(6.530)	(3.510)	(10.676)	(12.096)	(104.904)	(144.596)
(-) Desconto	(2.542)	-	(2.542)	(121)	(121)	-	(5.326)
Total geral	2.876.548	2.381.666	932.830	712.688	982.515	4.393.053	12.279.300

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e debêntures tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Variação acumulada em 2024 (%)	Variação acumulada em 2023 (%)
IPCA	4,83	4,62
CDI	10,83	13,04



A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.579.498
Empréstimos obtidos	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Empréstimos obtidos líquidos	1.987.943
Variação monetária	148.404
Variação cambial	(276.687)
Encargos financeiros provisionados	1.082.722
Amortização do custo de transação	13.908
Encargos financeiros pagos	(1.026.146)
Amortização de empréstimos	(2.678.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.831.139
Debêntures obtidas	4.700.000
Custos de transação	(117.792)
Debêntures obtidas, líquidas	4.582.208
Variação monetária	247.621
Variação cambial	463.887
Encargos financeiros provisionados	1.066.428
Amortização do custo de transação	18.752
Encargos financeiros pagos	(955.864)
Amortização de empréstimos	(2.974.871)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.279.300

e) Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2024	2023
Encargos de empréstimos e debêntures	1.066.428	1.082.722
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato (1)	(76.764)	(69.839)
Efeito líquido no resultado	989.664	1.012.883

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,13% no exercício de 2024 (11,75% no exercício de 2023).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

f) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Controladora, superior a R\$50 milhões (“cross default”).



A Cemig e suas controladas possuem contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª e 8ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Lajida ajustado (1)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (2)	Lajida/Serviço da Dívida Dívida Líquida/Lajida	Igual ou maior que 1,3 Igual ou menor que 3,0	-	Anual Anual
9ª emissão de debêntures 1ª e 2ª séries Cemig GT (3)	Dívida líquida/Lajida ajustado (1)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 em diante Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual
9ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Semestral e anual
10ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	Semestral e anual
11ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 31 de dezembro de 2024 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	Semestral e anual
9ª emissão de debêntures Gasmig	Lajida/Resultado financeiro líquido Dívida líquida/Lajida	Igual ou maior que 1,3 de 31 de dezembro de 2024 em diante Menor ou igual a 3,0 de 31 de dezembro de 2024 em diante	-	Anual

- (1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (2) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Cemig GT do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.



Fundos vinculados atrelados à emissão de debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o saldo de R\$235.206 referente a fundos vinculados (R\$30.615 em 31 de dezembro de 2023). Esse crescimento está atrelado, essencialmente, à 7ª emissão de debêntures da Cemig D.

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária da 7ª emissão de debêntures, a Cemig D deverá reter em conta vinculada, mensalmente, nos seis meses anteriores ao vencimento da parcela, o valor equivalente a 1/6 do valor projetado da parcela, em média R\$181.000.

As aplicações do depósito em garantia foram iniciadas em dezembro de 2024 e representam o valor de R\$185.106 em 31 de dezembro de 2024.

Nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024 o total de fundos vinculados está apresentado em rubrica específica no Balanço Patrimonial. A fim de manter a comparabilidade, o saldo de 31 de dezembro de 2023, que estava apresentado na rubrica de “Outros” no Balanço Patrimonial, foi destacado em linha específica.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Reserva global de reversão - RGR	28.283	28.156
Conta de desenvolvimento energético - CDE (1)	76.105	133.150
Taxa de fiscalização da Aneel	3.647	3.155
Programa de eficiência energética - PEE (2)	187.674	187.177
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	146.048	149.932
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	4.783	4.613
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico - FNDCT (a)	9.573	9.241
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	8.971	9.488
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.993	11.024
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	-	16
CDE sobre P&D	3.028	2.914
CDE sobre PEE	4.782	7.785
Outros	4.625	4.625
Total	515.837	577.601
Passivo circulante	343.944	487.241
Passivo não circulante	171.893	90.360

(1) Conforme Despacho nº 3.056 da Aneel de 9 de outubro de 2024, não são mais exigidas as quotas mensais dos encargos CDE Covid e CDE Escassez Hídrica da Cemig D, uma vez que os empréstimos Conda Covid e Escassez Hídrica foram quitados.

(2) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.



A movimentação dos saldos é conforme segue:

Consolidado				
	FNDCT	MME	P&D (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.114	4.049	125.864	138.027
Adições	63.312	31.653	40.217	135.182
Pagamentos	(62.185)	(31.089)	-	(93.274)
Investimentos	-	-	(32.059)	(32.059)
Atualização financeira	-	-	15.910	15.910
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.241	4.613	149.932	163.786
Adições	48.193	24.100	35.571	107.864
Pagamentos	(47.861)	(23.930)	-	(71.791)
Investimentos	-	-	(56.777)	(56.777)
Atualização financeira	-	-	14.551	14.551
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.573	4.783	143.277	157.633

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$2.771 em 31 de dezembro de 2024 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2023).

22. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

As contas a pagar relacionadas à energia gerada por consumidores por meio de geração distribuída têm apresentado variações significativas, devido principalmente ao crescimento dessa modalidade no Brasil.

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) foi implementado em 2012 pela Resolução Normativa nº 482 da Aneel tendo como objetivo incentivar a geração de energia renovável. O SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração ou minigeração distribuída seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local. Posteriormente, essa energia é compensada no consumo do próprio cliente.

O saldo da obrigação representa o volume de energia a ser compensada, mensurado com base na tarifa de energia vigente da distribuidora.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado no passivo circulante era de R\$1.251.298, em comparação a R\$704.653 em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento na quantidade de energia injetada, que foi de 6.108 GWh no exercício de 2024 (4.720 GWh no exercício de 2023), que é consequência do crescimento do número de instalações geradoras, que passou de 249.241 em dezembro de 2023 para 301.804 em dezembro de 2024.



23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi deferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para o Plano Prosaúde Integrado (PSI) e o Plano Odontológico (POD) para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Plano Prosaúde Integrado (PSI): plano de saúde destinado ao atendimento dos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, que presta serviços de assistência ambulatorial e hospitalar com atendimento obstétrico, em rede credenciada de abrangência nacional. As coberturas são realizadas, principalmente, pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), além de haver os programas de reembolso de despesas médicas por meio do Programa de Garantias Especiais (PGE) e do Fundo Complementar de Assistência à Saúde (FCAS).

Programa Odontológico (POD): plano odontológico oferecido pela Companhia aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.



Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19, e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2024.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017.

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$323.149, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$170.527. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$493.676 (R\$545.196 em 31 de dezembro de 2023, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:



	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Em processo
Montante total solicitado pela Forluz	R\$160.425	R\$251.644	R\$669.711
Montante considerando a paridade contributiva	R\$80.213	R\$125.822	R\$334.856
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 5,7%	IPCA + 5,51%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2024	R\$37.695	R\$41.590	R\$56.194

A Forluz encaminhou para a Companhia novos planos de equacionamentos que estão em avaliação pela Administração, referentes aos déficits atuariais de 2022 e 2023 do Plano Saldado de Benefícios Previdenciários – Plano A, sendo que o valor mínimo dos déficits acumulados para equacionamento representa o montante de R\$1.206.661, dos quais a Companhia vem realizando pagamento em consignação para os déficits de 2019, 2020 e 2021.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado nos anos de 2019, 2020 e 2021, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou com ação judicial contra a patrocinadora Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do valor integral do déficit do Plano A. Apesar da decisão favorável à Forluz, em 2022, em 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referente ao processo do equacionamento do déficit de 2019, cabe continuidade dessa discussão em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada pela avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

As prestações da dívida pactuada com a Forluz, referentes a déficits atuariais passados, foram quitadas em 30 de junho de 2024. As parcelas eram amortizadas mensalmente, calculadas pelo sistema de prestação constante (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Essa dívida foi paga independentemente de haver superávit da Fundação, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2024
Valor presente das obrigações	10.501.080	2.559.028	45.253	13.105.361
Valor justo dos ativos do plano	(8.947.474)			(8.947.474)
Passivo líquido inicial	1.553.606	2.559.028	45.253	4.157.887
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	147.619			147.619
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	1.701.225	2.559.028	45.253	4.305.506



Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2023
Valor presente das obrigações	12.215.508	3.005.748	54.306	15.275.562
Valor justo dos ativos do plano	(9.882.163)	-	-	(9.882.163)
Passivo líquido inicial	2.333.345	3.005.748	54.306	5.393.399
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	23.197	-	-	23.197
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	2.356.542	3.005.748	54.306	5.416.596

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	11.403.598	3.313.138	61.225	14.777.961
Custo do serviço corrente	274	11.066	260	11.600
Custo do serviço passado (1)	-	(55.489)	(1.473)	(56.962)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.275.608	370.053	6.811	1.652.472
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	26.086	503	26.589
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	753.752	231.870	4.351	989.973
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(124.997)	(672.500)	(13.558)	(811.055)
	628.755	(414.544)	(8.704)	205.507
Benefícios pagos	(1.092.727)	(218.476)	(3.813)	(1.315.016)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	12.215.508	3.005.748	54.306	15.275.562
Custo do serviço corrente	1.235	6.425	128	7.788
Juros sobre a obrigação atuarial	1.054.715	262.445	4.724	1.321.884
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(1.360)	(29)	(1.389)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.882.833)	(555.962)	(9.846)	(2.448.641)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	232.526	38.342	(512)	270.356
	(1.650.307)	(518.980)	(10.387)	(2.179.674)
Benefícios pagos	(1.120.071)	(196.610)	(3.518)	(1.320.199)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	10.501.080	2.559.028	45.253	13.105.361

(1) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, especial ou por Idade – MAT.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	9.197.775
Retorno real dos investimentos	1.464.379
Contribuições do empregador	312.736
Benefícios pagos	(1.092.727)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	9.882.163
Retorno real dos investimentos	(53.802)
Contribuições do empregador	239.184
Benefícios pagos	(1.120.071)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	8.947.474



Movimentação do passivo líquido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	2.317.621	3.313.138	61.226	5.691.985
Despesa reconhecida no resultado	279.644	381.119	7.071	667.834
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.474)	(56.963)
Contribuições pagas	(312.736)	(218.476)	(3.813)	(535.025)
Perdas (ganhos) atuariais	72.013	(414.544)	(8.704)	(351.235)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	2.356.542	3.005.748	54.306	5.416.596
Despesa reconhecida no resultado	213.952	268.870	4.852	487.674
Contribuições pagas	(239.184)	(196.610)	(3.517)	(439.311)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(630.086)	(518.980)	(10.387)	(1.159.453)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	1.701.224	2.559.028	45.254	4.305.506
				31/12/2024 31/12/2023
Passivo circulante				232.898 328.621
Passivo não circulante				4.072.608 5.087.975

(1) A redução do passivo deve-se, essencialmente, às variações observadas nas premissas atuariais utilizadas. Mais detalhes no decorrer dessa nota explicativa.

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	459.146	206.722	4.673	670.541
Despesa reconhecida no resultado	55.435	23.222	524	79.181
Custo do serviço passado	-	(2.075)	(74)	(2.149)
Contribuições pagas	(16.551)	(12.210)	(226)	(28.987)
Perdas (ganhos) atuariais	(8.070)	(26.309)	(565)	(34.944)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	489.960	189.350	4.332	683.642
Despesa reconhecida no resultado	44.439	16.860	389	61.688
Contribuições pagas	(11.768)	(10.057)	(200)	(22.025)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(149.788)	(32.369)	(811)	(182.968)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	372.843	163.784	3.710	540.337
				31/12/2024 31/12/2023
Passivo circulante				20.406 26.204
Passivo não circulante				519.931 657.438

(1) A redução do passivo deve-se, essencialmente, às variações observadas nas premissas atuariais utilizadas. Mais detalhes no decorrer dessa nota explicativa.

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$484.513 em 2024 (R\$591.012 em 2023), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$3.161 em 2024 (R\$19.859 em 2023).



Valores reconhecidos na demonstração de resultado

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	1.235	6.425	128	7.788
Juros sobre a obrigação atuarial	1.054.715	262.445	4.724	1.321.884
Rendimento sobre os ativos do plano	(841.998)			(841.998)
Despesa total em 2024	213.952	268.870	4.852	487.674

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	274	11.066	260	11.600
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.473)	(56.962)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.275.608	370.053	6.811	1.652.472
Rendimento sobre os ativos do plano	(1.003.765)	-	-	(1.003.765)
Despesa total em 2023	272.117	325.630	5.598	603.345

Estimativas para o exercício seguinte e análise de sensibilidade

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2025 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	915	4.300	97	5.312
Juros sobre a obrigação atuarial	1.221.569	300.609	5.312	1.527.490
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(1.012.391)	-	-	(1.012.391)
Estimativa da despesa total em 2025 conforme laudo atuarial	210.093	304.909	5.409	520.411

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2025 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	1.158.183	210.064	3.782	1.372.029

A Cemig e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2025 no montante de R\$87.374 para amortização de déficit do Plano A e de R\$92.921 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024:

Efeitos na obrigação de benefício definido - Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	256.999	44.733	788	302.520
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(236.761)	(45.891)	(808)	(283.460)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	825.833	238.268	4.218	1.068.319
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(719.210)	(218.662)	(3.868)	(941.740)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.



Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,68	10,71	10,60	10,60

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2024	2023
Ações e títulos de renda variável	1.076.012	1.339.210
Títulos de renda fixa	6.560.323	7.474.687
Imóveis	479.294	439.779
Outros	831.845	628.487
Total	<u>8.947.474</u>	<u>9.882.163</u>

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

	2024	2023	2022
Debêntures não conversíveis emitidas pela Cemig e suas controladas	53.273	95.536	136.672
Ações emitidas pela Companhia	225.800	3.776	3.437
Imóveis da Fundação ocupados pela Cemig e suas controladas	2.982	275.000	270.000
Total	<u>282.055</u>	<u>374.312</u>	<u>410.109</u>

Principais premissas atuariais

	2024		2023	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial (1)	12,30%	12,23%	9,03%	9,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,30%	Não aplicável	9,03%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,50%	3,50%	3,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	4,50%	Não aplicável	3,50%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	S10% D20% sexo	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1%	-	1%

(1) Taxas de desconto nominais baseadas na projeção NTN-b com vencimento próximo ao vencimento da obrigação (duration).

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.



Estimativas e julgamentos

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.



24. PROVISÕES

A Cemig e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Trabalhistas	Consolidado					
		Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	414.809	41.208	36.296	1.474.690	47.493	14.525	2.029.021
Adições	146.659	65.794	24.151	147.190	8.552	18.198	410.544
Reversões	(26.445)	(10.449)	(1.395)	(2.338)	(387)	(9.506)	(50.520)
Liquidações	(103.104)	(51.806)	(19.150)	(1.167)	(3.775)	(10.130)	(189.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	431.919	44.747	39.902	1.618.375	51.883	13.087	2.199.913
Adições	194.356	178.292	42.678	45.404	5.649	41.685	508.064
Reversões	(17.025)	(23)	(477)	(575.960)	(730)	(4.126)	(598.341)
Liquidações	(141.863)	(72.479)	(20.419)	(4.594)	(1.453)	(15.785)	(256.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	467.387	150.537	61.684	1.083.225	55.349	34.861	1.853.043

	Trabalhistas	Controladora					
		Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	40.743	4.527	3.609	221.494	8.462	306	279.141
Adições	16.020	628	1.170	22.051	1.906	611	42.386
Reversões	(12.182)	(1.855)	(1.395)	(182)	(73)	(105)	(15.792)
Liquidações	(16.020)	(629)	(1.170)	(278)	(78)	(608)	(18.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.561	2.671	2.214	243.085	10.217	204	286.952
Adições	45.937	5.983	536	16.709	3.590	3.179	75.934
Reversões	(3.047)	(10)	(71)	-	(278)	(29)	(3.435)
Liquidações	(21.031)	(959)	(537)	(2.800)	(3)	(213)	(25.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.420	7.685	2.142	256.994	13.526	3.141	333.908

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, conforme segue:

	Perda Possível					
			Consolidado		Controladora	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas			1.041.962	1.363.150	182.297	156.373
Cíveis						
Relações de consumo			743.167	345.977	13.784	7.874
Outras ações cíveis			636.552	613.360	48.863	42.344
			1.379.719	959.337	62.647	50.218
Tributárias			3.329.441	2.473.747	659.133	598.753
Regulatórias			3.594.831	3.145.037	1.664.526	1.573.473
Outras			2.113.815	1.839.500	381.549	16.338
Total			11.459.768	9.780.771	2.950.152	2.395.155



A Administração da Cemig e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados sejam pagos em períodos superiores a 12 meses.

A Cemig e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Tributárias

A Cemig e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de R\$469.337 (R\$367.613 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$5.761 (R\$23.643 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Cemig e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$190.346 (R\$186.319 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$3.093 foram provisionados (R\$2.222 em 31 de dezembro de 2023), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.



Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em maio de 2024, foi publicada a decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, em que a 4ª Vara da Justiça Federal julgou procedente, com resolução de mérito, os embargos à execução fiscal de um dos processos judiciais referentes às contribuições previdenciárias sobre a PLR. Essa decisão determinou o cancelamento da cobrança e a extinguiu a execução fiscal. Devido à materialidade do valor envolvido nesse caso, a Companhia considerou esse evento um direcionador para reavaliar a probabilidade de perda de provável para possível para os processos judiciais que tinham obtido decisões favoráveis em 1ª instância, levando a uma reversão de R\$584.350, no segundo trimestre de 2024. Os demais processos relacionados à contribuição previdenciária sobre a PLR mantiveram o prognóstico de perda provável e, com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das contingências é de R\$1.888.854 (R\$1.802.548 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$926.413 (R\$1.448.875 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

A Cemig e suas controladas são partes de autuações fiscais, lavradas pelo Município de Belo Horizonte, para a cobrança de ITBI na transferência de imóveis da Controladora para as subsidiárias integrais, no momento da desverticalização. Apesar do aporte de imóveis para integralização de capital ser imune ao imposto, o ITBI está sendo exigido sobre a diferença entre o valor contábil e o valor venal dos imóveis, com fundamento na decisão do STF, no RE nº 796.376 (Tema 796 da Repercussão Geral). O valor da contingência é de R\$50.950, em 31 de dezembro de 2024, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.



Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuêniros futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Cemig e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuêniros, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuêniros, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial.

A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuêniros, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de R\$331.938 (R\$319.341 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$147.958 (R\$142.338 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Cemig e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$229.208 (R\$147.818 em 31 de dezembro de 2023, dos quais R\$1.297 estava provisionado), em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Cemig e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de R\$158.979 (R\$147.597 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária**

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, como responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de R\$288.601 (R\$273.786 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Cemig e suas controladas entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); iii) multas por infrações de naturezas diversas; iv) amortização de ágio; e v) despesas com inovação tecnológica. O montante desta contingência é de R\$508.309 (R\$587.338 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros. Em julho de 2021, a Gasmig impetrou ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2024, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$260.790 (R\$222.713 em 31 de dezembro de 2023).



Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, solicitando o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020. Esses juros foram calculados com base em períodos anteriores aos pagamentos efetivos, especificadamente no 1º e 2º trimestres de 2020. Além disso, a Companhia busca como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante não recolhido, devido à dedução dessa despesa financeira, incluindo a aplicação de multas.

Adicionalmente, foi constituído um depósito judicial no montante de R\$87.980 (R\$81.894 em 31 de dezembro de 2023). O montante das contingências é de R\$79.985 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfa e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$216.159 (R\$199.762 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Cemig e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de R\$1.509.349 (R\$1.795.067 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$467.387 foram provisionados (R\$431.918 em 31 de dezembro de 2023), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Cíveis

Relações de consumo

A Cemig e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$492.319 (R\$287.497 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$93.758 (R\$44.747 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações com grandes consumidores – Compra e venda de energia elétrica

Em junho de 2024, houve a reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável, de ação judicial ordinária contra a Cemig GT, a qual requer a declaração de nulidade da cláusula de multa por resilição contratual de compra e venda de energia elétrica no mercado livre, bem como a restituição dos valores pagos pela parte autora. Adicionalmente, foi julgado parcialmente procedente o pedido de reduzir o valor da multa rescisória e de afastar a incidência de “spread” no cálculo da dívida. O montante da obrigação, recalculado após a decisão, é de R\$56.779, em 31 de dezembro de 2024.

Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica

Foi ajuizada Ação Civil Pública, proposta em conjunto pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal contra a Companhia e a Aneel, requerendo, ao município de Uberlândia, a adequação do serviço de atendimento ao consumidor de energia elétrica aos padrões estabelecidos pelo sistema jurídico, a evitabilidade de apagões e oscilações no fornecimento de energia elétrica, a fiscalização presenciais na transmissão e distribuição de energia elétrica e a indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$344.606 (R\$103.227 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Outras ações cíveis

A Cemig e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$698.236 (R\$653.262 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$61.684 (R\$39.902 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Regulatórias

A Cemig e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; e (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$636.619 (R\$589.318 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$28.608 (R\$25.601 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Majoração tarifária – Plano Cruzado

A Cemig e suas controladas são réis de ações que questionam a respeito do aumento tarifário autorizado pelas Portarias DNAEE 38/86 e 45/86, ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. Por conseguinte, os autores requerem a restituição dos valores pagos a maior no período em questão, uma vez que a ilegalidade do aumento das tarifas foi pacificada pelo STJ, no tema Repetitivo 319. Atualmente, a maioria dos processos dessa discussão encontram-se em fase de apuração dos valores a serem restituídos. Tendo em vista disso, o montante da contingência é estimado em R\$66.924 (R\$65.553 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$26.741 (R\$26.282 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.671.718 (R\$1.581.585 em 31 de dezembro de 2023), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.



Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor de R\$680.844 (R\$594.151 em 31 de dezembro de 2023). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$274.693 (R\$234.466 em 31 de dezembro de 2023). A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.



Penalidade administrativa

A Companhia e sua controlada ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R\$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R\$156.164 (R\$131.846 em 31 de dezembro de 2023) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Procedimento Arbitral

A Companhia é ré de procedimento arbitral relacionado à discussão sobre contrato de compra e venda de energia elétrica no ambiente livre de comercialização. Entre os pontos discutidos destacam-se a forma de faturamento, as faturas em atraso e se o contrato continua vigente. Para esse último ponto, caso não esteja vigente, haverá apuração de quem causou a sua resolução. A contingência surgiu em outubro de 2024 pelo valor de R\$156.985 e em 31 de dezembro de 2024, o valor é de R\$163.218, sendo a probabilidade de perda classificada como possível, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos.

Ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. Em agosto de 2024, houve a alienação da participação societária da Cemig GT na Aliança Energia para a Vale S.A. na modalidade de negociação de "Porteira Fechada", exonerando a Cemig GT de qualquer eventual indenização relativa à Aliança. O valor do passivo contingente em discussão estava estimado em R\$158.769 (R\$148.656 em 31 de dezembro de 2023).

Outros processos no curso normal dos negócios

A Cemig e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$792.117 (R\$511.371 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$22.370 foram provisionados (R\$12.934 em 31 de dezembro de 2023), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

**Contas a receber junto ao Estado de Minas Gerais - AFAC**

A Cemig Holding possui saldo a receber reconhecido no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2024, de R\$13.366 (R\$13.366 em 31 de dezembro de 2023), referente ao contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizado em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD).

A Cemig Holding fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC).

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível. O valor estimado para a contingência, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$277.723.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$344.060 (R\$515.381 em 31 de dezembro de 2023), sendo essa a estimativa possível de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$200.153 (R\$245.929 em 31 de dezembro de 2023). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. Em setembro de 2024, houve a extinção do processo judicial, homologado por sentença, após transação entre as partes envolvidas. O montante do passivo contingente em discussão era estimado em R\$146.485 (R\$127.048 em 31 de dezembro de 2023).



Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Cemig e suas controladas são partes em diversos processos judiciais, como rés, referentes a pedidos de cadastramento socioeconômico remoção, reassentamento e, eventualmente, indenização de reocupação das áreas degradadas pelas ocupações, especialmente nos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. A Companhia entende que compete aos municípios a ordenação do espaço urbano, a elaboração de políticas de habitação e, consequentemente, a eventual obrigação de levantamento das famílias residentes sob linhas da Companhia e o reassentamento dessa população. Os valores de contingência para esses processos têm por base os pedidos formulados pelo Ministério Público. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$223.191 em 31 de dezembro de 2024 (R\$129.856 em 31 de dezembro de 2023), dos quais 12.491 foram provisionados, em 31 de dezembro de 2024.

Volta do Rio

A Cemig GT e sua controlada Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da Central Eólica Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Volta do Rio apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R\$311.432 (R\$174.347 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.



Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: i) mudança na norma jurídica, ii) novas evidências ou fatos, iii) mudança nos precedentes jurídicos, iv) auditoria contábil, v) decisão judicial, vi) instrução processual, vii) mudança de composição de turma julgadora e viii) alteração do patrono da causa.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$14.308.909 (R\$11.006.853 em 31 de dezembro de 2023), representado por 956.601.911 ações ordinárias e 1.905.179.984 preferenciais (735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais em 31 de dezembro de 2023), subscritas e integralizadas, ambas com valor nominal de R\$5,00.

	Quantidade de ações em 31/12/2024					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	487.540.664	50,97	22.210	-	487.562.874	17,04
FIA Dinâmica Energia S/A	310.667.579	32,48	147.792.680	7,76	458.460.259	16,02
BNDES Participações	106.610.119	11,14	-	-	106.610.119	3,73
PZENA	-	-	95.239.166	5,00	95.239.166	3,33
BlackRock	-	-	282.815.226	14,84	282.815.226	9,88
Outros						
No País	39.409.416	4,12	106.878.372	5,61	146.287.788	5,11
No Exterior	12.374.133	1,29	1.272.432.330	66,79	1.284.806.463	44,89
Total	956.601.911	100,00	1.905.179.984	100,00	2.861.781.895	100,00



	Quantidade de ações em 31/12/2023					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
FIA Dinâmica Energia S/A	233.004.992	31,66	116.951.354	7,98	349.956.346	15,90
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
PZENA	-	-	73.283.989	5,00	73.283.989	3,33
BlackRock	-	-	217.550.174	14,84	217.550.174	9,88
Outros						
No País	29.160.676	3,97	101.717.633	6,95	130.878.309	5,94
No Exterior	16.642.870	2,26	956.002.829	65,23	972.645.699	44,18
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Aumento de Capital Social

Considerando que, em 31 de dezembro de 2023, o capital social era R\$11.006.853 e o saldo das reservas de lucros, excluindo as reservas de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar, alcançou o montante de R\$11.993.265, excedendo o capital social em R\$986.412, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) aprovou, em 29 de abril de 2024, a proposta de aumento do capital social, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1.976 (Lei 6.404/76).

Foi proposto e aprovado um aumento de capital social através da capitalização do saldo de R\$1.856.628 da reserva de capital e R\$1.445.428 da reserva de retenção de lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão total de 660.411.207 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 220.754.287 ações ordinárias e 439.656.920 ações preferenciais. O capital social passou de R\$11.006.853 para R\$14.308.909.

b) Resultado por ação

Em razão do aumento de capital em 29 de abril de 2024, com a emissão de novas ações, realizado pela capitalização de reservas, o resultado básico e diluído por ação está apresentado, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	31/12/2024	31/12/2023 (reapresentado)
Ações ordinárias já capitalizadas	956.601.911	956.601.911
Ações em tesouraria	(132)	(132)
Total ações ordinárias em circulação	956.601.779	956.601.779
Ações preferenciais já capitalizadas	1.905.179.984	1.905.179.984
Ações em tesouraria	(1.099.880)	(1.099.880)
Total ações preferenciais em circulação	1.904.080.104	1.904.080.104
Total	2.860.681.883	2.860.681.883



Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	2024	2023 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	7.117.146	5.764.273
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	2.484.972	2.079.718
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	2.252.201	1.756.982
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	4.737.173	3.836.700
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	1.248.459	1.044.859
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	1.131.514	882.714
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	2.379.973	1.927.573
Lucro básico e diluído por ação (A/número de ações)	2,49	2,01
Lucro básico e diluído por ação (B/número de ações)	2,49	2,01

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação nos exercícios de 2024 e 2023 foram de R\$2,49 e R\$2,01 (reapresentado), respectivamente, calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia.

c) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.



d) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria Executiva, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Do lucro líquido do exercício, 50% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Cálculo dos dividendos mínimos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:



	Controladora	
	2024	2023
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	9.525.900	7.327.615
	9.525.900	7.327.615
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	952.590	732.762
Valor do patrimônio líquido	27.377.786	24.649.235
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	18.222.654	16.406.531
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	546.680	492.196
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	952.590	732.762
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício	7.117.146	5.764.273
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	3.558.573	2.882.137
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	174.858	242.440
	3.733.431	3.124.577
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	1.848.780	2.591.459
Dividendos ordinários	1.884.651	533.118
	3.733.431	3.124.577
Total dos dividendos para ações preferenciais	2.484.972	2.079.718
Total dos dividendos para ações ordinárias	1.248.459	1.044.859
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,31	1,42
Dividendos propostos - ON	1,31	1,42
Dividendos propostos – PN	1,31	1,42

Dividendos obrigatórios não distribuídos

Em 13 de agosto de 2024, a Companhia declarou dividendos, no montante de R\$1.419.847, utilizando a Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de registro de ações nominativas na data de 23 de agosto de 2024. O pagamento ocorreu em 30 de agosto de 2024.

Por se tratar de dividendos de anos anteriores que constavam em reserva especial, tal montante não será imputado ao dividendo obrigatório do exercício de 2024.



A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.862.798	1.860.681
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	3.124.577	3.124.577
Dividendos propostos – Participação de não controladores	2.514	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(242.440)	(242.440)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.823.019)	(1.820.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.924.430	2.922.593
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	3.733.431	3.733.431
Dividendos obrigatórios não distribuídos	1.419.847	1.419.847
Dividendos propostos – Participação de não controladores	2.806	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(174.858)	(174.858)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.294.458)	(4.292.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.611.198	3.608.821

e) Juros sobre o capital próprio (JCP)

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir:

Data de deliberação	Acionistas que fazem jus (1)	Montante	Retenção de imposto de renda
21/03/2024	26/03/2024	386.337	(36.206)
18/06/2024	21/06/2024	429.709	(40.695)
17/09/2024	23/09/2024	472.591	(44.467)
17/12/2024	26/12/2024	560.143	(53.490)
		1.848.780	(174.858)

(1) Fazem jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas nas datas informadas.

O valor de imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo, nos termos da legislação em vigor.



f) Destinação do resultado de 2024 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2024, no montante de R\$7.117.146, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$16.472, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$834.603, seja dada a seguinte destinação:

- R\$350.151 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$3.733.431 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Cemig, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025, conforme segue:
 - R\$1.848.780 declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2024;
 - R\$1.884.651 declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
- R\$2.935.900 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2025, conforme orçamento de capital;
- R\$114.136 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2023 e a nova constituição de reserva em 2024 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2025.



g) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(53.590)	(236.558)
Controladas e controladas em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.252.240)	(1.834.512)
Custo atribuído de imobilizado	404.797	421.270
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	807	1.363
	(846.274)	(1.411.517)
Ajustes de avaliação patrimonial	(899.864)	(1.648.075)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

h) Reservas

Reservas de capital

	31/12/2024	31/12/2023
Doações e subvenções para investimentos	-	1.856.628
Ágio na emissão de ações	394.448	394.448
Correção monetária do capital	7	7
Ações em tesouraria	(1.362)	(1.362)
Total	393.093	2.249.721

(1) Essa reserva foi utilizada para aumento de capital por meio de bonificação de ações, conforme descrito nessa nota explicativa.

As ações em tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR (“Fundo de Investimentos do Nordeste”), de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da Sudene (“Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”), em função de incentivo fiscal.



Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	2.024.818	1.674.667
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	10.332.008	8.841.537
Reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Reserva de incentivos fiscais	327.004	212.868
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos	-	1.419.846
Total	13.575.648	13.040.736

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das S.A. permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Em 2024, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$5.247.838, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$952.590, conforme descrito em mais detalhes na letra "d" desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.



A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2023 e a nova constituição de reserva em 2024 de mesmo valor.

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão crescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de incentivos fiscais

As controladas Cemig D e Cemig GT e Central Eólica Volta do Rio possuem o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$114.136 (R\$62.594 em 31 de dezembro de 2023), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

26. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	34.341.226	31.671.465	4.677.050	4.046.805
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	5.133.598	4.417.051	-	-
CVA e outros componentes financeiros (1)	423.293	(213.038)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (nota 19)	512.852	1.908.658	-	-
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	383.483	373.087	-	-
Receita de construção e melhoria	425.257	241.482	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 13)	432.727	523.772	-	-
Receita de indenização da geração (nota 12.2)	86.480	92.595	-	-
Receita de construção de distribuição	4.712.104	3.899.245	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	104.417	149.238	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (nota 12.3)	447.097	411.722	-	-
Liquidação na CCEE	91.866	145.509	53.824	74.385
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	-	(3.766)	-	-
Fornecimento de gás	3.918.525	4.139.415	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(157.485)	(138.925)	-	-
Outras receitas (c)	2.905.328	2.315.759	59.708	60.186
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(13.941.148)	(13.083.500)	(664.944)	(579.296)
Receita líquida	39.819.620	36.849.769	4.125.638	3.602.080

(1) Esta receita decorre do total de adições e amortizações apresentados na nota explicativa nº 12.4.



a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh (2)		R\$		MWh (2)		R\$	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Residencial (1)	14.430.293	13.310.966	12.970.964	10.794.345	-	-	-	-
Industrial	17.820.062	18.342.704	5.376.852	5.902.939	8.166.506	6.591.360	1.884.212	1.667.860
Comércio, serviços e outros	11.801.947	11.443.303	6.613.450	6.314.237	1.845.504	1.223.279	376.250	303.514
Rural	3.577.553	3.506.555	2.527.684	2.237.921	98.803	40.333	18.986	8.495
Poder público	1.031.480	973.160	937.112	785.797	-	-	-	-
Iluminação pública	972.599	1.056.275	545.576	497.637	-	-	-	-
Serviço público	919.849	1.055.300	727.758	743.793	-	-	-	-
Subtotal	50.553.783	49.688.263	29.699.396	27.276.669	10.110.813	7.854.972	2.279.448	1.979.869
Consumo próprio	30.339	29.703	91.584	166.418	-	-	24.411	83.683
Fornecimento não faturado líquido	-	-	50.584.122	49.717.966	29.790.980	27.443.087	10.110.813	7.854.972
Suprimento a outras concessionárias (3)	17.191.591	17.328.482	4.500.121	4.183.077	9.005.978	7.332.660	2.338.588	1.985.548
Suprimento não faturado líquido	-	-	50.125	45.301	-	-	34.603	(2.295)
Total	67.775.713	67.046.448	34.341.226	31.671.465	19.116.791	15.187.633	4.677.050	4.046.805

- (1) O aumento no fornecimento de energia para clientes residenciais justifica-se, principalmente, por: i) aumento na quantidade de consumidores; ii) aumento no consumo médio mensal por consumidor; iii) temperaturas mais elevadas, e iv) melhora no cenário econômico.
- (2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.
- (3) Inclui Contratos de Cessão de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCLEAR) por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, vendas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e receitas de Gestão de Ativos de Geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

Consolidado	2024			2023		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção (1)	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção (1)	Total
Receita de concessão da transmissão (2)	425.257	383.483	808.740	241.482	373.087	614.569
Custos de concessão da transmissão	(290.357)	(297.816)	(588.173)	(172.468)	(292.436)	(464.904)
Margem	134.900	85.667	220.567	69.014	80.651	149.665
Mark-up (%)	46,46%	28,77%	37,50%	40,02%	27,58%	32,19%

- (1) A receita de operação e manutenção da transmissão, decorrente de operações *intercompany*, é eliminada da receita consolidada.
(2) Essa abertura não está incluindo a remuneração financeira do ativo de contrato que também faz parte da receita de concessão da transmissão.

c) Outras receitas

	Consolidado	
	2024	2023
Serviço taxado	17.548	20.958
Prestações de serviços	97.596	84.756
Subvenções - Baixa renda	463.374	401.337
Subsídio SCEE (1)	(14.184)	128.651
Subsídio Eletrobras	104.264	50.947
Subsídio de bandeiras tarifárias (2)	153.359	77.979
Subvenção da CDE para custear descontos tarifários	1.334.483	983.770
Subvenções vinculados ao EUST	70.756	47.338
Aluguel e arrendamento	561.779	411.541
Indenizações contratuais	-	6.152
Outras	116.353	102.330
Total	2.905.328	2.315.759

- (1) A variação decorre do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D.
(2) O aumento é devido à situação hidrológica favorável no país. No ano de 2023, prevaleceu-se a bandeira verde, porém, a partir de julho de 2024, as bandeiras amarela e vermelha foram acionadas, o que elevou as tarifas nesse período.



Subsídios tarifários

Os seguintes subsídios tarifários são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE:

- Subsídio de bandeiras tarifárias, que são os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público;
- Subvenções de baixa renda;
- Subsídio relativo ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica), liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída;
- Subsídio Eletrobrás, referente aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica; e
- Subvenções vinculadas ao EUST (Encargo de Uso da Rede de Transmissão).

No exercício de 2024, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$1.958.693 (R\$1.612.043 no exercício de 2023).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$208.358 (R\$196.174 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos no ativo circulante em “Outros ativos”, sendo R\$197.070 da Cemig D e R\$11.288 da Cemig GT.

d) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Tributos sobre a receita				
ICMS	5.743.327	5.043.099	244.916	222.508
Cofins	3.193.077	3.032.232	345.104	293.142
PIS/Pasep	693.213	658.292	74.924	63.646
Outros	6.441	6.384	-	-
	9.636.058	8.740.007	664.944	579.296
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	8.397	12.275	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	82.773	73.520	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	3.873.026	3.948.748	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	41.347	37.455	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	59.061	53.454	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	29.535	26.727	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	57.966	62.874	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	41.268	36.660	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	67.858	52.563	-	-
CDE sobre P&D	17.720	16.000	-	-
CDE sobre PEE	26.139	23.217	-	-
	4.305.090	4.343.493	-	-
Total	13.941.148	13.083.500	664.944	579.296



Política contábil

Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico e de gás, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Seguem abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companhia reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do período.

Fornecimento de gás

As receitas de venda de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado, mensurado de acordo com as tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de distribuição de gás são calculadas com base nos volumes contratados e volumes efetivamente distribuídos, nos termos contratuais e regulação.

Receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente.



Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 13.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos. Essa taxa não sofre alterações posteriores, exceto por um processo de RTP que gere modificação na estrutura dos investimentos ou alteração na taxa de remuneração do capital. A média simples das taxas implícitas é de 7,89% a.a., sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de caixa. A remuneração financeira é composta pela taxa implícita acrescida do índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.



Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, distinguindo-se de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Subsídios governamentais

A controlada Cemig D recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD.

As controladas Cemig GT, Centroeste e Sete Lagoas recebem valores da CDE a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas relativos a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST.

Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Outros ativos” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento e distribuição de energia elétrica e gás

A Companhia reconhece as receitas correspondente ao fornecimento de energia e de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado e no volume de gás consumido e não faturado no período.

As receitas do serviço de distribuição de gás são reconhecidas mensalmente, mesmo não ocorrendo utilização do sistema, a saber:

- Utilização da capacidade contratada em valores a partir de 85%: a receita reconhecida será correspondente à utilização;
- Utilização da capacidade contratada em valores inferiores a 85%: a receita fica estabelecida no máximo de 85% do valor relativo à plena utilização.



No caso do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

Transmissão

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada orginalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço. Isso é feito a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação desses serviços e o valor da contraprestação que a entidade espera receber em troca dos serviços prometidos ao cliente. Esse cálculo é aplicado nos casos em que a Companhia tem direito exclusivo, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.



27. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A composição dos custos e despesas da Cemig e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.204.221	1.207.091	-	-
Contratos por cotas de garantia física	864.006	917.807	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	373.652	363.571	-	-
Energia de curto prazo (1)	1.154.485	477.974	82.731	(1.849)
Proinfa	467.607	510.606	-	-
Contratos bilaterais	498.866	510.114	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	4.564.085	3.940.493	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (2)	5.654.763	5.612.245	3.693.186	2.958.186
Geração distribuída (3)	3.238.739	2.331.020	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.326.551)	(1.222.831)	(349.272)	(273.462)
	16.693.873	14.648.090	3.426.645	2.682.875
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	3.466.434	3.219.977	63	-
Encargos de distribuição	59.263	54.192	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(368.749)	(337.379)	(6)	-
	3.156.948	2.936.790	57	-
Gás comprado para revenda (4)	2.126.709	2.237.013	-	-
Total	21.977.530	19.821.893	3.426.702	2.682.875

- (1) A variação decorre do aumento no custo com risco hidrológico devido à baixa hidrologia, além de uma redução de 21% na sobra de energia liquidada, em comparação ao mesmo período de 2023, refletindo no aumento no custo com energia de curto prazo.
- (2) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia.
- (3) O crescimento de 38,95% decorre, principalmente, do aumento na quantidade de instalações geradoras (301.804 em 2024 em comparação a 249.701 em 2023) e da quantidade de energia injetada (6.116 GWh em 2024 em comparação a 4.720 GWh em 2023).
- (4) O preço da molécula de gás adquirida pela Gasmig é corrigido pela variação do petróleo do tipo Brent e pela variação da taxa de câmbio.

b) Custos de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	2024	2023
Pessoal e administradores	172.215	155.429
Materiais	2.324.982	2.007.334
Serviços de terceiros	1.933.716	1.458.445
Aquisição de servidão	131.455	72.006
Outros	440.093	378.498
Total	5.002.461	4.071.712

Em linha com o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), houve aumento no número de obras realizadas pela Cemig D, principalmente em redes de distribuição, o que, consequentemente, elevou o total de custos de construção, em relação ao período comparativo.



c) Outros custos e despesas

	Consolidado								2024	2023		
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (reversões)					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023				
Pessoal	1.053.117	1.000.321	-	-	346.310	307.579	-	-	1.399.427	1.307.900		
Participação dos empregados e administradores no resultado	131.223	-	-	-	41.063	-	-	157.121	172.286	157.121		
Obrigações pós-emprego (nota 23)	15.439	-	-	-	5.164	-	463.910	591.012	484.513	591.012		
Materiais	117.519	100.158	-	-	16.651	39.655	-	-	134.170	139.813		
Serviços de terceiros (C.1)	1.866.407	1.652.437	-	-	275.723	249.727	-	-	2.142.130	1.902.164		
Depreciação e amortização	1.352.159	1.247.234	-	-	23.869	26.840	-	-	1.376.028	1.274.074		
Provisões (Reversões) (1)	(162.776)	333.428	-	-	-	-	135.456	100.523	(27.320)	433.951		
Perda por redução ao valor recuperável (2)	-	-	-	-	-	-	45.974	-	45.974	-		
Perdas de créditos esperadas (nota 8)	-	-	174.801	174.663	-	-	-	-	174.801	174.663		
Provisão de perda esperada com parte relacionada	-	-	-	-	-	-	-	1.250	-	1.250		
Reversão de provisão com parte relacionada (3)	-	-	-	-	-	-	(57.835)	-	(57.835)	-		
Outros custos e despesas (C.2)	310.665	238.746	-	-	111.135	83.614	114.105	181.656	535.905	504.016		
Total	4.683.753	4.572.324	174.801	174.663	819.915	707.415	701.610	1.031.562	6.380.079	6.485.964		

- (1) Essa variação decorre, basicamente, de reversão de contingência tributária oriunda de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Mais detalhes na nota explicativa nº 24.
- (2) Esse valor é composto por:
- i. R\$40.745 referente ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável da mais-valia da Aliança Norte. Mais detalhes na nota explicativa nº 14. Essa perda está apresentada na nota explicativa de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
 - ii. R\$5.229 referente a débitos em aberto com cliente por discordância de valores. Foi instaurado procedimento arbitral pelo cliente.
- (3) Refere-se a obrigações contratuais perante a até então investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024.



	Controladora								2024	2023		
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas)					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023				
Pessoal	24.504	12.932	-	-	437	19.986	-	-	24.941	32.918		
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	17.014	-	-	17.996	17.014	17.996		
Obrigações pós-emprego	550	-	-	-	259	-	60.723	76.055	61.532	76.055		
Materiais	-	-	-	-	129	89	-	-	129	89		
Serviços de terceiros (C.1)	-	-	-	-	23.553	13.515	-	-	23.553	13.515		
Depreciação e amortização	-	-	-	-	216	543	-	-	216	543		
Provisões	-	-	-	-	-	-	81.248	26.595	81.248	26.595		
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	182	-	182	-		
Perdas de créditos esperadas (nota 8)	-	-	14.349	13.455	-	-	-	-	14.349	13.455		
Outros custos e despesas (C.2)	-	-	-	-	-	-	1.040	35.180	(6.412)	35.180	(5.372)	
Total	25.054	12.932	14.349	13.455	41.608	35.173	177.333	114.234	258.344	175.794		



C.1) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	158.621	161.032	-	-
Comunicação	181.982	168.610	239	165
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	799.319	708.394	77	22
Conservação e limpeza de prédios	89.787	85.170	371	338
Vigilância	21.737	20.054	-	-
Consultoria	19.477	21.459	8.712	3.605
Tecnologia da informação	184.725	174.013	2.341	1.862
Corte e religação	72.379	87.008	-	-
Serviços advocatícios	37.669	31.784	2.854	2.352
Poda de árvores	85.777	57.728	-	-
Limpeza de faixa	154.299	117.205	-	-
Reprografia e publicações legais	18.063	16.855	150	-
Inspeção de unidades consumidoras	47.539	44.549	-	-
Mão de obra contratada	48.538	37.862	851	14
Outras despesas	222.218	170.441	7.958	5.157
Total	2.142.130	1.902.164	23.553	13.515

C.2) Outros custos e despesas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Propaganda e publicidade	28.876	13.804	8.323	1.209
Consumo próprio de energia elétrica	28.146	22.613	-	-
Subvenções e doações	48.638	29.104	914	-
Seguros	10.229	22.380	724	2.969
Anuidade CCEE	8.659	7.311	2.268	1.206
Forluz – Custeio administrativo	40.289	39.614	1.922	1.945
Agentes arrecadadores	59.879	72.169	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	212.504	209.576	-	-
Impostos e taxas	25.359	10.127	12.446	305
Outros	73.326	77.318	8.583	(13.007)
Total	535.905	504.016	35.180	(5.373)

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em maio de 2024, a Companhia aprovou o PDVP 2024, sendo o período de adesão dos empregados de 27 de maio a 21 de junho de 2024, sendo depois reaberto no período de 26 de junho a 28 de junho de 2024, com adesão de 357 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional, a título de indenização.

Os gastos com o programa totalizaram R\$78.148 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.



d) Outras receitas

	Consolidado	
	2024	2023
Ganho na alienação de imobilizados (nota 31a)	42.989	-
Ganho na alienação de investimentos		
Aliança Geração (nota 31b)	1.616.911	
Baguari Energia	-	261.344
Retiro Baixo	-	26.964
MESA	-	30.487
Ganho por compra vantajosa (1)	14.136	-
Ajuste a valor justo da participação anterior (2)	-	8.638
Revisão Tarifária Periódica, líquida (3)	1.520.632	-
Total	3.194.668	327.433

- (1) Esse valor é composto pelas compras vantajosas advindas das aquisições realizadas pela Cemig SIM no exercício de 2024, sendo R\$9.995 referente à aquisição da UFV Jequitibá II e R\$4.141 referente à aquisição da Jequitibá I. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
- (2) Refere-se ao ganho por ajuste a valor justo da participação anterior reconhecido no processo de aquisição dos 51% restantes de UFV Campo Lindo 1, UFV Campo Lindo 2 e UFV Olaria 1, pela Cemig SIM, no exercício de 2023.
- (3) Esse valor está líquido de PIS/Pasep e Cofins, sendo que o total adicionado ao Ativo de Contrato foi de R\$1.675.627. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	435.614	452.222	62.312	45.903
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	299.428	285.853	4.902	5.757
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	6.722	-	-
Variações cambiais - Empréstimos	-	276.687	-	-
Variação monetária	86.741	162.566	26.003	3.410
Variação monetária – CVA	16.245	76.069	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros - Swap	146.577	-	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	68.780	81.702	10.940	17.892
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(204.826)	(196.910)	(157.471)	(141.374)
Rendas de antecipação de pagamento	5.080	4.486	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	10.925	15.194
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	391.646	-	18.984	31.432
Atualização crédito IRPJ sobre PAT (nota 9)	59.001	-	9.393	-
Outras receitas financeiras	125.710	122.682	4.571	2.992
	1.429.996	1.272.079	(9.441)	(18.794)
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 20)	(989.664)	(1.012.883)	-	-
Amortização do custo de transação	(18.752)	(13.908)	-	-
Variações cambiais - Empréstimos	(463.887)	-	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(37.473)	-	-	-
Variação monetária – Empréstimos e debêntures	(247.621)	(148.404)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(3.161)	(19.859)	(156)	(977)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	-	(177.326)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (2)	-	(41.096)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(26.981)	(35.370)	(193)	(278)
Despesas financeiras P&D e PEE	(29.650)	(37.700)	-	-
Atualização estimada de créditos de GD, líquida (3)	(37.971)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(95.628)	(164.499)	(2.210)	(1.879)
	(1.950.788)	(1.651.045)	(2.559)	(3.134)
RESULTADO FINANCIERO LÍQUIDO	(520.792)	(378.966)	(12.000)	(21.928)

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nos períodos comparativos. Com o ajuste do passivo, em maio de 2024, de R\$410.626, a Companhia passou a ter uma receita financeira líquida. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 19.
- (3) Atualização estimada dos créditos de geração distribuída a serem compensados pelos consumidores, pelo efeito do reajuste tarifário, líquida da parcela correspondente à receita financeira da neutralidade estimada sobre os créditos de geração distribuída, no montante de R\$39.049 (nota 12.3).



Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, produtos e serviços, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota explicativa de investimentos (nº 14), já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Aliança Geração (1)	-	3.446	-	21.897	32.690	49.347	(137.847)	(233.605)
Norte Energia	-	-	32.901	30.975	-	96	(289.835)	(278.213)
Paracambi	-	-	3.065	2.211	-	-	(30.828)	(29.584)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	4.440	3.286	-	1.781	(45.730)	(46.856)
Taesa	-	-	-	-	-	-	(995)	-

(1) Essa empresa foi parte relacionada da Companhia até o dia 13 de agosto de 2024, data em que foi concluído o processo de sua alienação para a Vale S.A. Mais detalhes na nota explicativa nº 31.

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de conexão								
Taesa	-	-	107	104	-	-	(5.021)	(6.215)
Encargos de transmissão								
Aliança Geração	-	-	-	-	1.217	711	-	-
Norte Energia	8.726	2.668	-	-	33.292	29.771	-	-
Taesa	-	-	11.063	12.361	-	-	(145.763)	(138.232)



Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Consumidores e revendedores

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Governo do Estado de Minas Gerais	10.769	45.292	-	-	230.980	193.531	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Cemig D.

Prestação de serviço

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Aliança Geração	-	546	-	-	8.660	6.938	-	-
Cachoeirão	-	-	-	-	305	-	-	-
Guanhães	-	-	-	-	2.321	-	-	-
Paracambi	-	-	-	-	675	-	-	-
Taesa	579	435	-	-	1.581	1.814	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

Outras contas a receber

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366	-	-	-	-	-	-

Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Acordos e processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Aliança Geração (a)	-	-	-	57.835	-	-	-	(2.930)
Guanhães Energia (b)	-	-	16.872	-	-	-	-	-
Cemig D (b)	-	-	9.931	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais (b)	27.027	-	-	-	-	-	-	-



- a) Refere-se a obrigações contratuais perante a até então investida Aliança Geração, correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024.
- b) Refere-se ao acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais, a Cemig e as empresas signatárias a seguir: a Alpargatas, a Guanhães e a Cemig Distribuição. Em 21 de dezembro de 2012, o Estado de Minas Gerais firmou o contrato nº 021/2012 para a execução de obras e de prestação de serviços em infraestrutura energética no Estado de Minas Gerais e contratou a Cemig para a execução das obras.

As obras foram executadas pela Cemig D em benefício da Alpargatas e da Guanhães Energia sem o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais para a Cemig no tempo adequado, o que culminou em desembolsos pela Cemig D, executora das obras, e pela Guanhães Energia. A Cemig D desembolsou recursos para a conclusão das obras em benefício da Alpargatas e a Guanhães Energia desembolsou recursos para a conclusão das obras que tiveram a própria empresa como beneficiária.

Em 14 de junho de 2024, foi realizada conciliação pré-processual entre as empresas envolvidas em que o Estado se comprometeu a pagar R\$32.432 à Cemig em 36 parcelas sucessivas, a partir de julho de 2024, no valor de R\$900 com data-base em maio de 2024. Como parte do acordo que foi feito, a Cemig ficou incumbida de repassar os valores de direito para a Guanhães Energia e para a Cemig D (mediante procuraçao emitida pela Alpargatas em benefício da Cemig D).

Os termos financeiros contratuais da conciliação estão detalhados a seguir:

- i) a 1ª parcela será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo que este valor permanecerá sem reajuste até a 12ª parcela;
- ii) a partir da 13ª parcela até a 36ª parcela, o valor pago em junho de 2024 será reajustado mensalmente pelo IPCA;
- iii) todas as parcelas têm vencimento até o último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho de 2024.

Dividendos a receber de controladas em conjunto

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Hidrelétrica Pipoca	39	-	-	-	-	-	-	-
Taesa	111.317	49.421	-	-	-	-	-	-



FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	159.216	351.348	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	356.888	771.267	-	-	16.296	50.678	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	134.606	-	-	-	-	-	-	-

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Arrendamentos	-	-	18.544	27.157	-	-	(25.167)	(33.449)
Não circulante								
Arrendamentos	180.248	184.895	195.122	187.083	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Em 27 de março de 2024, a Companhia firmou termo aditivo para devolução de 5 andares do Edifício Júlio Soares, alteração de valores de locação e retirada da Gasmig e Cemig Sim do contrato. A nova data-base do contrato teve início em 1 de abril de 2024, com vigência até março de 2029, sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses.

Benefícios pós-emprego

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	52.889	126.447	-	-	(213.952)	(279.644)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(88.835)	(81.127)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(40.286)	(39.611)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	1.648.335	2.230.095	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	208.173	230.336	-	-	(273.722)	(388.190)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	2.396.109	2.829.717	-	-	-	-



A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Os detalhes acerca dos benefícios pós-emprego encontram-se presentes nota explicativa nº 23.

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cemig GT	-	-	744.132	1.565.563
Cemig D	-	-	1.117.129	1.499.524
Gasmig	-	-	116.324	-
Sete Lagoas Transmissora	-	-	-	3.801
Tesa	111.317	49.421	111.317	49.421
Cemig SIM	-	482	-	-
Hidrelétrica Pipoca	39	-	-	-
Outras	11	11	11	11
Total	111.367	49.914	2.088.913	3.118.320

A tabela acima indica a posição ativa da Companhia com suas as investidas em relação aos saldos de dividendos a receber. As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratar de controlada em conjunto:

Parte relacionada	Tipo	Objeto	2024	Vencimento
Norte Energia (NES) (1)	Fiança	Financiamento	2.523.967	2042
Norte Energia S.A (NES) / Light (2)	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NES)	Fiança	Debêntures	80.676	2030
			3.288.258	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.



Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	33.729	29.438
Participação nos resultados	8.405	6.765
Previdência privada	1.831	2.001
Planos de saúde e odontológico	359	212
Seguro de vida	55	28
Total	44.379	38.444



30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/12/2024		31/12/2023		
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)	
Ativos						
Custo amortizado						
Títulos e valores mobiliários		140.628	140.628	10.602	10.602	
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		5.850.173	5.850.173	5.477.162	5.477.162	
Fundos vinculados		235.206	235.206	30.615	30.615	
Contas a receber do Estado de Minas Gerais		40.393	40.393	13.366	13.366	
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		1.295.624	1.295.624	805.571	805.571	
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.098.247	3.098.247	3.031.036	3.031.036	
		10.660.271	10.660.271	9.368.352	9.368.352	
Valor justo por meio do resultado						
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.628.992	1.628.992	1.342.145	1.342.145	
Títulos e valores mobiliários						
Certificados de Depósitos Bancários	2	-	-	73.635	73.635	
Letras Financeiras – Bancos	2	279.469	279.469	475.388	475.388	
Letras Financeiras do Tesouro	1	72.422	72.422	214.357	214.357	
		1.980.883	1.980.883	2.105.525	2.105.525	
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	368.051	368.051	
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	2.807.007	2.807.007	1.920.068	1.920.068	
Indenizações a receber – Geração	3	870.535	870.535	784.055	784.055	
		5.658.425	5.658.425	5.177.699	5.177.699	
		16.318.696	16.318.696	14.546.051	14.546.051	
Passivos						
Custo amortizado						
Empréstimos e debêntures (2)		(12.279.300)	(11.934.066)	(9.831.139)	(9.831.139)	
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		-	-	(90.293)	(90.293)	
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(493.676)	(484.004)	(520.898)	(520.898)	
Concessões a pagar		(27.428)	(27.428)	(27.602)	(27.602)	
Fornecedores		(2.951.571)	(2.951.571)	(3.016.696)	(3.016.696)	
Passivo de arrendamento (ajustado por remensurações)		(429.200)	(429.200)	(432.936)	(432.936)	
Passivos financeiros setoriais		(16.470)	(16.470)	-	-	
		(16.197.645)	(15.842.739)	(13.919.564)	(13.919.564)	

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo, exceto para Empréstimos e debêntures e Equacionamento de déficit do fundo de pensão – Forluz, em 31 de dezembro de 2024.

(2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados, apresentados na nota explicativa nº 20.

No reconhecimento inicial, a Cemig e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao especificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.



- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa 12.2.



Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 111,43% da variação do CDI, com base nas suas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures, com taxas anuais variando entre (i) um mínimo de IPCA + 4,10 % a.a. e um máximo de IPCA + 7,6245 % a.a. e (ii) um mínimo de CDI + 0,47 % a.a. e um máximo de CDI + 2,05% a.a.. A diferença entre o valor contábil e o valor justo é impactada principalmente pelas condições macroeconômicas (inflação e juros), além da dinâmica do mercado de crédito, com reflexo nas negociações do secundário do mercado de capitais.

b) Instrumentos financeiros

Operações de Swap e opções de moeda

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT era denominada em moeda estrangeira, ela utilizou de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

Os ganhos e perdas realizados nos exercícios de 2024 e de 2023 estão demonstrados a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Produto	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
						2024	2023
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$120.000	212.367	96.820
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$261.110	302.261	87.316
US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	13 de abril de 2023 05 de dezembro 2023	NDF	Balcão	US\$392.344	-	(79.197)
US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	05 de dezembro de 2023 19 de dezembro 2023	NDF	Balcão	US\$376.550	-	(38.108)
						514.628	66.831

Em junho de 2024, aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$6.524 e saída de caixa nesse mesmo valor.

Em 5 de dezembro de 2024, ocorreu a liquidação das operações de hedge, no montante de US\$381.110 mil, com resultado positivo de R\$521.152 e entrada líquida de caixa de R\$442.979.

Nesse contexto, a Cemig GT não possui instrumentos financeiros derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2024.



Mais detalhes sobre a liquidação dos Eurobonds na nota explicativa nº 20.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer sua liquidez e rentabilidade, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão em linha com sua estratégia.

Os principais riscos de exposição da Cemig e suas controladas estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxas de câmbio

A controlada Cemig D está exposta ao risco de elevação da taxa de câmbio, com impacto na rubrica de fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu).



O efeito da variação cambial associado ao contrato de compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/12/2024		31/12/2023	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 20)	-	-	(383.558)	(1.856.920)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(34.005)	(210.488)	(49.528)	(239.780)
	<u><u>(34.005)</u></u>	<u><u>(210.488)</u></u>	<u><u>(49.528)</u></u>	<u><u>(239.780)</u></u>
Passivo exposto		(210.488)	(433.086)	(2.096.700)
				<u><u>(2.096.700)</u></u>

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar-americano em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2025 será uma desvalorização de 7,92% (R\$5,70).

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é como segue:

Risco - Exposições cambiais	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base: Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,7	Cenário adverso Dólar R\$6,48
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(210.488)	(193.826)	(220.349)
Passivo exposto	<u><u>(210.488)</u></u>	<u><u>(193.826)</u></u>	<u><u>(220.349)</u></u>
Efeito da variação cambial no resultado		16.662	(9.861)

Risco de taxa de juros

A Cemig e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido, composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos à CVA e outros componentes financeiros, e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:



Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Equivalentes de caixa - CDI	1.628.992	1.342.145
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic	492.519	773.982
Indenizações a receber – Geração - CDI/Selic	870.535	784.055
Fundos vinculados - CDI	235.206	30.615
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 12.4)	1.295.624	805.571
	4.522.876	3.736.368
Passivos		
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 20)	(4.882.020)	(3.508.445)
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 12.4)	(16.470)	-
	(4.898.490)	(3.508.445)
Ativo (passivo) líquido exposto	(375.614)	227.923

Análise de sensibilidade

A Cemig e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 15% e a TJLP será de 7,94%, em 31 de dezembro de 2025.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base: Valor contábil	Cenário provável Selic 15% TJLP 7,94%	Cenário adverso Selic 15,25% TJLP 8,26%
Ativos			
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	1.628.992	1.873.341	1.877.413
Títulos e valores mobiliários	492.519	566.397	567.628
Indenização a receber - Geração (nota 12.2)	870.535	1.001.115	940.874
Fundos vinculados	235.206	270.487	271.075
CVA e outros componentes financeiros (nota 12.4)	1.295.624	1.489.968	1.493.207
	4.522.876	5.201.308	5.150.197
Passivos			
Empréstimos e debêntures (nota 20)	(4.882.020)	(5.614.323)	(5.626.528)
CVA e outros componentes financeiros (nota 12.4)	(16.470)	(17.778)	-
	(4.898.490)	(5.632.101)	(5.626.528)
Passivo líquido exposto	(375.614)	(430.793)	(476.331)
Efeito líquido da variação das taxas de juros no resultado		(55.179)	(100.717)

Risco de elevação da inflação

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.



O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	2.807.007	1.920.068
Bonificação de outorga – IPCA (nota 12.3)	3.098.247	3.031.036
	5.905.254	4.951.104
Passivos		
Empréstimos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 20)	(7.547.202)	(4.521.817)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz	-	(90.293)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	(493.676)	(520.898)
Passivo de arrendamento	(429.200)	(432.936)
	(8.470.078)	(5.565.944)
Passivo líquido	(2.564.824)	(614.840)

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 4,5% e o IGPM será de 3,76% em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Consolidado	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base: Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,5% IGPM 3,76%	Cenário adverso IPCA 8,08% IGPM 9,47%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	2.714.876	2.837.045	2.934.238
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGP M	92.131	95.595	100.856
Bonificação de outorga – IPCA (nota 12.3)	3.098.247	3.237.668	3.348.585
	5.905.254	6.170.308	6.383.679
Passivos			
Empréstimos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 20)	(7.547.202)	(7.886.826)	(8.157.016)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	(493.676)	(515.891)	(533.565)
Passivo de arrendamento	(429.200)	(448.514)	(463.879)
	(8.470.078)	(8.851.231)	(9.154.460)
Passivo líquido	(2.564.824)	(2.680.923)	(2.770.781)
Efeito líquido da variação da inflação no resultado		(116.099)	(205.957)

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das



empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Cemig e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos empréstimos e financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros		
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:												
- Pós-fixadas*												
Empréstimos e debêntures	-	-	324.025	215.552	2.414.114	705.906	5.354.244	2.216.549	5.901.809	1.513.406	18.645.605	
Concessões a pagar	350	-	710	-	3.117	-	13.802	-	15.487	-	33.466	
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz	4.712	2.409	9.550	4.777	45.232	20.832	303.938	80.777	207.387	15.078	694.692	
	5.062	2.409	334.285	220.329	2.462.463	726.738	5.671.984	2.297.326	6.124.683	1.528.484	19.373.763	
- Pré-fixadas												
Fornecedores	2.786.024	-	163.388	-	2.159	-	-	-	-	-	2.951.571	
Total	2.791.086	2.409	497.673	220.329	2.464.622	726.738	5.671.984	2.297.326	6.124.683	1.528.484	22.325.334	

Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros		
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:												
- Pós-fixadas*												
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz	232	119	470	235	2.225	1.025	14.954	3.974	10.203	742	34.179	
- Pré-fixadas												
Fornecedores	342.134	-	12.043	-	-	-	-	-	-	-	354.177	
Total	342.366	119	12.513	235	2.225	1.025	14.954	3.974	10.203	742	388.356	



(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Risco de crédito e outros riscos operacionais

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. O risco de crédito é reduzido para a Cemig D em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2024, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Cemig e suas controladas, era de R\$850.307 (R\$867.999 em 31 de dezembro de 2023).

A Cemig e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, sendo ela constantemente atualizada. Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.



As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.



Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. O termo aditivo incluiu metas anuais desses indicadores que deveriam ser cumpridas até 2020. O descumprimento em dois anos consecutivos ou no ano de 2020 incorreria na abertura do processo de caducidade da concessão.

A partir de 2021, o contrato estabeleceu que o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Consideram-se descumpridos quando, isoladamente ou em conjunto, o resultado de cada indicador ultrapassar os limites anuais globais estabelecidos pela Aneel.



O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{\text{Dívida líquida}^1}{\text{Lajida}^2 - \text{QRR}^3} \leq \frac{1}{(1,11 * \text{Selic}^4)}$$

1. A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
2. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
3. QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
4. Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Considera-se descumprido este critério quando houver a não conformidade da inequação ou quando o Lajida for menor que a QRR.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para o exercício de 2024 a apuração ainda não ocorreu, sendo realizada quando da divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.



d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Cemig e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Cemig e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadram na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:



- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamentos e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- subvenção de baixa renda;
- reembolso de subsídios tarifários; e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Também se enquadram nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.



31. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

a) Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
Geração: 0,28						
CGH Salto Moraes	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
Geração: 0,32						
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão.

A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em março de 2024:

	Consolidado
Preço de venda total	100.886
(-) Saldo do ativo mantido para venda em 29/02/2024, antes da alienação	(57.897)
Ganho de capital	42.989
IRPJ e CSLL (1)	(17.977)
Impacto líquido da Demonstração de Resultado	25.012

(1) Os tributos foram calculados sobre o ganho de capital tributário, o qual não considera o saldo de custo atribuído.

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.



Em janeiro de 2025, foi proferida sentença procedente em relação à ação popular movida contra o edital de venda do Leilão público de alienação das 15 PCHs/ CGHs. A Cemig recorrerá, valendo-se dos meios e recursos próprios nas diversas instâncias judiciais.

Até o momento, não houve impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Aliança Geração

Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para a alienação de sua participação direta de 45% no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A. ("Vale").

Essa alienação foi negociada na modalidade de "Porteira Fechada" exonerando a Cemig GT de qualquer indenização relativa à Aliança Geração, aos seus ativos e passivos.

Após cumpridas as condições precedentes previstas no CCVA, como a aprovação da operação no CADE e na Aneel, ocorreu em 13 de agosto de 2024 o fechamento da operação, com a transferência das ações até então detidas pela Cemig GT à Vale e o pagamento do preço pela Vale, no valor de R\$2.736.817, equivalente ao valor da operação (R\$2.700.000 na data-base de 30 de junho de 2023), corrigido pelo CDI desde a data-base, descontado de dividendos pagos pela Aliança Geração à Cemig GT no período, que somam R\$298.778, em valores históricos.

A Cemig GT ainda fará jus a um valor adicional, correspondente a 45% dos valores das indenizações que porventura sejam recebidas pela Aliança Geração, relativo aos prejuízos advindos do evento relacionado à ruptura da barragem de rejeitos do Fundão (desastre de Mariana) envolvendo a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), cujo valor de referência para fins do contrato é de R\$223 milhões, também a ser atualizado pelo CDI desde a data-base.

Como resultado da conclusão da transação, a Cemig GT reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em agosto de 2024:

Ganho de capital societário	
Preço de venda	2.736.817
(-) Despesas incorridas no fechamento da transação (1)	(1.341)
Valor do ativo mantido para venda em 31/07/2024	(1.118.565)
Ganho de capital societário líquido das despesas com a venda (A)	1.616.911
Ganho de capital tributário	
Preço de venda	2.736.817
Saldo contábil do investimento em 31/07/2024	(927.940)
(-) Despesas incorridas no fechamento da transação (1)	(1.341)
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda	1.807.536
IRPJ e CSLL (34%) (B)	(614.562)
Valor justo do investimento em 31/07/2024 (2)	236.222
IRPJ e CSLL (34%) Diferido (C)	80.316
Impacto líquido na Demonstração do Resultado (A - B + C) (3)	
1.082.664	

(1) Estas despesas são referentes a serviços de assessoria financeira. Foram contabilizadas outras despesas no montante de R\$2.149 antes do fechamento da transação.

(2) Ganho referente à avaliação do valor justo do investimento na Aliança Geração, reconhecido em março 2015 quando do aporte dos ativos de geração. Esse ganho estava sendo amortizado com base no prazo médio de concessão dos ativos de geração.

(3) Os efeitos da alienação integram o resultado do segmento operacional de participações.



Essa alienação também está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de participações minoritárias do Grupo Cemig.

32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

A composição dos ativos classificados como mantidos para venda, mensurados pelo valor justo, é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado e intangível - Usinas (b)	20.347	57.867
Ativo financeiro - Bonificação pela outorga (b)	36.517	-
	56.864	57.867

Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 1 de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma 1 PCH da Cemig GT e 3 UHEs de suas subsidiárias integrais, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT						
PCH Machado Mineiro	Autorização	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste						
UHE Sinceridade	Concessão	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul						
UHE Marmelos	Concessão	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste						
UHE Martins	Concessão	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total		14,8	6,0			

Conforme CPC 31/IFRS 5, a classificação de ativos como mantidos para venda deve ser realizada quando do início de um programa firme para conclusão do plano de alienação. Em abril de 2024, foi realizada a classificação como mantidos para venda.

Em 27 de junho de 2024, a Cemig GT suspendeu o leilão, em função da ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado.

A Cemig GT reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital.

Em 23 de setembro de 2024, a Cemig GT republicou o leilão na B3 que tem como objeto a transferência onerosa das usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

Em 5 de dezembro de 2024, a Cemig GT realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbar Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.



Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT e suas subsidiárias Cemig Geração Leste, Cemig Geração Oeste e Cemig Geração Sul, assinaram o CCVA com a Âmbar Hidroenergia LTDA, vencedora do leilão.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento das condições suspensivas usuais, que incluem a obtenção das anuências da Aneel e do CADE.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum passivo classificado como mantido para venda.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Para os casos em que a venda é realizada por meio de leilão, após sua realização, a Companhia considera o valor do lance ganhador como sendo o valor justo, por se tratar do valor que efetivamente será recebido pela venda dos ativos após os trâmites legais.



33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.094.660	1.094.660	1.094.660	1.094.660	1.094.660	19.703.879	25.177.179
Compra de energia - leilão	4.187.324	4.250.101	4.438.080	4.648.505	4.693.944	60.487.453	82.705.407
Compra de energia - bilaterais	320.227	100.601	19.985	-	-	-	440.813
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	383.224	383.224	385.149	386.274	385.324	6.839.202	8.762.397
Transporte de energia elétrica de Itaipu	192.548	217.475	223.705	204.566	186.483	3.509.088	4.533.865
Outros contratos de compra de energia	6.352.058	5.136.634	4.305.946	2.987.208	2.805.357	23.590.029	45.177.232
Cotas de garantias físicas	738.812	660.391	581.971	582.020	572.620	10.141.507	13.277.321
Total	13.268.853	11.843.086	11.049.496	9.903.233	9.738.388	124.271.158	180.074.214

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2024.

Os fluxos de pagamentos de arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nº 17 e 30.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário da distribuição de gás

Em 24 de janeiro de 2025, foi publicada a resolução SEDE nº 7, vigente a partir de 1 de fevereiro de 2025, sendo o reajuste médio das tarifas como segue:

Segmento	Reajuste (%)
Industrial	(0,18)
Cogeração	(0,44)
Automotivo	(0,33)
Gás Natural Compromido / Gás Natural Liquefeito	(1,32)

Os segmentos do mercado urbano terão reajustes positivos dos valores médios entre 5,34% e 6,17%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias.

Acórdão na Ação Anulatória de vigência do Acordo Coletivo Específico de plano de saúde

Em 19 de fevereiro de 2025, foi publicado acórdão do julgamento ocorrido em 9 de dezembro de 2024 em Recurso Ordinário Trabalhista, pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Essa decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Não há nenhum registro contábil a ser realizado em decorrência dessa decisão neste momento.



Aquisição de Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita

Em 26 de fevereiro de 2025, a Cemig GT assinou o CCVA para aquisição da totalidade do capital social da Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita (ETTM) de propriedade do Grupo Fram Capital.

O preço negociado foi de R\$30 milhões e a RAP dos ativos é de R\$5,7 milhões. Os ativos de transmissão da ETTM estão conectados na Rede Básica de 230 kV de propriedade da Cemig, localizados na região do Vale do Aço, em Minas Gerais.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais nesse tipo de operação, dentre elas as anuências do CADE e da Aneel.

A aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Cemig, que prevê o investimento em ativos de transmissão no estado de Minas Gerais.

10ª emissão de debêntures – Cemig GT

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de 500 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de R\$500.000, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 18 de março de 2025, a Cemig GT concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures simples, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas 625 mil debêntures, caracterizadas como “Debêntures Verdes”, perfazendo o total de R\$625.000, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
Única	625.000	R\$625.000	CDI + 0,64% a.a.	1.826 dias	48º e 60º meses

Os recursos obtidos pela Cemig GT com a emissão das debêntures serão destinados para a gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando a sua operação e ao reembolso de investimentos por ela realizados, desde que estejam integralmente em linha com o *Framework*, para fins de qualificação das Debêntures como “Debêntures Verdes”.

Por fim, destaca-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating ‘AAA(bra)’ à Emissão.

12ª emissão de debêntures – Cemig D

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig D divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, da 12ª emissão de



debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 18 de março de 2025, a Cemig D concluiu a liquidação financeira da 12ª emissão de debêntures, em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões e quinhentos mil debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos - sustentáveis”, perfazendo o total de 2,5 bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.640.000	R\$1.640.000	CDI + 0,86% a.a.	2.557 dias	72º e 84º meses
2ª	860.000	R\$860.000	IPCA + 7,5467% a.a.	5.479 dias	156º, 168º e 180º meses

Os recursos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando a sua operação e o reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à emissão.



CEMIG

Declaração de juros sobre o capital próprio

Em 20 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativos ao primeiro trimestre de 2025, no montante de R\$541.006, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2026 e a segunda até 30 de dezembro de 2026, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 25 de março de 2025.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento de imputar os juros sobre capital próprio aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações e Vice-Presidente de Geração
e Transmissão (interino)

Sérgio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica

Veja as notas 12, 13 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e a partir da efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.</p> <p>A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura, assim como a mensuração e classificação contábil dos bens referentes à infraestrutura de concessão entre ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível, durante o processo de construção e quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia e suas controladas e pode impactar os saldos destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Por estas razões, bem como pelos valores e divulgações envolvidos, consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível; - Inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para o ativo de contrato e avaliação se sua classificação e elegibilidade foram apropriadas; - Inspeção documental, em base amostral, das transferências do ativo em andamento para ativo em operação e das respectivas evidências de que tais ativos estavam prontos para uso. - Recálculo da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, que foram capitalizados ao longo do exercício; - Obtenção da base de ativos homologado na última Revisão Tarifária Periódica e comparação com a base de ativos da Companhia e suas controladas; - Recálculo do valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão relacionado à infraestrutura, considerando os índices que afetam a atualização do valor dos ativos que compõem a base de remuneração homologada pelo regulador nas últimas revisões tarifárias e os itens que foram adicionados após a homologação da revisão tarifária; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as

	<p>normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido em ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>
--	--

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia e suas controladas contratam atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de</p>

	saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
--	--

Mensuração dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita anual permitida (“RAP”), que remunera os ativos de transmissão é estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), sendo atualizada nos processos de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A RAP remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A Companhia e suas controladas atuam junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.</p> <p>Em julho de 2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP de dois contratos de concessão de controladas da Companhia. Como a RTP representa uma modificação na estrutura de capital e alteração na taxa de remuneração, o valor dos ativos classificados como Ativo de Contrato foi remensurado. A remensuração do ativo de contrato é baseada na projeção das receitas futuras remanescentes associadas à obrigação de performance de construção, que são ajustadas para refletir o componente de financiamento significativo, o que envolve o uso de premissas tais como RAPs futuras e taxa de desconto. Os efeitos dessa revisão tarifária, por se tratar de uma nova mensuração do valor do ativo de contrato, foram reconhecidos diretamente no resultado no momento em que ocorreu a RTP, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.</p> <p>Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para mensurar os efeitos da Revisão Tarifária Periódica, que requer também que a Companhia e suas controladas exerçam julgamentos relevantes.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do valor do ativo de contrato da concessão e suas atualizações subsequentes, incluindo aquelas decorrentes da Revisão Tarifária Periódica. - Obtenção e inspeção das notas técnicas da revisão tarifária. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, i) realização de procedimentos em base amostral para inspecionar os modelos de avaliação do cálculo dos ativos de contrato, a fim de analisar a razoabilidade de suas premissas; ii) discussão das premissas utilizadas pela Administração, confrontando com informações externas, dados históricos e orçamento aprovado pela Administração; e iii) recálculo do ativo de contrato. - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que a mensuração dos efeitos da revisão tarifária periódica é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>



Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública



do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Thiago Rodrigues de Oliveira".

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infraassinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e os respectivos documentos complementares, a serem submetidos ao Conselho de Administração da Companhia, em 20 de março de 2025. Após verificar os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2024, como também com base na apresentação realizada, nesta reunião, e a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda., a ser emitido em 21 de março de 2025, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro

João Vicente Silva Machado – Conselheiro



CEMIG

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 17 de março de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras 2024 . Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações e Vice-presidente de Geração e Transmissão (interino)

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico



DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 17 de março de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações e Vice-presidente de Geração e Transmissão (interino)

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente de Distribuição

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS S.A. – CEMIG

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CEMIG D

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. – CEMIG GT

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2025

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo pelos membros Roberto Cesar Guindalini (coordenador) a partir de 06.02.2024, Artemio Bertholini a partir de 10.05.2024, Giulia Carla Scalercio e Ricardo Lopes Cardoso, ambos a partir de 20.05.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2024, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024), Pedro Carlos de Mello e Roberto Tommasetti (ambos até o dia 20.05.2024).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2024

No ano de 2024, o Comitê reuniu-se em 32 (trinta e duas) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2025, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2024 e 2 (duas) em 2025. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2024 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2025. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024. O



Comitê reuniu-se com a Diretoria Executiva da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira, gestão de riscos e avaliação da adequação das reservas matemáticas sobre o passivo atuarial. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de *Compliance* -DCI foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essa unidade. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024, examinando balancetes e as Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.



CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2024.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

COMITÊ DE AUDITORIA

Roberto Cesar Guindalini
Coordenador

Artemio Bertholini
Membro

Giulia Carla Scalercio
Membro

Ricardo Lopes Cardoso
Membro



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2025, da proposta de orçamento de capital consolidado para o exercício de 2025, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Cemig, incluindo o valor de R\$2.936.107 da retenção de lucros do exercício de 2024.

Investimentos planejados para 2025	R\$ em milhares
Distribuição	
Programa de Desenvolvimento da Distribuição – PDD	4.698.911
Infraestrutura	257.001
	4.955.912
Geração	
Sistema elétrico	79.165
Expansão	3.118
Subsidiárias	174.870
Infraestrutura	23.062
	280.215
Transmissão	
Reforços e melhorias	322.238
Subsidiárias	73.259
Infraestrutura	29.555
	425.052
Participações	
Cemig SIM	401.569
Gás	283.527
Holding	4.628
Total	6.350.903